

revista

74

SETENTAQUATRO.PT

EDIÇÃO ANIVERSÁRIO
Nº 0 — JULHO 2022

TESTA DE
FERRO:
A HISTÓRIA
DE UM LEAK

FILIPETELES

VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA
EM PORTUGAL

ISABEL LINDIM E ANA PATRÍCIA SILVA

UM ANO DE JORNALISMO

PRÁTICAS
DE CONVERSÃO
SEXUAL

RICARDO CABRAL FERNANDES

EDITORIAL

POR RICARDO CABRAL FERNANDES, FILIPE TELES, ISABEL LINDIM, JOANA RAMIRO, ANA PATRÍCIA SILVA E JOÃO BISCAIA

Como jornalistas, ao criarmos um novo projeto, não nos repetimos nem seguimos receitas pré-estabelecidas. Foram meses de dedicação, de descoberta e de prazer em contribuir para o jornalismo de investigação, indo sempre ao encontro do que valorizamos numa publicação sem fins lucrativos.

Vivíamos o primeiro verão desde o início da pandemia quando uma série de acontecimentos levaram à estruturação do Setenta e Quatro. Ideias, necessidade de aprofundar temas, combate ao discurso de ódio, fortalecimento do jornalismo de investigação e contribuição para o debate público. Era um tempo de reflexão e de iniciar projetos.

Desde o início que a nossa ideia foi criar uma publicação sem fins lucrativos que desse voz a causas que merecem mais atenção. Fosse através do jornalismo, com artigos mais longos, ou de pontes com a Academia, publicando ensaios.

Um dos ímpetus para este projeto foi um relatório sobre a extrema-direita para o jornalista britânico Paul Mason. O documento iria servir de base para uma parte do seu livro *Como Travar o Fascismo*. Quem fez a ponte foi a jornalista Joana Ramiro, sediada no Reino Unido. A partir daí a ideia avançou com ainda mais força e apoio financeiro.

Alugámos um pequeno espaço, pensámos na linha editorial, trabalhámos no wiki da extrema-direita, redigimos um guia de estilo, imaginámos o site, falámos com dezenas de pessoas e avançámos com a primeira investigação. O projeto foi recebido com grande entusiasmo. Compreendeu-se a necessidade (e a importância) de fortalecer o jornalismo que se caracteriza pelo serviço público e não pela distribuição de dividendos por accionistas. Percebemos que havia espaço para um projeto como o Setenta e Quatro, para a reflexão e o escrutínio sem cair na ditadura do imediatismo.

Um ano de trabalho culminou no lançamento do projeto a 13 de julho de 2021, na Casa do Capitão, em Lisboa. Desde aí lançámos investigações, publicámos dezenas de entrevistas e mais de uma centena de ensaios. Contribuímos para o debate público com os nossos cronistas e a nossa equipa cresceu. Ao fim de um ano, o balanço é positivo, ultrapassou até as expectativas.

Ao criarmos uma coisa nova, não nos repetimos nem seguimos receitas pré-estabelecidas, o que é só por si um desafio. Têm sido meses de grande esforço, de descoberta, de prazer em contribuir para o jornalismo de investigação e de formar estratégias, indo sempre ao encontro do que valorizamos numa publicação sem fins lucrativos.

Mais importante que tudo, este projeto não seria possível sem as pessoas que depositaram a sua confiança em nós e que assinam o Setenta e Quatro. As subscrições representam mais de metade do nosso orçamento. E, aos nossos cronistas, uma palavra de agradecimento por todo o apoio e inspiração.

O caminho é este. Para continuarmos, não podemos esperar por fundações, por bolsas, por grandes empresas, pelo mecenato ou pelo financiamento público. O tempo é agora. O nosso papel é investigar factos que entendemos ser do interesse público. Estamos cheios de vontade de dar continuidade. Ainda há muitas perguntas por fazer. Esperamos que desse lado continue a haver muita vontade de ler.

ÍNDICE

01

O SETENTA E QUATRO ESTÁ DE PARABENS

CARMO AFONSO
PÁGINA 6

INVESTIGAÇÕES

TESTA DE FERRO:
A HISTÓRIA DE UM LEAK
FILIPE TELES
PÁGINA 8

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA
ISABEL LINDIM E ANA PATRÍCIA SILVA
PÁGINA 16

TERAPIAS DE CONVERSÃO
DE ORIENTAÇÃO SEXUAL
RICARDO CABRAL FERNANDES
PÁGINA 34

02

ENTREVISTAS

ENTREVISTA A ELSA PERALTA
JOÃO BISCAIA E RICARDO
CABRAL FERNANDES
PÁGINA 54

DESTAQUES TEMATICOS

PÁGINA 70

03

REPORTAGENS

REPORTAGEM INTERNACIONAL:
COP 26
JOANA RAMIRO E
ISABEL LINDIM
PÁGINA 72

VIDEOVIGILÂNCIA EM PORTUGAL
CAROLINA FRANCO
PÁGINA 84

ACESSIBILIDADE NA CULTURA
ANA PATRÍCIA SILVA
PÁGINA 100

04

ENSAIOS

20 ANOS DE EURO
NUNO TELES
PÁGINA 114

VAI FICAR TUDO BEM
PAULO PEDROSO
PÁGINA 122

A EXTREMA-DIREITA COMO
SOLUÇÃO EXTREMA DO
IMPERIALISMO: A AGINTER
PRESSE EM PORTUGAL
MÁRIA JOSÉ TÍSCAR
PÁGINA 130

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR RICARDO CABRAL FERNANDES | REDAÇÃO FILIPE TELES, ISABEL LINDIM, JOANA RAMIRO, ANA PATRÍCIA SILVA E JOÃO BISCAIA | DESIGN RAFAEL MEDEIROS
NÚMERO DE REGISTO DO SETENTA E QUATRO NA ERC 127609 | PERIODICIDADE DA REVISTA 74 ANUAL | ENTIDADE PROPRIETÁRIA CONTINUAR PARA COMEÇAR - ASSOCIAÇÃO CÍVICA
EDITOR CONTINUAR PARA COMEÇAR - ASSOCIAÇÃO CÍVICA | NÚMERO DE REGISTO DE PESSOA COLETIVA 516453378 | SEDE DA REDAÇÃO ROTUNDA NUNO RODRIGUES DOS SANTOS, EDIFÍCIO CONCÓRDIA 3B, 2685-233
PORTELA, LOURES | SEDE DO EDITOR CALÇADA DO SACRAMENTO, Nº18, 2º DIREITO, 1200-393 LISBOA

CONTINUAR PARA COMEÇAR - ASSOCIAÇÃO CÍVICA DIREÇÃO: CARMO AFONSO (PRESIDENTE), MADALENA VAZ SILVA (VICE-PRESIDENTE) PRESIDENTE: CARMO AFONSO, JOÃO BISCAIA (VOGAL) CONSELHO FISCAL: EDUARDO BARROCO DE MELO (PRESIDENTE), MARISE MARIA FRANCISCO (VICE-PRESIDENTE) E ADRIANA LOUSADA (SECRETÁRIA) ASSEMBLEIA-GERAL: FABIAN FIGUEIREDO (PRESIDENTE), JOÃO BOTELHO (SECRETÁRIO) E GONÇALO RISCADO (SECRETÁRIO)

O SETENTA E QUATRO ESTÁ DE PARABÉNS

POR CARMO AFONSO

ASSOCIAÇÃO CONTINUAR PARA COMEÇAR

Entramos agora no segundo ano. As dores de parto já passaram e gostaríamos muito de padecer das de crescimento. Queremos alargar a nossa rede de leitores e oferecer cada vez melhores peças jornalísticas e conteúdos. Sabemos que nada disto é fácil.

Fazer anos não tem normalmente implícito qualquer mérito. Ninguém merece aplausos a propósito do decurso do tempo. Neste caso devemos abrir uma exceção; o Setenta e Quatro luta contra as dificuldades próprias de um pequeno e jovem projeto editorial. E a grande dificuldade, o maior desafio, nestas condições, é precisamente sobreviver.

Um ano é uma vitória. Muitos mais virão, estamos confiantes, mas nada está assegurado. O mundo do jornalismo depara-se com a necessidade de encontrar modelos sustentáveis. No Setenta e Quatro duplicámos a dificuldade na medida em que nos propusemos disponibilizar gratuitamente os nossos conteúdos.

É certo que guardamos alguns mimos para os nossos assinantes e apoiantes, mas, e esta é uma decisão ponderada, não exigimos a quem nos quer ler a contrapartida de ter de pagar por isso. A partir daqui está criada uma relação de grande proximidade e compromisso com a nossa audiência.

Damos o que temos, contamos com o apoio que puderem dar. Se é arriscado? Muito. Mas vemos sobretudo como a concretização de princípios nos quais todos, a Associação Continuar para Começar e a equipa do Setenta e Quatro, acreditamos.

Temos assistido a um trabalho incessante, metódico e rigoroso, por parte da equipa do jornal. A produção de peças de investigação, os ensaios, a opinião e as entrevistas são de grande qualidade. A um nível que enche de orgulho quem acreditou que três ou quatro jovens jornalistas poderiam sozinhos assegurar uma publicação online. Não era uma aposta ganha.

Nunca poderemos esquecer o apoio da Ana Gomes. Foi um apoio em várias frentes e generoso a todos os níveis, também como apoio monetário. De igual modo, os nossos agradecimentos a todos os leitores que decidiram apoiar este projeto. Saibam que cada contributo conta e é visto e apreciado. Somos ainda uma casa pequena. Ninguém passa despercebido.

E entramos agora no segundo ano. As dores de parto já passaram e gostaríamos muito de padecer das de crescimento. Queremos alargar a nossa rede de leitores e oferecer cada vez melhores peças jornalísticas e conteúdos. Sabemos que nada disto é fácil.

Tanto mais que o Setenta e Quatro não trabalha para agradar. Esta é uma grande tendência e, diria também, uma grande tentação para o jornalismo que está online. A extrema facilidade em aferir o retorno ou agrado de cada trabalho publicado veio interferir, e fazer crescer um nível de dificuldade, com a isenção que se exige nesta área. Por vezes, é obrigatório desagradar. Sobretudo, o trabalho jornalístico deve ser feito sem a ponderação de como vai ser avaliado por quem lê ou por quem é visado. O compromisso é outro: informação rigorosa.

Num mundo polarizado, e por isso simplificado, o Setenta e Quatro tem feito a diferença, contribuindo para a qualificação do debate público. Trazendo novos pontos de vista, mesmo que contrariem narrativas instituídas. Não, este não é o começo de uma conversa difícil.

É apenas a continuação da nossa conversa. A que começámos há um ano e queremos que não acabe. Contem connosco. Tudo faremos para que um grande jornal continue a chegar até vós.

E parabéns ao Setenta e Quatro!

TESTA DE FERRO



POR FILIPE TELES

Nesta edição de aniversário, contamos a história de como foi receber e trabalhar um leak de 45 gigas, 30 mil ficheiros, sobre as empresas de Vieira.

TESTA DE FERRO: A HISTÓRIA DE UM LEAK

Estava a almoçar quando o Ricardo Cabral Fernandes, diretor do Setenta e Quatro, me ligou a perguntar como estava a decorrer a parte final do trabalho sobre Luís Filipe Vieira. Estávamos a um mês do prazo e, na primeira fornada de artigos e episódios do Testa de Ferro, só tínhamos terminado poucas horas antes da publicação.

A minha resposta foi cuidadosa, mas firme. “Se nada acontecer, está a correr lindamente. Não será como da última vez. Mas já sabes como é que estas coisas são”, acautelei.

Passados 40 minutos, estávamos a receber uma nova (e inesperada) fuga de informação de 45 gigas sobre a Promovalor, a empresa de Vieira. Primeiro veio o êxtase, depois instalou-se o pânico. Como íamos analisar 30 mil ficheiros num mês?

Para vos dar um exemplo: a Uber Files, lançada na semana em que esta revista é publicada, foi com base em 124 mil ficheiros, e teve a participação de 40 órgãos de comunicação social. Nós éramos dois jornalistas e connosco trabalhavam duas estagiárias.

Por esta altura a história parecia completa, porém. Já tínhamos percorrido o país de Norte a Sul para conhecer os empreendimentos de Vieira, cruzado o Atlântico para ir ver o luxuoso hotel no Recife que a Promovalor erguera com pompa e circunstância exclusivamente com dinheiro do BES (que se encontrava fechado há dois anos e que nunca fez um cêntimo de lucro), e até tínhamos visitado os obscuros cemitérios do negócio da Imosteps, no Rio de Janeiro. O que faltava mais?

Começámos por criar – dezenas, diga-se – palavras-chave para conseguirmos navegar naquele oceano de 30 mil ficheiros: Ricardo Salgado, Imosteps, Odebrecht, Almerindo Duarte (o sócio de Vieira), Tiago Vieira (filho de Vieira), Sara Vieira (filha de Vieira), Amílcar Moraes Pires (o administrador do BES descrito como o mais próximo de Vieira no banco) e por aí fora.

Embora esta fuga de informação fosse 40 vezes maior do que a primeira, já estávamos oleados na pesquisa e análise de grandes volumes de ficheiros. E já dominávamos a história.

Clique. A Britalar, do presidente do Sporting de Braga, António Salvador, esteve para ser parceira da Promovalor no Brasil? Clique. Vieira pensou comprar uma construtora no Recife? Clique. A Promovalor pagou 600 mil euros ao consultor responsável por estabelecer a parceria com a Odebrecht? Clique, clique, clique.

PARA QUALQUER JORNALISTA, ANALISAR 30 MIL FICHEIROS DE INFORMAÇÃO É EXTASIANTE, PRINCIPALMENTE QUANDO JÁ SE ESTÁ HÁ UM ANO A TRABALHAR O TEMA. MAS DETALHARAM, COMPLEMENTARAM E FORTALECERAM A HISTÓRIA.

A investigação começou em maio de 2021, antes da detenção de Vieira e da Operação Cartão Vermelho. Pedro Coelho, grande repórter da SIC que coordenou a investigação, havia recebido a documentação – 1000 ficheiros – que serviu de base para as reportagens em novembro de 2020.

O início da Operação Cartão Vermelho, além de nos baralhar as contas, pois tivemos de marcar passo para a história ter impacto na hora certa, definiu, desde logo, o que não queríamos fazer: entrar na parte que dizia respeito ao futebol, que estava a ter maior atenção mediática na altura. Por duas razões: a primeira, porque o valor que alegadamente Vieira havia desviado do Benfica era irrisório (cerca de 2,5 milhões de euros) em relação ao calote de centenas de milhões de euros que havia deixado para os contribuintes portugueses pagarem; e porque queríamos (na verdade, esta ótima decisão foi do Pedro Coelho, muitíssimo mais experiente nestas andanças, pois eu estava excitado pela possibilidade de investigar offshores) afugentar o ruído dos clubismos.

O Ministério Público suspeitava que Luís Filipe Vieira tinha desviado dinheiro de algumas transferências do Benfica no passado. E Bruno Macedo, empresário e agente de futebol, tinha sido crucial nessa artimanha – era o testa de ferro do presidente benfiquista, acreditava o Ministério Público.

Entre várias entidades envolvidas no alegado esquema, o empresário bracarense controlava uma sociedade registada no Delaware, a International Sports Fund Limited, que o Ministério Público acreditava ser, na realidade, de Luís Filipe Vieira. Mas era mais um feeling do Ministério Público, por provar.

E é aí que nos lembramos de uma palavra-chave para procurar no software que utilizámos para navegar pelos documentos. “E se pesquisarmos por Bruno Macedo?”, pensámos. Estava completamente fora do perímetro da nossa história, mas valia a pena tentar. Mesmo que só tivéssemos menos de um mês para trabalhá-la.

Havia, todavia, um ângulo da história que não tínhamos explorado, por falta de tempo e de fontes que se disponibilizassem a falar connosco. Um negócio de Vieira completamente desconhecido dos olhos do público: a K-Tower, um projeto de torres de escritório em Maputo, Moçambique, que Luís Filipe Vieira iria fazer em parceria com antigos parceiros da ESCOM (Espírito Santo Commerce), uma das parcelas mais obscuras do Grupo Espírito Santo.

As únicas informações que tínhamos sobre este negócio – escutas – estavam perdidas nos confins da Operação Marquês, um processo que tem como alvo principal o antigo primeiro-ministro José Sócrates.

Nos 30 mil ficheiros, tínhamos praticamente tudo sobre a K-Tower: estudos fiscais, business plans, emails, faxes, balanços de despesa, atas, vídeos de apresentação do negócio, fotografias, etc.

Colocámos, finalmente, o nome de Macedo no motor de busca do software. O primeiro resultado entusiasmou-nos imediatamente: encontrámos uma folha de Excel com os balanços de despesa da Promovalor, onde constava uma viagem de Tiago Vieira e Bruno Macedo ao Dubai. Bruno Macedo, check.

A próxima palavra-chave era óbvia. A Astro Sports Management era outra sociedade controlada por Bruno Macedo que o Ministério Público acreditava que o empresário utilizava para desviar dinheiro de comissões de transferências de jogadores do Benfica, de forma dissimulada para as empresas de Vieira. Óbvia porquê? Porque era única empresa indicada pelo Ministério Público como estando registada no Dubai.

Clique. Nada.

Foi então que nos lembrámos de experimentar International Sports Fund Limited. O software indica-nos para vários rascunhos de contratos de empréstimo. Começa por aparecer: International Sports Limited, Sports International Limited e “Promovalor Related Vehicle”. Clique. International Sports Fund Limited. Bingo!

A INTERNATIONAL SPORTS FUND LIMITED, SEGUNDO OS DOCUMENTOS A QUE TIVEMOS ACESSO, TINHA SIDO UTILIZADA PARA FINANCIAR, NUMA PRIMEIRA FASE, A PARTE DE VIEIRA NO PROJETO K-TOWER. ENCONTRÁMOS O TESTA DE FERRO DO TESTA DE FERRO.

**QUERO APOIAR
O SETENTA
E QUATRO**

Precisamos de leitores iniciais, de quem nos apoie quando estamos a começar; oferecemos uma recompensa, **serão estes leitores a beneficiar para sempre de tudo o que tivermos para oferecer**: informação, investigações, ideias, conhecimento, conversas e publicações exclusivas e humor.

CARREGA PARA CONTRIBUIR

CARREGA NOS TÍTULOS PARA LERES

PARTE I

A relação entre Luís Filipe Vieira e o BES ultrapassava as barreiras de uma ligação entre devedor e credor. Em 12 anos, o BES aprovou linhas de crédito no valor de 749 milhões de euros. Ao mesmo tempo, à mesa dos Conselhos de Crédito do banco de Ricardo Salgado misturavam-se financiamentos ao Benfica com os das empresas de Vieira.

PARTE II

Ficou conhecido como o Kadafi dos pneus devido às suas táticas de mercado agressivas. Por contraste, Luís Filipe Vieira acarinhava os administradores do BES com viagens a Londres e caçadas no Alentejo.

PARTE III

O empreendimento de Verdelago, no Algarve, esteve preso muitos anos nos corredores da burocracia até chegar às mãos de Luís Filipe Vieira. O Grupo Doyen e um consórcio de submarinos alemão apareceram nos documentos do BES, a determinada altura, como potenciais investidores neste resort construído em cima da Praia Verde, em Altura, no concelho de Castro Marim.

PARTE IV

O projeto turístico em Benagil, no concelho de Lagoa, outrora de Luís Filipe Vieira, é situado numa zona extremamente sensível à beira de uma falésia. Quando foi aprovado, o Plano de Pormenor foi feito à medida e gosto do então presidente do Benfica. Hoje, está nas mãos do Novo Banco e foi parar a tribunal.

PARTE V

Na Reserva do Paiva, no Recife, Luís Filipe Vieira também teve de pagar portagem. Em cinco empreendimentos, o ex-presidente do Benfica acabou com apenas um. Os contratos eram ruins, os custos dispararam, o hotel encerrou e mais reabriu.

PARTE VI

O FIAE foi criado para reestruturar a dívida de Luís Filipe Vieira, apesar de 55,8% ter ficado de fora. Visitámos 18 dos 23 terrenos integrados no FIAE e verificámos que têm vindo a descer abruptamente de valor.

PARTE VII

Os famosos cemitérios da Imosteps nunca foram propriedade de Luís Filipe Vieira. O decreto da prefeitura do Rio de Janeiro para autorizar Vieira a construir na Barra da Tijuca foi feito à medida do ex-presidente do Benfica. O prejuízo que este negócio causou ao erário público foi de 47,7 milhões de euros.

PARTE VIII

A teia de influências de Luís Filipe Vieira ia além fronteiras. Moçambique é um caso flagrante: o Setenta e Quatro teve acesso a dezenas de e-mails que demonstram que o ex-presidente do Benfica usava o clube para beneficiar os seus negócios em Maputo.

VIOLÊNCIA, OBSTÉTRICA



POR ISABEL LINDIM E ANA PATRÍCIA SILVA

As histórias que aqui partilhamos parecem de outro tempo. No entanto, algumas são bastante atuais. São experiências traumáticas de maus tratos no momento do parto ou na perda de um feto. Violência verbal ou física, procedimentos desaconselhados pela Organização Mundial de Saúde que ainda são frequentes em Portugal e uma cultura de superioridade que deixa as mães (e qualquer paciente) numa posição vulnerável.

A REALIDADE TRAUMÁTICA DE MUITOS PARTOS

“Fiquei separada da minha filha dez dias, mas sobretudo fiquei separada da bondade e daquilo que nos valida como humanos: a empatia, a ajuda, o consolo que não precisa de reconhecimento.” Estas são algumas das palavras que Inês Meneses escreveu numa crónica publicada no jornal Público a 12 de abril de 2021, treze anos depois da experiência de parto da filha, quando decidiu voltar a um assunto que lhe deixou marcas para o resto da vida.

Não foi a primeira vez que escreveu sobre o acontecimento. Logo a seguir ao parto, passado uns dias, escreveu um texto que assinava com o pseudónimo “O Sexo e a Cidália”, no Diário de Notícias. “Escrevi completamente a quente”, conta ao Setenta e Quatro a radialista, “denunciei tudo, e a minha médica disse-me que havia uma grande preocupação lá dentro para saber quem tinha escrito a crónica”.

“Lá dentro” era a Maternidade Alfredo da Costa, e vamos voltar a essa noite de janeiro de 2008 para entender o que se passou. Quando a Inês chegou à maternidade foi “muito mal recebida por um médico, com uma agressividade e uma superioridade” que estranhou logo. No entanto, seguiu os trâmites e foi para um quarto, onde o tempo começou a passar, sem grande evolução. Até aí, tudo mais ou menos normal.

“A dada altura, já eu tinha sido massacrada por duas pessoas diferentes com os toques, concluindo sempre que não havia dilatação. Entra um médico com um grupo de vinte alunos, não diz ‘boa noite’, não diz nada, explica aos alunos que estava ali ‘uma mulher sem dilatação’ e faz o toque à frente dos vinte alunos”, conta Inês Meneses, que no meio das dores pensava na “loucura” que aquilo representava, ao entrar ali um médico que a usa “como se fosse um recipiente...”.

Mais doze horas se passaram em que foi continuamente alvo de toques por parte de diferentes pessoas. “Saíam e não explicavam nada do que se estava a passar comigo. Tinha uma espécie de contração contínua, nunca tinha um momento de pausa. Comecei a sentir-me muito mal e a deixar de ter discernimento”, conta.

Não chegou a levar epidural, apesar de ter pedido assim que entrou, e começou a sentir febre. O pai da bebé estava presente e conseguiu falar com a médica da Inês, que estava de folga, depois de ter estado “de banco”. Quando chegou, a barriga estava a ferver e a Inês já estava a receber oxigénio. Seguiu imediatamente para cesariana, mas antes ainda ouviu uma outra médica dizer: “vamos lá então para a cesariana da hora do almoço”. O toque vaginal a que foi sujeita originou uma infeção chamada amnionite, nela e na filha.

A CONDUTA GERAL AINDA DEPENDE MUITO DAS EQUIPAS, DAS UNIDADES HOSPITALARES E DE UMA CERTA “TRADIÇÃO”, OU “CULTO DE SUPERIORIDADE”, QUE SE MANTÉM EM ALGUNS LOCAIS.

Esteve dez dias afastada da bebé recém-nascida, os primeiros três a soluçar numa enfermaria em que assistia a outras mães serem maltratadas. Um dos episódios que relembra é “acordar já no recobro”, e passar “pela coisa tremenda de saber que vai chegar a tua vez em que te põem a barriga para dentro”. “É uma dor horrível”, recorda, “eu via todas as mulheres antes de mim a gritarem, e eu a ser a última”. E acrescenta que sentiu toda a experiência como uma espécie “de tropa em que vais ter de superar aquelas provas todas”. Era isso que dizia às colegas de parto, com o humor que a caracteriza. Que tudo aquilo era como um “Big Brother das grávidas”, com várias etapas para superar.

Quando saiu do hospital, ao qual teve que voltar durante dez dias para ver e dar de mamar à filha, começou a fazer terapia. Sentiu imediatamente necessidade de ser seguida por um psicóloga, coisa que não é disponibilizada no hospital. A forma de exorcizar este momento foi escrever. Uma, duas, três vezes.

“Abomino o discurso das mulheres que tentam relativizar isto e dizem ‘agora olho para o meu filho e esqueço tudo o que se passou’. Não podem esquecer! Se fecharem os olhos ao que se passou, vão perpetuar estas contínuas más práticas que são exercidas contra as mulheres”, diz hoje a mãe de uma filha de 14 anos. “É a cultura do sadismo relativamente às mulheres, ainda por cima grávidas, que estão num estado de vulnerabilidade e fragilidade, que deviam ser mais bem tratadas do que nunca.”

Hesitou em escrever a crónica em abril de 2021, mas sentiu que ainda agora, catorze anos depois, muitas mulheres se iriam rever. Partilhou o texto no Facebook no mesmo dia em que saiu no Público e teve quase 300 comentários, a maior parte de pessoas a contarem a sua própria história. Nunca a Inês teve tantos comentários numa publicação. Num dos comentários, houve também uma pessoa que escreveu algo como “estas raparigas que pensam que vão para um hotel”. É uma das frases que se têm perpetuado ao longo da história.



O MOMENTO DE UM PARTO É SEMPRE UMA LOTARIA, UMA GRANDE INCÓGNITA. PODE HAVER EXPECTATIVAS, PODE HAVER IDEALIZAÇÕES, MAS NINGUÉM SABE COMO VAI CORRER.

CAIXA DE PANDORA

Inês Meneses nunca chegou a fazer uma queixa oficial. Arrepende-se hoje em dia, tal como Sofia Carvalho, que uns anos antes, no mesmo hospital, teve uma experiência semelhante, com contornos bastante macabros. É a primeira vez que a ex-diretora da SIC Mulher partilha esta história publicamente. Tinha-a “arrumada numa pequena gaveta”, como conta ao Setenta e Quatro. Voltar a ela tantos anos depois é reconhecer que na verdade não ficou completamente resolvida.

Sofia foi ter a segunda filha à Maternidade Alfredo da Costa no ano 2000, porque a primeira filha tinha nascido lá, dois anos antes. “O meu primeiro parto correu bem porque tinha um tio que era médico de clínica geral. Quando eu entrei na maternidade foi ter comigo e uma das médicas que estava de serviço tinha sido interna dele. Acho que correu bem porque tinha ali aquela figura de peso”, diz. Nesse primeiro parto, apesar de terem sido usados fórceps, sentiu que a informaram de tudo e que teve bastante acompanhamento.

Quando entrou pela segunda vez na maternidade, ia confiante de que iria correr tão bem como na primeira. Tanto que disse ao marido para ir para casa, porque já sabia que o processo de dilatação era demorado no seu caso. A primeira coisa que estranhou foi não ser permitido ficar com carteira ou telemóvel, só com o relógio, para contar as contrações. Estranhou, mas calou-se. “É uma coisa geracional, queremos é que corra tudo bem”, diz agora.

Passado umas horas, disse à enfermeira que queria chamar o marido, estava a chegar a hora, começava a ficar com dores. “Está a ver ali aquela cabine telefónica?”, disse a enfermeira, “é ali que tem de fazer a chamada para o seu marido”. “Como, se nem tenho carteira?”, perguntou a Sofia. “Chamada a pagar no

“Com contrações, tive que atravessar um corredor até uma cabine telefónica”, conta Sofia, “atravessei de gatas, e todo o caminho ia a pensar ‘chamada a pagar no destinatário... e se ele não atende?’ Lembro-me de estar de gatas a carregar nos números, a falar com uma telefonista, a esperar que ele atendesse, e atendeu. Voltei para o meu sítio de gatas”. Um longo corredor para chegar ao quarto onde continuou à espera da epidural, que tinha pedido inicialmente.

Sempre que voltava a pedir a anestesia, respondiam que não tinham pessoas disponíveis. “Eu precisava de fazer força, precisava de epidural. Lembro-me de trincar a marquesa com dores. Quando chega uma médica diz-me que tiveram uma gravidez ectópica e não havia quem desse epidural. Pensei que não ia aguentar, era uma dor insuportável”. Quando foi para a sala de parto, disse ao marido que achava que ia desmaiar. A médica que estava ao lado respondeu: ‘não faz mal, desmaie que nós depois acordamo-la’.

Foi cortada para episiotomia – uma incisão no períneo –, sem ter sido informada, e cosida a frio, uma hora depois do parto, não sem antes ter uma médica aos pulos em cima dela, como se estivesse a fazer reanimação, para a barriga baixar. Era para sair o resto da placenta, diziam. Foi das poucas coisas que lhe disseram. Saiu de lá de rastos, uns dias antes da data de alta, com muita “vontade de esquecer tudo aquilo”.

“Abalou-me na altura”, explica, “mas de facto consigo fazer o exercício de carpir as coisas durante dois a três dias e depois acabou. Já tinha uma filha pequenina, esta era a segunda, não fiquei presa a isso. Só passado um tempo é que a ficha caiu. Fui muito maltratada, foi desumano, é inacreditável que isto tivesse acontecido no ano 2000”.

VÁRIOS MOMENTOS NA HISTÓRIA MOSTRAM-NOS QUE SÓ QUANDO SE RADICALIZA UM ASSUNTO É QUE ELE SAI VERDADEIRAMENTE PARA DEBATE.

O momento de um parto é sempre uma lotaria, uma grande incógnita. Pode haver expectativas, pode haver idealizações, mas ninguém sabe como vai correr. E depende de inúmeros fatores. O primeiro é, sem dúvida, o receio com que a grávida entra num hospital e a forma como é tratada. Às vezes tudo depende desse primeiro contacto, da forma de comunicar com a mulher e os familiares.

Sabemos que muitos partos correm bem, e que raramente se contam as histórias que deixam boas memórias, mas o importante é entender que a conduta geral num momento tão vulnerável como a gravidez e parto ainda depende tanto das equipas, das unidades hospitalares e de uma certa “tradição”, ou “culto de superioridade”, que se mantém em alguns locais.

A Inês e a Sofia são duas vozes que se fazem ouvir. Duas mulheres que, cada uma à sua maneira e no momento que escolheram, exprimem publicamente a experiência. A maior parte das mulheres querem esquecer. A maior parte sai do hospital com culpa por não ter dado o seu melhor, por não ter cumprido os timings. Deixamos vários relatos nesta página, para que a voz destas mulheres seja ouvida, e que sirva de eco a muitas outras.

UMA QUESTÃO DE LÉXICO

Parte da discussão à volta deste tema tem a ver com o termo em si. Violência obstétrica ou maus tratos? Negligência ou má conduta? Nos países de língua inglesa, continua a usar-se habitualmente o termo *mis-treatment*, *disrespect* ou *abuse*, seja qual for a situação. Não se coloca este problema. Aqui, resolveu-se importar o termo ‘violência obstétrica’ dos países da América Latina. E é principalmente isso que está a incomodar muita gente.

Cláudia Araújo, médica obstetra no hospital Santa Maria, considera que “o termo é depreciativo para os profissionais”, e que pode levar a que “a população em geral comece a ficar com uma aversão aos hospitais e ao que os médicos possam dizer, e deixem de confiar”. No entanto, apesar da relutância em relação ao termo, sob o qual muitos profissionais de saúde se sentem ofendidos, esta médica, tal como outros médicos, admite que há condutas erradas. “Temos muita margem para mudar”, diz, “não era preciso esta agressividade para haver mais informação e empatia com os doentes. O que acontece é que começa a haver extremos, as pessoas sentem-se atacadas, defendem-se, e às vezes de forma agressiva também”.

“Durante muitos anos o objetivo foi sempre garantir a segurança, independentemente da informação ou não”, explica ainda esta médica. “Passou-se de uma altura em que a taxa de mortalidade infantil e materna era gigantesca, para os anos 2000, em que praticamente não há mortalidade materna. A atitude era sempre de que tinha de se estar ali para salvaguardar a mãe e o bebé. Se calhar, nessa conquista, e nesses números tão bons, foi faltando alguma parte de informação.”

Aquilo de que nos fala Cláudia Araújo é precisamente o maior cerne desta questão, como se poderá ver nos relatos que o Setenta e Quatro recolheu. Não é de agora que as grávidas vão com receio para o hospital no momento do parto por causa de histórias que ouviram toda a vida (e também pelas imagens que os filmes sempre nos transmitiram dos partos). O medo não surgiu com o termo ‘violência obstétrica’. Ele já estava presente. O que existe é uma maior consciência de um tratamento tantas vezes desumano.

A médica Catarina Reis de Carvalho, obstetra do mesmo hospital, escreveu em julho de 2021 sobre este assunto no Observador, e a questão centrou-se mais uma vez no termo ‘violência obstétrica’. De uma forma geral, o artigo chama a atenção para a necessidade de uma evolução nos cuidados de saúde no sentido de “promover um parto respeitado”. Não nega a “existência de histórias devastadoras, assimetria de cuidados e muito a melhorar na saúde materna”, mas que “a solução não passa por diabolizar os cuidados de saúde que existem”. Pelo meio, escreve também a frase: “o termo ‘violência obstétrica’ é pouco

consensual e considerado ofensivo por muitos profissionais de saúde. E é fácil perceber porquê: a designação pressupõe que há intenção nas más práticas”.

Se não há intenção nas más práticas, porque é que elas existem? A médica defende que este “clima de antagonismos só traz desvantagens”, e que “os profissionais de saúde se sentem atacados, ofendidos e desmotivados”. Mas será que a atenção dos profissionais de saúde não está demasiado retida no termo em si?

Vários momentos na História mostram-nos que só quando se radicaliza um assunto é que ele sai verdadeiramente para debate. Só aí é que ganha importância, deixa de estar num extremo para ser colocado no meio. Se chamarmos de maus tratos ou abuso, deixa de ter relevância? Como diz Inês Meneses, “tem de se radicalizar para chegar a um bom senso. Esta discussão vai dar frutos”.

“ISTO NÃO TEM A VER COM OS MÉDICOS, NÃO É SOBRE NÓS, É SOBRE AS VÍTIMAS. AQUILO QUE QUEREMOS DOS MÉDICOS É QUE PENSEM NO QUE ESTÁ A ACONTECER, QUE FALEM COM AS EQUIPAS”,

explica o médico Nuno Hipólito.

“Chamem-lhe o que quiserem”, reitera Catarina Barata, da Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto. “Parece que não se quer passar dessa fase”, diz a antropóloga. “O que importa aqui é saber que há uma esmagadora maioria das mulheres que se sentem terrivelmente mal com os seus partos, porque há atitudes e modos de os conduzir absolutamente obsoletos. É uma pena que não se olhe para outros países, porque há exemplos. A Dinamarca tem uma taxa de episiotomia que não chega a 5%.”

Catarina já se reuniu várias vezes com unidades de obstetrícia de diferentes hospitais. Alguns com uma certa abertura, como é o caso do diretor do serviço no Hospital Santa Maria. Mesmo assim, sente que a abertura é maior nas unidades onde já se praticam partos mais humanizados. “A maior parte dos médicos e profissionais de saúde são bem intencionados, foram para aquela área porque de facto querem ajudar as pessoas e salvar vidas. No entanto, foram ensinados num enquadramento de práticas que são prejudiciais e não se justificam”, diz, referindo-se não só aos procedimentos como episiotomia e manobra de Kristeller, mas também à questão da comunicação.

Defende que “a pessoa nunca deve ser surpreendida num momento como o parto com coisas que nunca ouviu falar. A informação é fundamental, deve ser prestada antes”. E refere igualmente que muitas vezes a informação vem em forma de coação, como é o caso dos hospitais privados, onde o tratamento verbal é melhor porque são clientes, mas manipulam-se situações e marcam-se cesarianas por conveniência. “Aceitam-se intervenções que são desnecessárias”, diz, “a taxa de cesarianas no privado (mais de 60%) é escandalosamente mais alta do que no público. Ultrapassa imenso as recomendações da OMS. Tendo em conta que em Portugal as gravidezes de risco e os partos de risco são seguidos no público, não há justificação de taxa de cesariana”.

Para Catarina, na maioria dos partos a mulher é “transformada num objeto inerte que ninguém consulta, ninguém quer saber. Inclusive em casos de emergência, há maneiras de o fazer que não passam por ignorar completamente a mulher, como se ela não estivesse a ouvir tudo o que se está a passar. Como se não tivesse capacidade para entender”.

PERPETUAÇÃO DE MAUS TRATOS

Nem todos os médicos concordam que o termo violência obstétrica seja ofensivo. Há mesmo quem defenda que esta é a melhor maneira de classificar práticas que já deviam estar ultrapassadas. É o caso de um conjunto de médicos que assinou um artigo no Público em novembro de 2021. Um dos subscritores foi Nuno Hipólito, médico residente em Braga que falou com o Setenta e Quatro. “Acho que as pessoas ainda não têm muito a noção do que é a violência obstétrica e muitas vezes desvalorizam e tomam como normais determinadas práticas”, salienta o médico, que antes de estar três anos no Centro de Saúde de Sete Rios fez o internato de quatro anos no Hospital de Braga.

“Confesso que na altura, sem tanto poder crítico, tudo aquilo foi normalizado por mim. Instrumentalizar, prender as mulheres à marquesa... O que acontece é o uso excessivo de práticas que estão desaconselhadas pela Organização Mundial de Saúde. Em quase todos os partos a que assisti era realizada a episiotomia, sem pedir qualquer tipo de consentimento à mulher”, conta Nuno Hipólito. Além disso, no caso do Hospital de Braga, “o que se usa é uma espátula, que nem sequer aparece nas estatísticas”, explica.

Em relação à violência verbal, diz que era “uma constante”, e que “já como aluno em Coimbra, na maternidade Daniel de Matos, isso acontecia”. Uma das frases que mais ouviu é algo que remete para literatura alusiva aos partos feitos por freiras cruéis em séculos passados, mas que afinal é frequente hoje em dia: “está a gritar, mas não gritou assim quando o fez”. Um clássico.

“Há uma enorme pressão sobre as mulheres que estão em trabalho de parto e que estão numa posição fragilizada, a culpabilização da mulher porque o trabalho de parto não está a correr de acordo com as normas do obstetra. Tem a ver com o género, são dirigidos às mulheres. E sim, são violentos”, diz. “É uma altura em que um comentário violento tem um impacto muito maior na confiança daquela mulher, na sua recuperação e na capacidade de amamentar o filho e na sua saúde mental.”

NA VERDADE, “ESTÁ TUDO NA LEI, É SÓ UMA QUESTÃO DE CUMPRIR-LA”, GARANTE-NOS UMA MÉDICA OBSTETRA QUE PREFERE NÃO ASSUMIR A IDENTIDADE, POR MEDO DE REPRESÁLIAS.

“Isto não tem a ver com os médicos, não é sobre nós, é sobre as vítimas. Aquilo que queremos dos médicos é que pensem no que está a acontecer, que falem com as suas equipas”, explica Nuno Hipólito, referindo-se à reação de vários colegas que se sentiram ofendidos com o termo recentemente evocado. “Eu sou médico, já passei por uma situação de violência obstétrica e não me sinto ofendido por dizerem que isto se chama violência obstétrica”, conta, ao relatar o nascimento do primeiro filho, no Hospital de Braga. No segundo filho não teve qualquer tipo de problema, antes pelo contrário. Nasceu no Hospital da Póvoa de Varzim, uma referência nacional nos cuidados maternos.

Sofia Cunha, médica de Cirurgia Geral, trabalhava na Suíça quando teve conhecimento da declaração da Ordem dos Médicos (OM) que recusou a existência da Violência Obstétrica nas Unidades e Centros Hospitalares, em outubro de 2021. Apesar de ter exercido vários anos fora do país, foi em Portugal que presenciou pela primeira vez atos de violência obstétrica num hospital, na região Norte. Foi em 2012, quando era interna de ano comum. Ao longo de quatro dias numa urgência de Ginecologia e Obstetrícia, ela e mais três pessoas, viveram uma realidade que, hoje, afirmam não querer presenciar mais.

Entrou juntamente com os internos para uma sala de parto sem o consentimento da parturiente, porque lhes diziam que estavam lá para aprender. “Sentia-se o cheiro de sangue dentro da sala. E desde logo isso pareceu-me estranho. Era um período expulsivo, complicado porque recorriam aos fórceps. Quando nos apercebemos, a médica tinha literalmente arrancado o bebé da mãe”, conta ao Setenta e Quatro. Sofia recorda que mesmo quando a parturiente estava a sangrar, a médica especialista deixou um dos internos a suturar sozinho e foi-se embora. “Olhavam para aquela mulher como um corpo a dar à luz. A senhora estava em choque, branca, com os olhos completamente revirados. Ninguém quis saber dela ou do bebé”, continua.

Partindo desta sua primeira experiência até ao momento em que foi mãe, que designa como “fantástico”, tendo tido toda a liberdade e apoio durante o acompanhamento e o momento do parto, a médica não aceita perpetuar a ideia de que a violência obstétrica não existe. “A Ordem dos Médicos respondeu em nome de todos nós, mas não respondeu por mim. Negar que existem más práticas, principalmente num contexto que envolve a mulher, não é uma resposta com o meu consentimento ou de todos os médicos e médicas que reconhecem que elas existem”, crítica a profissional de saúde. “Somos responsáveis por estas situações, porque também contribuimos para isso.” Decidiu confrontar a Ordem e o bastonário. Escreveu um pedido de esclarecimento e uma carta aberta que continuam sem resposta até hoje.

Em maio de 2019, a rapper Capicua contou numa crónica na Visão como decorreu o parto do seu filho. Disse que escolheu o Hospital da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, por “saber que na Póvoa não só havia abertura para uma abordagem mais ‘humanizada’ como era *modus operandi*”. Como muitas outras mulheres, também estava com receio do momento que se aproximava.

Fez preparação pré-parto, do qual diz que aprendeu “muito mais sobre sororidade e empoderamento feminino do que sobre puericultura e obstetrícia”. Apesar de ter sido um parto com indução, correu da melhor maneira. E deu direito a uma música produzida em 2020, Parto sem Dor, que canta em conjunto com Sérgio Godinho.

No final da crónica, Capicua deixou uma mensagem. “Tenho mesmo pena de que este tipo de abordagem e acompanhamento não seja norma, não só porque a violência obstétrica é muito mais comum e normalizada do que se pensa, mas porque privar uma mulher do comando do seu próprio parto (a não ser em caso de absoluta necessidade) é retirar-lhe a oportunidade de ter a mais profunda experiência de amor-próprio e o mais sólido reforço de si”, escreveu.

E rematou com “devolver o parto às mulheres é capaz de ser a coisa mais feminista e acertada a fazer. Mas sermos todas tão solidárias no cuidado umas das outras como as parteiras da Póvoa já era um ótimo começo”. Em novembro de 2021, um grupo dedicado à observação e acompanhamento de casos de violência obstétrica reuniu manifestantes junto à porta da Ordem dos Médicos em Lisboa e no Porto. Capicua, apesar de não ter sido vítima, esteve presente e deu voz aos protestos.

Esta empatia que Capicua revelou é aquilo que pode ficar como maior referência do que é possível mudar. “Finalmente estamos a perceber que as mulheres foram maltratadas toda a vida, e só agora é que estão a levantar a voz. Estamos a questionar mais”, diz Inês Meneses. “Hoje em dia as pessoas já perceberam que têm uma arma na mão que é a capacidade de reagir no momento e depois formalizar essa reação em forma de queixa ou depoimento. Não estamos a querer começar uma guerra, estamos a tentar melhorar uma coisa que pode ser melhorada.”

“A SAÚDE REPRODUTIVA NÃO ESTÁ A SER ANALISADA NA SUA GLOBALIDADE. TEM UMA COMPONENTE FÍSICA E TEM UMA COMPONENTE MENTAL”,

diz Raquel Costa.

É consensual entre os entrevistados que a maior falha nos serviços de obstetrícia é a ausência ou deficiência na comunicação. Quando a médica Cláudia Araújo vê colegas a terem uma atitude menos correta, encara isso como “serem mal educados”. Perguntamos se acha que estão a ser violentos. “Se calhar estão, e isso é terrífico”, responde, “mas há sempre uma maneira de chamar a atenção dos profissionais”, e isso parte essencialmente da estabilidade que se consegue obter nos serviços. “Acima de tudo”, explica, o ideal é criar situações em que os “diretores conseguem trabalhar com profissionais fixos, não tarefeiros, médicos e enfermeiros. Grupos fixos que mantêm a sua formação”.

Paula Prezado foi enfermeira na Maternidade Alfredo da Costa (MAC) durante catorze anos. Viveu de perto um processo de mudança numa unidade de obstetrícia. Quando chegou à MAC anunciava-se o possível fecho das portas. A falta de médicos vinha a agravar-se desde 2006. “Na altura, falava-se que isto se devia à transferência de médicos para o setor privado e o envelhecimento dos profissionais”, explica a enfermeira.

Recorrendo a uma notícia publicada no Diário de Notícias, diz-nos que “dos 45 obstetras da MAC, 21 tinham mais de 50 anos e não tinham qualquer obrigação de fazer banco. Dos vinte partos realizados diariamente e dos mais de cem atendimentos urgentes diários, a maternidade recorria a trabalhos de outras empresas com custos mais elevados do que os que eram pagos aos profissionais da instituição”.

Não viveu uma “realidade problemática”, mas sentiu o que dela restava quando lá chegou. Hoje, considera que o ponto forte da Maternidade é a comunicação. Dos webinars às sessões de esclarecimento, o acompanhamento que todo o corpo clínico quer prestar às “futuras mães é o reflexo de uma preocupação que há muito se pedia que fosse tida em conta”, reforça a enfermeira. “O reconhecimento do problema é o primeiro passo para depois serem tomadas medidas e recomendações”, explica.

O QUE DIZ THE LANCET

A edição de fevereiro da revista científica The Lancet inclui a publicação de um estudo sobre esta temática. Foi realizado em 12 países (Itália, Suécia, Noruega, Eslovénia, Portugal, Alemanha, Servia, Roménia, França, Croácia, Luxemburgo e Espanha) e Raquel Costa, investigadora do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, deu a sua contribuição.

Apesar do título ser alusivo à pandemia, das quatro dimensões do inquérito realizado para o estudo (entre 2020 e 2021), apenas uma é relativa aos cuidados médicos prestados durante a pandemia. As outras dimensões são transversais a qualquer altura. Mais de 21 mil mulheres responderam de forma anónima à lista de perguntas online (1685 eram portuguesas). O estudo, integrado no projecto Imagine Euro, foi desenvolvido tendo em conta os padrões que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 2016 como fundamentais para considerar que uma instituição presta cuidados de saúde de qualidade.

“ESTES DADOS SÃO ÚTEIS SE OLHARMOS PARA ELES COM UMA PERSPECTIVA NÃO DE CRITICISMO, MAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO”,

diz a psicóloga Raquel Costa.

Psicóloga de formação, com um doutoramento em psicologia clínica e de momento a fazer um pós-doutoramento na área de saúde pública associada aos cuidados em idade pediátrica, Raquel Costa partilhou com o Setenta e Quatro as conclusões de um estudo inédito. “Aquilo que observámos neste estudo é que há uma percentagem de mães que se sente vítima de abusos verbais, emocionais e físicos. Uma em cada cinco mulheres tem esta percepção de que é vítima”, explica, quando referimos os números que o estudo aponta.

Tanto a episiotomia (corte dos tecidos vaginais) como a manobra de Kristeller (pressão na barriga da grávida no momento do parto), atingem percentagens mais elevadas em Portugal do que na média dos países analisados. No caso da episiotomia, a percentagem em Portugal é de 40% (dobro da média europeia (20%). Na manobra de Kristeller, é de 49% em Portugal, em relação a 41% da média europeia. Tratam-se de procedimentos desaconselhados pela OMS, tal como o recurso a partos com instrumentos (fórceps, ventosas).

Nestes números que saltam à vista, não escapa o facto de 63% das mulheres portuguesas afirmarem não ter sido pedida autorização para o procedimento a que foram submetidas. A ausência de comunicação é apenas uma parte daquilo que estas mulheres se queixam. Há também a questão da violência verbal, da falta de empatia e de sensibilidade. Cerca de 40% das mulheres afirmam que não tiveram qualquer tipo de suporte emocional. E 22,7% responderam que sentiram abuso verbal, físico ou emocional durante o parto (a média global foi 12,5%).

“A saúde reprodutiva, do meu ponto de vista, não está a ser analisada na sua globalidade”, diz Raquel Costa. “Tem uma componente física e tem uma componente mental, e esta está a ser negligenciada há muitos anos. Se é um período de vida muito especial, em que as pessoas se sentem mais inseguras, com receios associados à sua saúde e das pessoas que lhes são mais queridas, além das variações hormonais que são parte do processo, é evidente que é um período em que a saúde não devia ser vista apenas como saúde física”, explica a psicóloga.

“Estes dados são úteis se olharmos para eles com uma perspectiva não de criticismo, mas de aprendizagem e desenvolvimento”, diz. É por essa razão que o questionário aos profissionais de saúde desenvolvido posteriormente é tão importante quanto o que foi publicado. Mas, para isso, é preciso disponibilidade das instituições. Por enquanto, é pouca, o que revela a tendência para a proteção de classe.

O inquérito está a circular online, divulgado através do Instituto de Saúde Pública do Porto. Foram também enviados e-mails personalizados para todos os hospitais a pedir a divulgação do estudo. Mas a resposta é parca. Uma das justificações é a necessidade do estudo passar pela comissão de ética de cada instituição, (procedimento bastante burocrático, segundo a investigadora). No entanto, este inquérito já passou pelas comissões de ética do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto e do Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde Materno-Infantil de Trieste, que é o coordenador do estudo.

De uma forma geral, a reação à publicação do estudo na The Lancet não foi das melhores entre os profissionais de saúde. Para o médico Nuno Hipólito, “começa a ser um bocado embaraçoso para a própria Ordem dos Médicos, e para os médicos, continuarem a sentir-se ofendidos por isto, quando os números e estatísticas são uma vergonha. Aquilo que novamente estão a fazer é descredibilizar a ciência que foi produzida e publicada numa das revistas mais famosas do mundo”.

Estes problemas de comunicação são graves, mas, salienta Raquel Costa, possíveis de ser colmatados, principalmente tendo em conta que certas instituições já o fazem. “Os profissionais de saúde têm muita formação do ponto de vista dos procedimentos médicos, mas ficam muito desamparados no que diz respeito às competências de comunicação”, diz. “Quem é que ajuda os profissionais de saúde a comunicar melhor com os pacientes? O que mais assusta as pessoas é o desconhecimento.”

CRIMINALIZAÇÃO OU NÃO

Na verdade, “está tudo na lei, é só uma questão de cumpri-la”, garante-nos uma médica obstetra que prefere não assumir a identidade, por medo de represálias. Em 2019 a lei que se aplicava aos princípios, direitos e deveres na gravidez, no parto e no puerpério foi alterada. Publicada em Diário da República, as modificações, que se revelam unanimemente positivas aos olhos dos profissionais de saúde e médicos entrevistados, têm como objetivo regular especificamente os direitos das mulheres ao longo de todas as etapas a que se submetem.

Apoiando-se nas recomendações da OMS, a lei dita “o direito à informação, ao consentimento informado, ou à recusa informada, e o respeito pelas suas escolhas e preferências; O direito à confidencialidade e à privacidade; O direito a serem tratadas com dignidade e com respeito; O direito de serem bem tratadas e estarem livres de qualquer forma de violência; O direito à igualdade no tratamento que recebem, e a não serem discriminadas; O direito a receber os melhores cuidados de saúde e que estes sejam seguros e apropriados; O direito à liberdade, autonomia e autodeterminação, incluindo o direito a não serem coagidas”.

Em julho de 2021, a ex-deputada não-inscrita Cristina Rodrigues avançou com um projeto-lei, Resolução n.º 181/2021, que criminaliza a prática da violência obstétrica. A punição é a pena de prisão até um ano ou multa, devendo a pena ser agravada em casos específicos, como a mãe ou a criança serem portadoras de deficiência e em casos de pessoas particularmente frágeis ou vulneráveis.

Apesar da OM e alguns representantes das maternidades recorrerem ao Consórcio Português de Dados Obstétricos (CPDO) para determinar estas práticas com taxas diminutas, estes são dados que não correspondem a quase uma centena de unidades e centros hospitalares que registam partos diariamente. O Consórcio avaliou até hoje apenas cerca de uma dúzia de unidades.

Um dos pontos da lei de 2019 indica que a Direção-Geral de Saúde (DGS) deve avaliar e monitorizar a satisfação da mulher grávida relativamente aos cuidados de saúde, durante a assistência na gravidez e no parto. No entanto, essa avaliação ainda não começou. Questionada pelo Setenta e Quatro, a DGS reconhece que o envio dos inquéritos ainda não foi feito. “Dada a realidade pandémica que se verificou desde 2020, a realização do questionário foi atrasada e, conseqüentemente, os relatórios que ditariam os seus resultados também”, refere, acrescentando que serão terminados e implementados neste mês de março.

A Ordem dos Médicos reagiu ao projecto-lei de Cristina Rodrigues através do Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia. A instituição refere, entre outros pontos, que o “termo violência obstétrica é inapropriado em países onde se prestam cuidados de saúde materno-infantil de excelência, como é o caso de Portugal”. E que “a comunidade científica e as instituições internacionais separam o conceito de violência obstétrica de outras formas de desrespeito ou insatisfação com os cuidados prestados às grávidas”.

“SE OS MÉDICOS NÃO SABEM ADOTAR UM OUTRO MODELO DE ASSISTÊNCIA À GRAVIDEZ E AO PARTO, CRIMINALIZAR ALGUMAS OU TODAS AS INTERVENÇÕES FEITAS FARÁ COM QUE FIQUEM ESVAZIADOS NA SUA COMPETÊNCIA”,

diz Mia Negrão.

Mia Negrão, advogada que nos dias de hoje apenas se dedica a casos de violência obstétrica, refere ao Setenta e Quatro que não concorda com a criminalização. “Criminalizar a violência obstétrica é um bocadinho como criminalizar o racismo, porque é sistémica. Ou seja, quando nós criminalizamos a violência obstétrica, estamos a dizer que agora é crime. Então quem é que vai preso? A DGS vai presa? Pagará uma coima ou uma multa, e depois?”, questiona.

Para si, o combate a estas práticas prende-se no reforço da lei, assumindo um maior poder sancionatório que se aplicará a profissionais de saúde, à Direção Geral de Saúde, instituições, médicos, enfermeiros e a quem cabe definir as normas técnicas que servem de base à atuação dos serviços hospitalares e conseqüentemente dos profissionais de saúde.

Reconhece ainda que este não é um caminho fácil. “Acredito que não é a via preferencial até em termos de discurso e de diálogo para com os profissionais de saúde, na medida em que aquilo que vai parecer é que estamos a criminalizar atos clínicos”, explica.

Diz ainda que isto lhe parece muito perigoso, porque “se os médicos não sabem adotar um outro modelo de assistência à gravidez e ao parto, criminalizar algumas ou todas as intervenções feitas fará com que fiquem esvaziados na sua competência”.

Maria José Alves, responsável da Unidade de Medicina Materno-Fetal da MAC, não aceita que se ponham as competências dos médicos em causa face a este cenário. “A sala de partos e os procedimentos durante o trabalho de parto mudaram imenso durante estes anos. No entanto, em vez de colocarmos o foco na violência obstétrica e na nossa competência, é mais importante centrarmo-nos no respeito e no consentimento da grávida para os procedimentos necessários e que se tornam necessários na progressão de um trabalho de parto”, refere.

Esta médica obstetra acrescenta que a intervenção num parto é algo dramático e que tudo depende das escolhas dos médicos. “A segurança dependerá sempre das nossas escolhas e disso não prescindiremos”, reitera.

No ano de 2021 foram abertos cerca de 1320 processos disciplinares na Ordem dos Médicos. De acordo com as poucas declarações que o Setenta e Quatro obteve da Ordem, não são segmentados por causa ou tema. Desde 2013 que as queixas recebidas mostram uma evolução significativa, o número tem vindo a aumentar.

Já a Entidade Reguladora da Saúde (ERS), apesar de não possuir um indicador específico que permita identificar as reclamações recebidas, desde 2020 que passou a usar as valências de “Ginecologia-Obstetrícia” e “Obstetrícia” como um dos critérios de identificação. Nos últimos três anos registaram-se 5188 reclamações; 2529 em 2020, 2547 em 2021 e 112 até fevereiro deste ano (dados recolhidos até dia 24 de fevereiro de 2022).

É também visível nas deliberações do ano passado da ERS denúncias de maus tratos, identificados como “violência obstétrica” ou “falta de acompanhamento e monitorização” no Hospital de Braga, no Centro Hospitalar e Universitário do Algarve (Hospital de Faro), no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, em Aveiro, e no SGHL (Hospital Beatriz Ângelo), em Loures.

O PACIENTE COMO VÍTIMA

A questão dos maus tratos, violência obstétrica ou má conduta na gravidez e parto levanta uma celeuma mais abrangente que decorre nos espaços de cuidados médicos. Os pacientes, seja qual for a gravidade da situação, estão muitas vezes vulneráveis a momentos de agressividade ou má-educação por parte de médicos, enfermeiros ou técnicos auxiliares. Sentem-se ameaçados, porque estão numa posição frágil. E estes momentos são mais frequentes do que se possa pensar.

Médicos que não querem falar com familiares e respondem de forma brusca ou não respondem (quando podiam simplesmente pedir para falar noutra altura) são um exemplo dessa postura. Ausência de relatórios quando requisitados é outro exemplo. Quando se diz que os médicos, enfermeiros ou auxiliares são tão humanos como as pessoas que trabalham noutros locais, temos antes de mais de nos lembrar que um hospital não é como os outros locais. Não é como entrar num autocarro, ou nas Finanças. Dependem demasiado do bom senso ou bondade é a tal lotaria.

As razões desta dinâmica pode ter diferentes explicações, e muda de local para local e de pessoa para pessoa. Atualmente, pode estar relacionada com um cansaço generalizado e o excesso de horas destes profissionais, devido ao contexto de pandemia de covid-19. Está também, em grande parte, ligado ao facto de as equipas muitas vezes não serem estáveis, de se recorrer a tarefeiros (médicos ou enfermeiros) sem vínculos ao hospital ou à clínica.

O AMBIENTE DE CADA SERVIÇO REFLETE-SE NO TRATAMENTO DADO AOS DOENTES. SÃO VÁRIOS OS ELEMENTOS QUE PODEM DESESTABILIZAR UMA UNIDADE HOSPITALAR.

Há também a questão cultural, a hierarquia instalada e o estatuto. O ambiente de cada serviço reflete-se no tratamento dado aos doentes. São vários os elementos que podem desestabilizar uma unidade hospitalar. Este é um tema a debater ou a legislar, mas podemos começar por admitir que ele existe e causa efeitos negativos. De que forma se pode uniformizar um tratamento geral mais humano? Adoptar ações junto dos profissionais de saúde, criar regras ou legislar? Ajudar estes profissionais a comunicar?

O parto é uma das raras ocasiões em que uma mulher se dirige a um hospital sem estar doente. As grávidas que tenham um filho pela primeira vez entram com medo mas ao mesmo tempo com um motivo positivo para estar ali – uma esperança, uma alegria, um amor que vai brotar. Muitas vezes esse entusiasmo morre às primeiras palavras que ouvem ou com as primeiras atitudes a que são sujeitas. Outras vezes causa traumas irreparáveis, como vimos nas histórias contadas aqui.

É um ciclo de violência, seja física ou verbal, que funciona com o perpetuar de uma conduta que foi normalizada. Daí ouvir-se muitas vezes que antigamente era pior. Era, sem dúvida. Mas continua a acontecer.

CARREGA NOS TÍTULOS PARA LERES

ACABAR COM O SILÊNCIO E COM A CULPA: RELATOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

POR ISABEL LINDIM E ANA PATRÍCIA SILVA

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EXISTE EM PORTUGAL?

ENSAIO POR CATARINA BARATA

QUERO
SUBSCREVER
O SETENTA
E QUATRO

JORNALISMO INDEPENDENTE E DE CONFIANÇA. É ISSO QUE O SETENTA E QUATRO QUER LEVAR ATÉ AO TEU E-MAIL.

CARREGA AQUI PARA SUBSCREVER

O Setenta e Quatro assegura a total confidencialidade e segurança dos teus dados, em estrito cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Garantimos que os mesmos não serão transmitidos a terceiros e que só serão mantidos enquanto o desejares. Podes solicitar a alteração dos teus dados ou a sua remoção integral a qualquer momento através do email geral@setentaquatro.pt

PRÁTICAS DE CONVERSÃO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL



POR RICARDO CABRAL FERNANDES

São feitas às escondidas por psicólogos, líderes religiosos e ditos conselheiros. Os jovens LGBT são os alvos preferenciais e sofrem em silêncio. Existe um vazio jurídico que deixa as vítimas sem apoio, mas a criminalização destas práticas está em marcha. Antes de mais, é preciso falar sobre o assunto.

TORTURAS QUE AINDA ACONTECEM EM PORTUGAL

Como muitos adolescentes, Rui começou por namorar em segredo. Não que o quisesse esconder: estava apaixonado e queria contar a toda a gente como estava feliz. Quando ganhou coragem para contar à família que era homossexual, a notícia não foi bem recebida. “Por ingenuidade, acreditei que a sociedade e as pessoas eram mais tolerantes.” Não foi isso que aconteceu. Passou a sentir-se deprimido, ansioso e a ter ataques de pânico.

Sem saber para onde se virar, Rui aceitou ir a uma psicóloga “altamente recomendada”, para que o ajudasse. Esperava encontrar uma terapeuta “no mínimo neutra”, mas deparou-se com alguém que sempre expôs a sua “orientação sexual como um problema”. Para ela, esse “problema” tinha de ser “tratado” e isso conseguia-se através de práticas de conversão. Rui sentiu-as na pele ao longo de dez anos.

As consultas começaram em 2003 e duraram até 2013, com algumas intermitências. Foram precisos muitos anos até se aperceber daquilo a que tinha sido sujeito. Ia às consultas por outras razões, entre as quais o rumo profissional que deveria seguir, mas a conversa acabava sempre na sua orientação sexual. “A premissa base sempre foi: ‘a sua opção de preferência vai trazer muitos problemas, muitas dificuldades’, até que eventualmente houve uma tentativa de pressão para mudança de orientação sexual”, conta ao Setenta e Quatro.

Sentado num sofá num apartamento na Baixa de Lisboa, Rui faz longas pausas ao contar a sua história. A voz treme-lhe enquanto se esforça por recordar o que levou anos a esquecer, engole em seco. Sabe que depois da conversa passará uma semana ansioso por ter revivido tudo, mas principalmente por ter contado a alguém.

Sofreu pressões subtis, apresentadas como boa vontade e passos do processo terapêutico. Como trabalho de casa, recomendavam-lhe leituras de autores que defendem que a homossexualidade é uma doença, numa lógica de reforço do que a terapeuta dizia nas consultas. Mais tarde, foi submetido a testes psicotécnicos. “Num desses testes, validado pela ciência, foi-me dito que devia seguir a carreira de sacerdote”, recorda Rui.

Acreditou na validade científica e nas palavras da psicóloga e chegou mesmo a procurar um sacerdote para perceber se tinha vocação. Teve aulas de religião durante muito tempo. “Quando fazemos uma terapia e nos é explicado por A mais B que se calhar há um caminho profissional específico, sem se falar da orientação sexual, dá-se ouvidos”, explica o homem hoje com 42 anos.

A lógica por detrás da sugestão do sacerdócio é a seguinte: se a psicóloga crê que a orientação sexual da pessoa em questão é impossível de mudar, então opta por condicionar o seu comportamento, neste caso com o celibato inerente ao sacerdócio católico. A homossexualidade não é “curada”, mas os supostos comportamentos prejudiciais ficariam restringidos.

A travar uma luta interna, Rui demorou anos a perceber que estava a ser sujeito a uma prática de conversão. Quando tomou consciência, continuou a ir. “Foi um fechar de olhos propositado, porque durante muito tempo achei que era mais fácil compactuar”, confessa. Escolheu ignorar por a terapeuta ser “aprovada no meio social” conservador em que vivia: sabia que, se deixasse de ir, teria problemas com a família, e estava financeiramente dependente dela. Quando já trabalhava e recebia o seu próprio dinheiro, fincou o pé e deixou de ir à psicóloga.

“Hoje tenho a certeza que foi uma ‘terapia’ de conversão de orientação sexual, porque esta terapeuta está convencida que a homossexualidade é uma doença e que tem cura”, garante.

Rui chegou ainda a ser reencaminhado para um psiquiatra do seu meio conservador e, chegado ao seu consultório, mentiu sobre a orientação sexual: “percebi que havia ali a possibilidade de me estar a meter numa situação muito complicada, conheci uma pessoa que tinha feito esse caminho e já não está cá para contar”. Por causa da pressão de encararem a sua orientação sexual como algo errado, o amigo de Rui suicidou-se.

A ansiedade e a depressão passaram a fazer parte do dia-a-dia de Rui. Ainda hoje sente as consequências psicológicas de uma década destas práticas, sobretudo quando recorda esses anos, mas recusa sentir-se vítima. “Há um ponto da nossa vida em que deixamos de ser vítimas, temos de deixar de ser vítimas. Não me considero vítima, ponto final. Há muito pouco ao nível da minha dignidade que me possa ser tirado neste momento. Já me tiraram muita coisa, aquele direito de sermos felizes, de sermos livres.”

As práticas de conversão de orientação sexual continuam a acontecer em Portugal. O Setenta e Quatro deparou-se com relatos de pouco mais de uma dezena de casos (as vítimas não quiseram falar por se recusarem a recordar o passado), a que se juntam outros oito referidos num estudo a que teve acesso, totalizando quase duas dezenas de vítimas.

Estas práticas são feitas às escondidas por psicólogos, líderes religiosos e autointitulados conselheiros. As vítimas, a maior parte entre os 16 e os 24 anos, sofrem em silêncio. O trauma impede-as de pedir ajuda e na maioria dos casos não sabem a quem recorrer, sentem-se abandonadas. Como dependem das famílias para comer e estudar, têm de romper com o mundo que conhecem para poder ser quem são. Não existe em Portugal uma rede pública de apoio específica para pessoas LGBT e por isso, caso não tenham a ajuda de amigos, correm o risco de se tornarem sem-abrigo ao saírem/serem expulsas de casa.

O problema é mais alargado. Estas práticas são, ainda assim, um universo limitado em Portugal e o dominante são as práticas clínicas desadequadas, levadas a cabo por profissionais de saúde mental sem a necessária formação e conhecimento para lidar com questões particulares de pessoas LGBT. Visões heteronormativas, homofobia e a patologização da homossexualidade – ou a ideia de ser uma escolha – são ainda traços caracterizadores das abordagens clínicas.

O Setenta e Quatro falou com dezenas de pessoas que passaram por estas práticas, profissionais de saúde mental, deputadas, investigadores e dirigentes associativos para perceber o universo das práticas de conversão de orientação sexual. Os nomes de pessoas sujeitas a estas práticas são fictícios por razões de privacidade. O foco da investigação foram as práticas de conversão de orientação sexual (e não as de identidade de género, apesar de serem mundos que se cruzam).

No entanto, a existência de práticas de conversão da identidade de género, nomeadamente das pessoas transgénero, foi consecutivamente levantada pelos entrevistados. São bastante comuns, para não dizer generalizadas, por os preconceitos e os estigmas estarem ainda mais enraizados e a formação dos profissionais de saúde ser bem menor. As redes de apoio público com características específicas não existem e as dificuldades no acesso à saúde são maiores.

PRÁTICAS DE TORTURA

As práticas e métodos de conversão da orientação sexual ainda acontecem em mais de 100 países e há uma crescente preocupação de vários Estados, por serem encaradas como atos equivalentes a tortura. As Nações Unidas têm apelado a que sejam criminalizados e se criem mecanismos de apoio psicológico e de acolhimento para sobreviventes. Mas no que consistem estas práticas de conversão de orientação sexual?

Antes de mais, estas ditas “terapias” não são terapias, seja por se proporem a tratar algo que não é doença, seja por não respeitarem os dois critérios essenciais para que sejam caracterizadas como tal: eficácia e segurança – não atingem o objetivo de curar a homossexualidade e causam graves danos psicológicos às pessoas. Chamar-lhes terapias, mesmo que coloquialmente e com uma postura crítica e de denúncia, é dar-lhes legitimidade implícita. Daí que devam ser referidas como “práticas”. Não obstante, é como “terapias” que têm sido referidas no debate público, surgindo com aspas.

CHAMAR-LHES TERAPIAS, MESMO QUE, COLOQUIALMENTE E COM UMA POSTURA CRÍTICA E DE DENÚNCIA, É DAR-LHES LEGITIMIDADE IMPLÍCITA QUE NÃO MERECEM.

“Terapia de Conversão” é um termo utilizado como guarda-chuvas para descrever intervenções de natureza abrangente, que se baseiam na ideia de que a orientação sexual ou a identidade de género de uma pessoa pode e deve ser alterada”, lê-se no relatório que Victor Madrigal-Borloz, especialista das Nações Unidas para as questões de orientação sexual e de identidade, entregou ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU em maio de 2020.

O termo é tão lato que ao longo das últimas décadas teve várias denominações, umas usadas para lhes dar legitimidade terapêutica e outras de forma coloquial, dependendo da tendência pseudocientífica e religiosa de quem as pratica: “terapias de conversão”, “terapias de reparação”, “terapias de reorientação sexual”, “cura gay”, “terapia ex-gay”. O que as une é a intenção de mudar a orientação sexual de uma pessoa. As formas de o fazer também são muitas, umas mais agressivas que outras. Mas todas com consequências na saúde mental dos pacientes.

As consequências psicológicas podem ser catastróficas para quem passa por estas práticas: perda significativa da autoestima, ansiedade, síndrome depressiva, isolamento social, dificuldade de intimidade, ódio a si mesmo, vergonha e culpa, disfunção sexual, stress pós-traumático, ideação e tentativas de suicídio. Os danos são ainda maiores por as vítimas serem, na maioria dos casos, jovens entre os 16 e os 24 anos, quando estão a construir a sua identidade e são mais permeáveis a argumentos de autoridade dos pais, professores, profissionais de saúde e líderes religiosos.

Na versão alargada do relatório para o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Victor Madrigal-Borloz deixou claro que estas práticas “podem equivaler a tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante”. “Quaisquer meios e mecanismos que procuram tratar as pessoas LGBT como seres humanos inferiores são degradantes por definição e podem caracterizar tortura dependendo das circunstâncias, como a gravidade da doer e sofrimento físico e mental infligido”, lê-se no resumo do relatório.

O especialista das Nações Unidas para as questões de orientação sexual e de identidade divide as metodologias destas práticas em três. A primeira é a psicoterapêutica, em que a abordagem comportamental predomina com o intuito de criar aversão. Alguns dos métodos usados são a hipnose, eletrochoques, náusea e paralisia induzidas por medicamentos, psicoterapia, condicionamento masturbatório (forçar o pensamento no sexo oposto). O objetivo desta metodologia, explica o especialista das Nações Unidas, é submeter uma pessoa a “sensações negativas, dolorosas ou angustiantes ao ser exposta a um estímulo conectado com a sua orientação sexual”.

A segunda, a metodologia medicinal, tem um longo historial (desde o século XIX) e a sua abordagem está ancorada na crença de a diversidade sexual ou de género ser uma disfunção biológica. Entre os métodos historicamente praticados estão a lobotomia, a injeção de hormonas (por acreditarem que a homossexualidade é fruto de demasiado estrogénio nos homens e demasiada testosterona nas mulheres), a medicação de antidepressivos para eliminar a libido e o internamento em “clínicas” psiquiátricas com a recomendação de um médico.

E, por fim, a metodologia religiosa, que tem como premissa a ideia de haver algo inerentemente pecaminoso na diversidade das orientações sexuais e identidades de género. “As vítimas são geralmente submetidas aos princípios de algum líder ou conselheiro religioso/espiritual e submetem-se a programas que irão gradualmente reverter a sua ‘condição’”, diz o especialista das Nações Unidas. Os métodos usados incluem aconselhamento religioso, rituais religiosos, insultos anti-gays, espancamentos, reclusão com privação de comida, exorcismos e a “terapia” do toque, de aliciamento sexual para que a outra pessoa rejeite – quando conseguir resistir aos impulsos, estará supostamente curada.

Depois de séculos de perseguição religiosa, a homossexualidade (termo que aparece pela primeira vez na segunda metade do século XIX) foi criminalizada e, mais tarde, patologizada. A primeira prática de conversão (nessa altura considerada tratamento médico válido por a medicina ainda estar pouco desenvolvida) foi tornada pública em 1889 pelo psiquiatra alemão Albert von Schrenck-Notzing. Alegou ter curado a homossexualidade de um paciente depois de quatro meses por meio da hipnose e da sugestão – foram necessárias 45 sessões e algumas idas a um bordel.

O FIM DA HOMOSSEXUALIDADE SER ENCARADA COMO DOENÇA NÃO FOI BEM RECEBIDO POR UMA MINORIA DE CLÍNICOS DE SAÚDE MENTAL E MOVIMENTOS ULTRACONSERVADORES.

Foi o ponto de partida para as denominadas práticas de conversão: três anos depois, o psiquiatra publicou uma monografia sugerindo que esta terapia tinha curado outras 70 pessoas. Esta tese ganhou destaque e ao longo do século XX muitos foram os métodos desenvolvidos para tentar “curar” a homossexualidade. Deixaram um rasto de milhares de vítimas psicologicamente destruídas.

Estas práticas tornaram-se – e ainda são, existindo campanhas mundiais para a sua criminalização – uma das principais preocupações das organizações de defesa dos direitos das pessoas LGBT (principalmente depois da II Guerra Mundial). Cada vez mais pressionados, os profissionais de saúde mental começaram a virar costas à classificação da homossexualidade como doença.

Em 1973, a Associação Americana de Psicologia (APA, na sigla em inglês) desclassificou a homossexualidade como doença e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais III (DSM-III), publicado em 1980, seguiu o mesmo caminho. Porém, a Organização Mundial de Saúde demorou a seguir-lhe os passos: só a 17 de maio de 1990 assumiu a mesma posição clínica, fazendo, no entanto, um mea culpa.

O fim da homossexualidade ser encarada como doença não foi bem recebido por uma minoria de clínicos de saúde mental e movimentos ultraconservadores norte-americanos, fossem católicos ou evangélicos. Com a recusa dos clínicos em “tratarem” a homossexualidade, estes movimentos avançaram para ocupar o vazio deixado, trabalhando com a imprensa conservadora para difundirem campanhas pseudocientíficas e

de reforço da desejabilidade do tratamento da homossexualidade. Por exemplo, associaram a homossexualidade à pandemia de VIH/SIDA, na década de 1980, para fortalecerem a sua agenda.

Um desses movimentos foi a Exodus International, organização conservadora fundada em 1976 e que se tornou a maior do mundo composta por “ex-gays”. Aliava uma base religiosa a uma pseudociência ancorada em dinâmicas terapêuticas de grupo: criou os Homossexuais Anónimos, à semelhança dos Alcoólicos Anónimos.

Mais tarde, já depois de a OMS também despatologizar a homossexualidade, assistiu-se a uma nova ofensiva, desta vez por dois profissionais de saúde mentais norte-americanos muito influentes no meio conservador norte-americano, o psiquiatra Charles Socarides e o psicólogo Joseph Nicolosi. Em 1992, fundaram a National Association for Research & Therapy of Homosexuality (NARTH) e aliaram-se a grupos religiosos fundamentalistas de extrema-direita, aprofundando estas torturas psicológicas e realizando congressos para as discutirem e formas de as exportarem ao resto do mundo – foi um importante contributo para o que hoje se relaciona com a denominada “ideologia de género”, narrativa de extrema-direita.

A América Latina, área de influência por eleição dos Estados Unidos, foi uma das primeiras zonas para onde estes grupos religiosos exportaram estas teses e métodos, vivendo-se hoje no subcontinente uma epidemia destas práticas. A Europa de Leste é neste momento um dos epicentros de exportação destas práticas, ainda que os Estados Unidos continuem a ser um dos faróis destes movimentos – por exemplo, o norte-americano Richard Cohen, que defende que é possível mudar a orientação sexual, esteve em Portugal em 2015 a convite da Associação de Psicólogos Católicos.

Nas últimas décadas, estes grupos têm estabelecido redes internacionais, sejam ou não estruturalmente organizadas, de troca de conhecimentos e financiamento contra a suposta “ideologia de género”. Espanha, por exemplo, tem um movimento anti-LGBT muito forte, aliado do partido de extrema-direita Vox e capaz de fazer duras campanhas contra a criminalização destas práticas.

QUAL A REALIDADE DESTAS PRÁTICAS EM PORTUGAL?

Muito pouco se sabe sobre a verdadeira dimensão destas práticas de conversão de orientação em Portugal. Quem as faz, fá-las às escondidas em comunidades ultraconservadoras e evangélicas fechadas, onde existem relações de confiança e as recomendações para quem as pratica se fazem boca a boca. Também não existem dados, daí ser difícil saber a dimensão real. Mas a sua promoção na Internet e nas redes sociais é feita às claras, sem represálias.

As vítimas também não as denunciam, ora por estarem traumatizadas (e a recuperar psicologicamente, processo que pode demorar anos), ora por não quererem relembrar o que passaram. Mas também por não terem a quem denunciar, uma vez que estas práticas ainda não configuram crime no sistema jurídico português. Vivem e sofrem em silêncio. Os responsáveis não sofrem quaisquer consequências.

“Em Portugal, o que sabemos e vamos tendo alguma noção é a de os tratamentos serem mais subtis, o que não quer dizer que sejam menos prejudiciais”, explicou Jorge Gato, psicólogo e membro da task force que elaborou as *Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas LGBTQ*. “São provavelmente o que chamamos de lavagens cerebrais: convencer a pessoa que nos traz a dificuldade de aceitação da sua orientação sexual e fazer o contrário do que se deve fazer: a aceitação incondicional da sua orientação sexual, seja ela qual for.”

Há quem tente levantar um pouco o véu sobre esta realidade pouco estudada e conhecida no país. Pedro Alexandre Costa, investigador do ISPA e especialista em Psicologia LGBT, levou a cabo o primeiro estudo em Portugal que teve como objetivo examinar as experiências de terapia, exposição a práticas de conversão e saúde mental em pessoas LGBTQ+.

“Sabe-se que técnicos de saúde mental e terapeutas continuam a realizar práticas que visam a mudança de orientação sexual”, lê-se no artigo académico a que o Setenta e Quatro teve acesso. “Perto de 3% [8] participantes LGBTQ+ reportaram terem sido expostos a práticas de conversão”. E revelaram piores indicadores de saúde mental, quase três vezes maior risco de ideação e tentativas de suicídio do que as restantes pessoas LGBTQ+.

O estudo teve uma amostra final de 322 participantes (207 heterossexuais cisgénero (indivíduo que se identifica em todos os aspetos com o seu género de nascença) e 115 participantes LGBTQ+, com idades entre os 18 e os 67 anos). O investigador acredita que o número de pessoas expostas a estas práticas está “subestimada” por a amostra ser relativamente pequena e o estudo não ser probabilístico. Mas sobretudo por se focar em práticas de conversão feitas por profissionais de saúde, e não por líderes religiosos ou outras figuras, e pela escolha da definição mais restrita, focada em contexto clínico.

“Os dados internacionais que nos começam a chegar de vários países estabelecem que estas práticas podem ir até aos 10%. Se pensarmos em algum preconceito que valida a homofobia internalizada, então podemos entrar nos 20% ou mais de prevalência”, diz ao Setenta e Quatro o autor do artigo académico *Experiências de psicoterapia de pessoas heterossexuais cisgénero e pessoas LGBTQ+: Resultados preliminares*.

Daí que uma das conclusões do estudo seja precisamente a “necessidade de formação específica dos profissionais de saúde para as necessidades das pessoas LGBTQ+”. “Nos cursos base de formação de psicólogos ou psiquiatras, não há praticamente formação nenhuma em relação às minorias sexuais e de género, nem em relação a minorias étnico-raciais ou de contexto cultural”, garante o investigador.

Resta portanto aos profissionais de saúde procurar pós-graduações e formações específicas. Fica à responsabilidade de cada um encontrar essa formação adicional, o que muitas vezes não acontece.

O Setenta e Quatro falou com mais três profissionais de saúde dedicados a questões LGBTQ+ que corroboraram esta perspetiva de falta de formação. Porém, Miguel Ricou, presidente do Conselho de Especialidade da Psicologia Clínica da Ordem dos Psicólogos, garante que os psicólogos recebem a formação necessária para poderem ser os melhores profissionais, referindo, no entanto, reconhecer “problemas de má formação em todas as áreas”. “Não acredito que [a incompetência] seja a norma, a competência é

um dos princípios éticos dos psicólogos”, garante.

A FALTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FAZ COM QUE POR VEZES A LINHA ENTRE PRÁTICAS DE CONVERSÃO E PRÁTICAS CLÍNICAS DESADEQUADAS SEJA MUITO TÊNUE.

“A Ordem trabalha muito para conseguir dar aos psicólogos todas as possibilidades de conseguirem promover boas práticas”, disse Ricou, dando de seguida como exemplo o documento das linhas orientadoras sobre LGBT da Ordem. “As linhas orientadoras foram feitas no sentido de mostrar aos psicólogos o que eles precisam de saber para poderem trabalhar nessas áreas, porque de facto são áreas específicas que trazem dificuldades e questões próprias.”

O dirigente da Ordem garantiu que a instituição está a trabalhar no sentido de fortalecer as competências dos psicólogos. A Ordem enviou depois ao Setenta e Quatro dados concretos: 2.147 psicólogos (de um universo total de cerca de cinco mil com cédula) frequentaram a formação de Intervenção Psicológica com pessoas LGBTQ+ desde 2012, quando a instituição começou a funcionar em pleno, depois de uma fase inicial de estruturação. A Ordem acreditou desde esse ano mais 14 formações abrangentes sobre temáticas de sexualidade humana, com apenas duas delas a serem específicas para questões LGBTQ+.

A falta de formação dos profissionais de saúde faz com que por vezes a linha entre práticas de conversão e práticas clínicas desadequadas seja muito tênue. Alguns profissionais de saúde, sem formação e conhecimentos particulares para lidarem com pessoas LGBTQ+, permitem que os seus preconceitos e crenças heteronormativos influenciem a abordagem terapêutica. Neste processo, com a intenção de atenuarem o sofrimento dos pacientes, estão a causar mais. Desvalorizam a orientação sexual, forçam o assumir publicamente a sexualidade dos clientes, questionam se a homossexualidade é apenas uma fase, acentuam a dúvida. Em suma, dão a entender que a orientação sexual homossexual não é tão válida como a heterossexual.

Poucos são os estudos que se debruçaram sobre esta realidade em Portugal e um dos principais foi publicado pela ILGA Portugal em 2015, *Saúde em Igualdade – Pelo Acesso a cuidados de saúde adequados e competentes para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans*.

No estudo, com uma amostra de 547 pessoas inquiridas, chegou-se à conclusão que 17% dos inquiridos já se sentiram discriminados ou sujeitos a tratamento desadequado nos serviços de saúde e 11% (27 pessoas) afirmaram que algum profissional de saúde lhes sugeriu que a homossexualidade é uma doença e que pode ser “curada”. As respostas dos inquiridos incluíram comentários considerados desadequados, episódios de discriminação na doação de sangue por homens gays ou bissexuais (só em março deste ano é que as pessoas LGB passaram a poder doar sangue sem qualquer discriminação) e a presunção de comportamentos sexuais de risco derivados da orientação sexual.

RESISTIR IMPLICA ROMPER COM AS SUAS FAMÍLIAS E, SE NÃO TIVEREM REDE DE APOIO E NÃO HOUVER CASAS DE ABRIGO PREPARADAS PARA OS ACOLHER, CORREM O RISCO DE SE TORNAREM SEM ABRIGO.

Um outro estudo mais antigo, de 2006, da autoria da psicóloga Gabriela Moita, chegou à conclusão que entre os terapeutas portugueses “a homossexualidade ainda surge configurada como um défice”, ao ser considerada como “resultado de uma ‘falha no processo de identificação’ ou uma ‘falha narcísica’”. O estudo baseou-se nos debates de cinco grupos de discussão constituídos por clínicos e noutros três formados por clientes.

“O facto de o modelo patológico da homossexualidade ter tido expressividade nos discursos de alguns clínicos é um indicador de que entre a comunidade terapêutica portuguesa ainda existem preconceitos que podem conduzir a terapias desajustadas e a enviesamentos na avaliação dos clientes”, lê-se no artigo académico *A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos*. Além disso, a autora assistiu à defesa de intervenções sobre quando os comportamentos homossexuais coexistem com alguns heterossexuais, o que dá a entender que os terapeutas acreditavam que “uma maior proximidade à heterossexualidade implica uma maior possibilidade de reversão”.

Esta interpretação das orientações sexuais é um indicador de que se está a caminhar para considerar a homossexualidade uma doença, diz Jorge Rato. “Quando fazemos uma interpretação já estamos a patologizar. As orientações sexuais não devem ser interpretadas, devem ser aceites e ponto final”, explica o psicólogo. “O consenso hoje é a problematização do estigma, não da orientação sexual.” Mas não é isso que acontece muitas das vezes.

Sara Malcato é há anos responsável pelo departamento de apoio psicológico da ILGA Portugal e não tem uma boa opinião sobre a forma como os profissionais de saúde mental abordam as problemáticas das pessoas LGBT. “Conta-se pelos dedos das mãos as pessoas que tiveram boas práticas anteriores e que procuraram a ILGA por uma questão de valor – os nossos serviços são um bocado mais ajustados”, garante.

Não demora muito a lembrar-se de exemplos de más práticas. “Já aconteceu serem os psicólogos a dizerem à família que a pessoa é gay, lésbica ou bissexual, principalmente quando falamos de jovens. Das pessoas que acompanhamos, é mais comum que incomum”, diz a psicóloga. Isto acontece por o psicólogo se sentir muitas vezes legitimado pelo seu estatuto de autoridade, diz. Apesar de serem jovens, continua a haver um aspecto de confidencialidade, sobretudo quando foi o tema da sexualidade que os levou ao psicólogo.

Esta quebra de confidencialidade pode ter efeitos nocivos no acompanhamento psicológico de jovens LGBT. Encaram os psicólogos como alguém com autoridade e o processo terapêutico exige confiança, e estas quebras de confidencialidade levam-nos a generalizar estes comportamentos a todos os profissionais.

“A busca de apoio a nível da saúde mental fica muito condicionada”, conclui Sara Malcato, principalmente quando as pessoas LGBT têm bem mais probabilidade de desenvolverem problemas de saúde mental que uma pessoa hétero cisgénero, por causa do estigma social de que são alvo.

“A prática de conversão terá efeitos muito mais nocivos do que uma prática desadequada, mas esta última também tem efeitos negativos”, garante Pedro Alexandre Costa. “Aquilo que sentimos nos últimos dez anos é que há muitas práticas que não são éticas, não são profissionais, e de alguma forma o objetivo é contrariar a orientação sexual ou a identidade de género, mas são vistas meramente como más práticas”, aponta Marta Ramos, diretora-executiva da ILGA Portugal, acrescentando que “não são percebidas pelos profissionais nem pelas próprias vítimas como encaixando nestas supostas terapias de conversão”.

Sara Malcato já recebeu no seu consultório vários casos de jovens LGBT que foram submetidos ao que entende serem práticas de conversão e nem percebem que o foram, por isso nem se consideram vítimas. “As pessoas não têm muitas das vezes consciência, apenas sabem que foi angustiante, que aumentou a forma negativa como se viam. Quando nos verbalizam percebemos que foi uma prática de conversão”, explica a psicóloga clínica.

Saber que foram submetidas a uma prática dá-lhes um sentimento de vítima, mas, por outro lado, também lhes permite perceber que o problema não está nelas, mas sim em quem as praticou. A linha entre as práticas de conversão e as práticas clínicas desadequadas é, mais uma vez, muito ténue.

Por sua vez, a diretora-executiva da ILGA Portugal garante que uma das más práticas mais comuns é a medicação de antidepressivos a jovens LGBT. Ficam sem líbido e, assim, condicionam o seu comportamento. “Se não tiveres impulsos e vontades, pode ser que te passe. É no fundo apagar a identidade da pessoa na esperança que perceba que não vai acontecer nada. Isto é o mais comum, as pessoas nem se apercebem”, garante Marta Ramos.

E deu um exemplo. Em 2016/2017, a ILGA Portugal recebeu o caso de uma jovem LGBT cuja médica de família a reencaminhou para um psiquiatra da sua confiança quando falou da sua orientação sexual, dizendo-lhe que isso se “resolvia já”. “O psiquiatra veio a prescrever medicação altamente doseada de psicóticos para a jovem”, disse, acrescentando que no decorrer do acompanhamento psicológico da associação essa medicação se mostrou desnecessária.

“A maioria das pessoas jovens LGBT estão medicadas, resta saber se precisam de o estar. Se calhar precisariam de um acompanhamento psicológico que fosse de facto de intervenção afirmativa”, denunciou.

As pessoas LGBT têm mais probabilidade de desenvolverem problemas de saúde mental do que as pessoas heterossexuais, mas não têm os necessários serviços de saúde públicos. A saúde mental sempre foi o parente pobre do Serviço Nacional de Saúde e as listas de espera podem ser longas, principalmente fora dos grandes centros urbanos, e os preços no privado são muitas vezes demasiado altos – uma única consulta de psicologia pode ir dos 30 aos 80 euros.

“QUANDO FAZEMOS UMA INTERPRETAÇÃO JÁ ESTAMOS A PATOLOGIZAR. AS ORIENTAÇÕES SEXUAIS NÃO DEVEM SER INTERPRETADAS, DEVEM SER ACEITES E PONTO FINAL”,

explica Jorge Rato

Que serviços de psicologia restam então? “Só restam as associações LGBT, daí termos um serviço de apoio psicológico próprio. Não só por falta de segurança e na adequação de conhecimentos e técnicas de intervenção, mas também por causa dos valores [monetários]”, explicou Marta Ramos.

A situação é semelhante no que diz respeito à existência de casas de abrigo específicas para pessoas LGBT. O Estado, a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social têm casas de acolhimento, mas não estão adaptadas para as especificidades das pessoas LGBT. Esta não é uma questão de somenos quando se aborda as práticas de conversão de orientação sexual: a maioria das pessoas LGBT são submetidas quando são adolescentes ou jovens adultos e estão financeiramente dependentes. Resistir implica romper com as suas famílias e, se não tiverem rede de apoio e não houver casas de abrigo preparadas para os acolher, evitando que sofram estigmatização e episódios de violência física, psicológica e verbal, por já estarem fragilizados, correm o risco de se tornarem sem abrigo.

Se as famílias forcçarem os jovens a submeter-se a estas práticas com a ameaça implícita ou explícita de saída de casa, então estarão a incorrer no crime de violência doméstica por causa da situação da dependência económica, explica Marta Ramos. “Pouca gente sabe isto.”

O artigo 152.º do Código Penal, referente ao crime de violência doméstica, é claro no ponto 1 e na sua alínea d) ao referir-se ao impedimento de “acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais comuns” de uma “pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da ideia, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”.

Assim sendo, os jovens poderão ativar a linha de apoio às vítimas de violência doméstica, seja através da polícia, dos serviços públicos ou das associações LGBT, mas depois há a questão das casas de apoio e abrigo, refere Hélder Bértolo, presidente da associação Opus Diversidades.

O dirigente associativo dá como exemplo os dramas sociais e económicos causados pela pandemia para ilustrar a situação que as potenciais vítimas destas práticas poderão enfrentar. “Durante o confinamento houve imensa gente que ficou sem casa e muitas foram acolhidas em centros comunitários, mas depois foram alvo de homofobia e transfobia”, conta o dirigente associativo ao Setenta e Quatro. E como exemplo deu o caso de uma situação que acompanhou de perto: “tivemos o caso de um casal de rapazes que estava num desses centros e só por estar de mãos dadas quase foi agredido. E depois a ideia foi de eles terem provocado, que não tinham nada de estar de mãos dadas”.

Daí que o dirigente associativo tenha sentido a necessidade de tirar algumas pessoas desses centros comunitários. “Isto é o ideal? Não, o ideal é que todos os sítios sejam inclusivos. Mas até lá chegarmos não podemos obrigar essas pessoas a passarem por violências”, sublinhou. Para Bértolo, a solução é simples: “É preciso reforçar os centros de acolhimento para pessoas LGBTQIA+, para que sejam apoiados os que já existem e criados novos”. “Quando isto foi falado, a reação mais geral foi: lá estão eles a querer coisas especiais. Não, ‘eles’ não querem é apanhar tarefa. Isto não são direitos a mais, são os mesmos direitos, neste caso o de não ser agredido”, critica.

O dirigente associativo referia-se ao debate público suscitado pelos projetos de resolução do Bloco de Esquerda e das deputadas não-inscritas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues, durante o primeiro ano de pandemia de covid-19, para se criarem estruturas de apoio locais para pessoas LGBTQI+ em situação de fragilidade económica ou social.

“A MAIORIA DAS PESSOAS JOVENS LGBT ESTÃO MEDICADAS, RESTA SABER SE PRECISAM DE O ESTAR. SE CALHAR PRECISARIAM DE UM ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO QUE FOSSE DE FACTO DE INTERVENÇÃO AFIRMATIVA”,

denunciou a diretora-executiva da ILGA Portugal.

As três propostas de resolução acabaram por ser fundidas numa única que recomendou ao governo a criação destas estruturas e a capacitação de técnicos especializados para o acompanhamento das pessoas LGBTQI+. Foi aprovada pela Assembleia da República a 28 de maio deste ano: PS, BE, PCP, PAN, PEV e as deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira votaram a favor; PSD, CDS-PP e Iniciativa Liberal abstiveram-se; e o deputado único do Chega não esteve, mais uma vez, presente na votação em plenário.

Mas qual é, então, a situação das casas de abrigo para pessoas LGBT neste momento? Em todo o território nacional existem apenas quatro instalações com apoio direcionado para esta população: a Casa Arco íris e a Casa com Cor/Plano 3C, da Associação Plano i, localizada no Porto; a ReAjo – Resposta de Autonomização para Jovens LGBTI, um apartamento de autonomização da Casa Qi, para jovens dos 16 aos 23 anos; e, por fim, a Casa de Acolhimento Temporário de Emergência, da Opus Diversidades. Quatro.

“As pessoas LGBT já conquistaram nos últimos anos muitos direitos na lei, mas é só na teoria, falta ainda na prática”, salienta Nuno Pinto, coordenador do estudo da ILGA Saúde em Igualdade. “Ainda não temos políticas públicas LGBT ativas no país.”

PRÁTICA QUE SE TRANSFORMOU EM ABUSO SEXUAL

Quando Carlos tinha 15 anos, a “ajuda” chegou pela mão de um conselheiro religioso durante três anos quando ainda vivia no Brasil. Foi submetido a uma prática de conversão com a técnica do “toque/resistência terapêutico”. “Ele fez as orações que costumava fazer e depois pediu-me para tirar a roupa, ele também tirou, e colocou-se junto de mim. A questão era do tipo: ‘o que você sente comigo aqui perto de você? Sentes isto [atração], então tens de resistir. Tenta resistir, tenta pensar noutra coisa”, contou Carlos ao Setenta e Quatro.

Tudo começou quando ainda era criança. Carlos sentia que era diferente dos restantes miúdos com quem brincava, mas não sabia explicar porquê. Aos sete anos começou a aperceber-se do discurso homofóbico no seio familiar e ainda hoje se recorda de um momento em específico: “Lembro-me de episódios na televisão com um casal homossexual e de a minha mãe dizer ser ‘nojento’”. Começou também ele a sentir nojo dos homossexuais.

“ESTABELECI UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM ELE DE TAL MANEIRA QUE PARA MIM AQUILO ERA PARTE DE CHEGAR A UMA CURA. HOJE OLHO PARA TRÁS E ACHO QUE AQUILO FOI ABUSO SEXUAL”

conta Carlos.

Esse momento marcou-o e, quando chegou à puberdade, viveu uma “confusão tremenda, porque o que sentia não estava de acordo com o meio em que vivia”. Teve uma adolescência com muito poucos amigos, era uma pessoa muito isolada, “sempre com medo que descobrissem a sua homossexualidade”. Sentia-se desenquadrado da sociedade e, para encontrar um sentimento de pertença, começou a participar num grupo de jovens da Igreja Católica da sua pequena cidade brasileira.

Dedicou-se ao máximo ao grupo, até se tornar uma obsessão. O grupo, explica Carlos, tinha dinâmicas saudáveis no início, mas a sua ausência identitária veio ao de cima. “Levei a sério e ao extremo: comecei a ir a todos os retiros e encontros – ficavam a 12 horas de onde vivia”, resume. “O discurso desta instituição era que aquilo que sentia [atração por homens] não era possível, era preciso procurar uma solução para aquilo.”

A sua homofobia internalizada intensificou-se e foi num canal de televisão católico, onde o tema da homossexualidade era recorrente, que encontrou as primeiras pistas para uma eventual cura que tanto procurava: “ouvi o senhor a dizer que curava homossexuais e até deu um exemplo de uma sessão dele: um gajo efeminado entrou e saiu de lá um homem. Para mim, aquilo foi a resposta”. Não seria a única resposta que iria encontrar.

Continuou a ir a palestras e numa delas encontrou um orador que prometeu curar a homossexualidade. Era quase um sinal da providência, pensou Carlos. “Ele chamou-me no final e disse-me que sabia o porquê de eu estar ali, que estava ali para me ajudar e que o que sentia tinha uma solução, que a iríamos encontrar juntos”, relembra. Passou a ir de três em três meses à casa do palestrante que se tornou seu conselheiro religioso para sessões de “cura da homossexualidade”.

“Ia até casa dele, vivia com a mulher e o filho adotivo, era professor de uma universidade, era uma pessoa de respeito, e as sessões consistiam em fazer orações. O discurso era de me tentar mudar”, recorda Carlos, hoje com mais de 40 anos. “Lembro-me de me entregar materiais, havia um livro que se chamava a ‘Cura da Homossexualidade’ e que assentava em três princípios que justificavam o que ele estava a tentar fazer.”

A recomendação desse livro não foi feita por acaso. Se Carlos poderia ter dúvidas sobre a dimensão religiosa das sessões, estes livros acabaram com elas ao dar-lhes um aparente cunho científico, comprovando tudo o que o conselheiro lhe dizia. “O livro tinha a fundamentação de ser uma anomalia genética, que podia ser corrigida com exercícios de enfrentamento dos desejos. Estava tão embebido naquilo que me fazia sentido.”

Os exercícios continuaram e os dois estabeleceram uma ligação de sólida confiança – o conselheiro era o único que sabia da sua homossexualidade –, até que a situação começou a ficar estranha.

“Os exercícios começaram a ser do tipo: se você colocar a mão no meu pénis, dizia ele, o que você sente? Estabeleci uma relação de confiança com ele de tal maneira que para mim aquilo era parte de chegar a uma cura. Hoje olho para trás e acho que aquilo foi abuso sexual”, conta Carlos. Depois veio a situação em que o conselheiro se despiu totalmente para que ele resistisse à suposta tentação.

Aos 18 anos, decidiu sair de casa e cortar contacto com o conselheiro, mas as mazelas perduraram. “Vivi três anos muito afetado, completamente angustiado, deprimido, com comportamentos autodestrutivos. A partir daí comecei uma descoberta autodestrutiva por não gostar do que podia ser, ainda vivia em negação completa e tinha esse sentimento de nojo, de vergonha, de receio. Era uma constante 24 horas no meu dia-a-dia.”

A solução que encontrou foi mudar-se para Portugal, onde mais tarde começou a fazer psicoterapia afirmativa, um conjunto de princípios que orientam a prática terapêutica para ajudar os clientes a aceitarem a sua orientação sexual. Encontrou-se e ganhou depois coragem para se assumir à família. Inicialmente reagiram mal, mas, aos poucos, foram aceitando o que não há forma de mudar. Hoje tem uma relação amorosa estável e está confortável com a sua sexualidade.

O CASO QUE INDIGNOU O PAÍS

O país tomou conhecimento que as práticas de conversão de orientação sexual ainda aconteciam em Portugal em janeiro de 2019. Em horário nobre, uma investigação da então jornalista da TVI Ana Leal mostrou a psicóloga Maria José Vilaça a aplicar estas práticas de conversão.

Fê-lo numa sessão de grupo na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Lumiar, em Lisboa, e numa consulta individual, na qual apresenta a homossexualidade como uma estagnação no desenvolvimento psicossocial de uma pessoa, dando a entender que esse “congelamento” pode ser curado. Chegou a sugerir leituras de Richard Cohen, o tal profissional de saúde mental norte-americano que esteve em Portugal em 2015.

A investigação causou indignação nacional. A ERC abriu um procedimento de iniciativa oficiosa por causa da transmissão das imagens e do debate que se seguiu à transmissão da investigação e a Ordem instaurou 14 processos disciplinares, juntando-os num único, o nº724, contra Maria José Vilaça.

“SE SOUBESSE QUE UM COLEGA FAZ ‘TERAPIAS’ DE CONVERSÃO, FICARIA ENVERGONHADO. TODOS NÓS, PSICÓLOGOS, SABEMOS QUE É COISA QUE NÃO SE FAZ. É UM CONSENSO MUITO AMPLO NA COMUNIDADE DOS PSICÓLOGOS”

disse Miguel Ricou

A decisão da ERC foi tornada pública cinco meses depois, a 5 de junho de 2019, e nele considerou a peça “enferma de várias deficiências”: ter-se socorrido a gravações não autorizadas, captadas em locais sujeitos a reserva de acesso e por a sua difusão não ter assegurado os cuidados adequados à preservação do anonimato dos visados – a única identidade revelada foi a de Maria José Vilaça. Mas também por não terem sido “claras as motivações do autor das gravações” vistas na reportagem.

Há, no entanto, uma conclusão da ERC surpreendente, o das situações vistas nas imagens não configurarem atos socialmente reprováveis: “mesmo concedendo que Maria José Vilaça tem opiniões controversas e ainda que algumas delas sejam comprovadamente erradas à luz dos atuais cânones científicos, nada na reportagem exibida configura pela sua parte a prática de atos ilícitos ou sequer socialmente reprováveis”.

A deliberação da entidade reguladora foi importante para que os processos disciplinares na Ordem dos Psicólogos contra Maria José Vilaça fossem arquivados. No entanto, aquando da sua defesa, conforme os trâmites legais, a psicóloga não deixou de tentar transformar a situação num caso político acusando a Ordem de mover “processos disciplinares por motivos ideológicos e persecutórios”, alegando que a instituição “deve defender os seus membros e não persegui-los por razões ideológicas e religiosas”.

Maria José Vilaça é um dos rostos da direção da Associação Psicólogos Católicos (APSIC), e uma das suas linhas narrativas é o questionamento sobre se um psicólogo pode ter fé, como se as crenças religiosas estivessem vedadas a estes profissionais. Faz disso cavalo de batalha.

“O psicólogo tem todo o direito de ter crenças religiosas desde que não interfiram com a sua prática. O psicólogo é psicólogo e trabalha a partir dos princípios da psicologia, dos valores da psicologia e com os limites do código deontológico”, explicou Miguel Ricou, presidente do Conselho de Especialidade da

Psicologia Clínica da Ordem dos Psicólogos.

Um dos pilares da defesa da visada no processo disciplinar foi a não existência de provas. A deliberação da Ordem foi clara a esse respeito, mas por serem consideradas nulas. Considerando que a reportagem “violou direitos fundamentais da visada, nomeadamente o direito à imagem, à palavra ao bom nome e reputação”, o Conselho Jurisdicional deliberou “não ser possível concluir pela verificação dos factos que apontam para a presença de comportamento indevido”, uma vez que a “reportagem não pode ser considerada como um meio de prova”, lê-se no processo disciplinar nº724, que o Setenta e Quatro consultou.

Mas o órgão disciplinar não deixou de frisar que, “a terem sido provados os factos descritos pelos participantes, teriam sido violados um conjunto de princípios, existindo comportamento contrário às principais linhas orientadores nacionais e internacionais de associações de psicologia e de áreas profissionais afins”.

O parecer da Ordem dos Psicólogos é claro sobre o posicionamento da instituição sobre as práticas de conversão: assinala a sua ineficácia e o facto de causarem “riscos e prejuízos para a saúde psicológica”. “A OPP condena qualquer tipo de práticas de discriminação, estigma, preconceito ou violência com base na orientação sexual ou identidade de género”, lê-se no parecer da instituição, de junho de 2021. “A OPP não pode validar qualquer tipo de ‘terapias’ de conversão e apoia políticas públicas e legislação que previna e combata a discriminação de pessoas LGBTI+.”

“Se soubesse que um colega faz ‘terapias’ de conversão, ficaria envergonhado. Todos nós, psicólogos, sabemos que é coisa que não se faz. É um consenso muito amplo na comunidade dos psicólogos”, disse Miguel Ricou. “É quase criminoso alguém que é profissional de saúde desconhecer as normas internacionais da OMS e da APA, que já tiraram a homossexualidade das doenças há décadas. Isto é criminoso, estão a ganhar dinheiro com isto, são charlatães”, acrescentou Hélder Bértolo.

Não foi a primeira vez que a Ordem e Maria José Vilaça entraram em choque. Em novembro de 2016, a psicóloga que faz questão de se afirmar publicamente como católica disse numa entrevista à revista Família Cristã que ter um filho homossexual “é como ter um filho toxicodependente, não vou dizer que é bom”. A Ordem recebeu “dezenas de queixas” e reagiu dizendo que as “declarações não apresentam qualquer tipo de base científica e que contrariam a defesa dos direitos humanos”.

A CRIMINALIZAÇÃO

A reportagem da TVI despoletou o debate público sobre as práticas de conversão de orientação sexual e foi o catalisador para uma petição pública a defender a criminalização destas práticas que já recolheu mais de cinco mil assinaturas. A petição permite a discussão do tema em sede de plenário da Assembleia da República, mas não chega para pôr fim ao vazio no sistema jurídico português.

Foi para acabar com esta situação que a deputada não-inscrita Cristina Rodrigues apresentou em abril um projeto-lei a propor a criminalização destas práticas e, em maio, foi a vez do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda. Os projetos propõem três anos de prisão a quem publicitar, facilitar, promover ou praticar esforços continuados, medidas ou procedimentos para alterar a orientação sexual de outra pessoa.

“Este vazio legislativo permite que estas práticas continuem a acontecer e são uma ameaça, uma chantagem, um risco e uma espada em cima da cabeça das gerações mais jovens”, declara a deputada bloquista Fabíola Cardoso. Com esta omissão no Código Penal, acrescenta Cristina Rodrigues, quem as pratica “pode no máximo levar com um processo disciplinar no âmbito das ordens”.

A lei terá um efeito dissuasor e dará poder reforçado às ordens profissionais, acreditam as deputadas, mas servirá também para dar um empurrão na mudança de mentalidades, para mostrar que o Estado português não é conivente. “Além de uma questão de criminalizar o comportamento em si, há também a questão de a sociedade tomar uma posição contra estas práticas, de ter um efeito dissuasor”, disse a deputada bloquista.

Todas as pessoas com quem o Setenta e Quatro falou acreditam que a criminalização é um passo bastante importante, ainda que tardio, por dar novas ferramentas às vítimas, às associações e às ordens profissionais para combaterem estas práticas equivalentes a torturas.

Se nada for feito, o único risco não é a continuação destas práticas, destruindo as vidas dos mais jovens, é também o de aumentarem de escala. A deputada Cristina Rodrigues receia que Portugal se possa tornar num refúgio para quem leva a cabo estas práticas, uma vez que Espanha, Reino Unido e Alemanha já começaram a dar passos no sentido de as criminalizar.

“ESTE VAZIO LEGISLATIVO PERMITE QUE ESTAS PRÁTICAS CONTINUEM A ACONTECER E SÃO UMA AMEAÇA, UMA CHANTAGEM, UM RISCO E UMA ESPADA EM CIMA DA CABEÇA DAS GERAÇÕES MAIS JOVENS”

diz Fabíola Cardoso

Uma outra hipótese, na mesma linha de pensamento, é de as relações internacionais entre Portugal e a América do Sul, via Brasil, levarem à importação destas práticas por motivos religiosos, que “encontrem no nosso país um território no qual se possam desenvolver e implementar a nível europeu”, alerta Fabíola Cardoso.

A criminalização terá, por agora, de esperar. Com o chumbo do Orçamento do Estado de 2022 e a consequente dissolução do parlamento pelo Presidente da República, os dois projetos-lei caíram. O de Cristina Rodrigues caiu permanentemente por a deputada não-inscrita não se recandidatar ao órgão legislativo nas listas de um partido e o bloquista terá de aguardar pela próxima legislatura, saída das legislativas de 30 de janeiro de 2022.

A deputada do Bloco de Esquerda garantiu que este projeto-lei será uma das primeiras iniciativas legislativas a dar entrada na próxima legislatura. O que se sabe neste momento é que um dos seus desafios

será pressionar o Partido Socialista a apresentar um projeto-lei próprio ou convencê-lo a apoiar o bloquista, caso contrário estas práticas nunca serão criminalizadas. E já estamos atrasados.

CARREGA NOS TÍTULOS PARA LERES

MIGUEL SALAZAR: ACEITEI SUBMETER-ME A UMA PRÁTICA DE CONVERSÃO POR MEDO DOS MEUS PAIS

POR RICARDO CABRAL FERNANDES

QUANDO SER GAY ERA DOENÇA EM PORTUGAL: DE LOBOTOMIAS A CHOQUES ELÉTRICOS

POR RICARDO CABRAL FERNANDES

**QUERO APOIAR
O SETENTA
E QUATRO**

Precisamos de leitores iniciais, de quem nos apoie quando estamos a começar; oferecemos uma recompensa, **serão estes leitores a beneficiar para sempre de tudo o que tivermos para oferecer**: informação, investigações, ideias, conhecimento, conversas e publicações exclusivas e humor.

CARREGA PARA CONTRIBUIR

ELSA PERALTA:

OS RETORNADOS BRANCOS VIVERAM O PARAÍSO EM ÁFRICA, MAS NÃO PASSOU DE UMA FICÇÃO



POR JOÃO BISCAIA E RICARDO CABRAL FERNANDES

Em África havia dinheiro, tempo livre, empregados, pleno emprego, bons ordenados, hábitos modernos de consumo, piqueniques e farras. Antes de serem retornados, os colonos portugueses foram peões no xadrez colonial ao mesmo tempo que desempenharam um papel essencial na subjugação dos povos colonizados. Até serem obrigados a fugir do seu paraíso e a regressar a Portugal.

ENTREVISTA A ELSA PERALTA

A pobreza grassava no Portugal de António de Oliveira Salazar quando milhares de famílias receberam incentivos para irem para a África portuguesa, sobretudo Angola e Moçambique, reforçar a ocupação branca e a ideia do Portugal pluricontinental. O Estado Novo exportou a pobreza e usou os retornados como peões no xadrez colonial, delegou-lhes um papel essencial na subjugação dos povos colonizados.

Os retornados chegaram a África com pouco mais do que conseguiam transportar consigo e receberam privilégios que nunca conheceriam no Portugal metropolitano: salário quatro ou cinco vezes superior, casa garantida, modernos hábitos de consumo e ascensão social, tendo à sua mercê uma imensa mão-de-obra forçada nativa, incluindo crianças. “Viveram o sonho do português médio: paraíso tropical, praia, pouco trabalho, empregados”, enquanto conviviam com a segregação racial, justificando-a com o ideário lusotropicalista, disse ao Setenta e Quatro a antropóloga Elsa Peralta.

A Revolução de Abril, em Lisboa, terminou com o “paraíso” que viviam e com ela vieram as independências de Angola e Moçambique. Depois as guerras civis. Entre 500 mil a 800 mil retornados fugiram das antigas colónias para Portugal, ora nas pontes aéreas da TAP, ora em navios. Outros ainda viajaram de carro até à África do Sul, onde ficaram em campos de refugiados até o regime sul-africano do apartheid os expulsar. Deixaram para trás as suas “casas, o modo de vida, os terrenos, os mortos, os cães”. Uma vida.

Os retornados confrontaram-se em Portugal com um país que já não reconheciam e ao qual muitos já não tinham qualquer ligação. Trouxeram consigo sentimentos de perda, de mágoa e de ressentimento, com o poder revolucionário a temer que agissem como quinta coluna para as forças da reação. Não o fizeram e, aos poucos, o Estado português, ainda que apanhado desprevenido, garantiu uma série de apoios para que fossem integrados na nova sociedade democrática. Viveram uma integração silenciosa.

Tão silenciosa que ainda hoje pouco se discute o papel que os retornados tiveram na história colonial; as suas memórias tornaram-se tabu, foram proscritas para o espaço familiar. Décadas depois, é através da literatura e do cinema que essas histórias voltam ao espaço público, renovando um debate no qual a historiografia tem estado omissa. “A memória é feita disso tudo, até pela não seleção deste tema como objeto de interesse historiográfico. Só isso é um processo memorial.”

Foi para aprofundar o debate público em torno da memória dos retornados que a antropóloga Elsa Peralta coordenou o livro *The Returnados from the Portuguese Colonies in Africa*, publicado em 2021 pela Routledge. O Setenta e Quatro entrevistou-a sobre o livro que explora as memórias, as experiências e as ficções dos retornados.

A história dos retornados é longa, mas tudo começou com uma política de povoamento das colónias. Como vê essa política de estabelecer uma legitimidade de Portugal sobre as colónias?

A política de colonização começa antes de Salazar e do Estado Novo. Inicia-se no âmbito da “corrida para África” após a Conferência de Berlim [1884-85], em que todas as potências queriam ter uma ocupação efetiva do continente. A presença [portuguesa] era muito escassa.

Estamos a falar de um caso típico de exportação da pobreza, era o objetivo muito instrumental de colocar lá gente que vai em condições absolutamente miseráveis, que vem da miséria e vai para a miséria. Aliás, há um nome que lhes é dado, “chicoronhos”, quase como uma etnicização diferente. É a ideia dos portugueses de segunda, gente que se cafrealizou, que se misturou com as populações locais. E a mistura é efetiva, sobretudo nesse período.

No Estado Novo há dois períodos a assinalar. Há um inicial, antes da II Guerra Mundial, em que se colocaram grandes restrições à migração de colonos para África com este perfil de exportação da pobreza. Portanto, a migração que se pretendeu promover foi a das pessoas que fossem com a tal carta de chamada, com capacidade de investimento de capital, com profissão e [sobretudo] que não fossem engrossar essa fileira de brancos pobres que existiam na África portuguesa.

“ENTRE OS CONTINGENTES LOCAIS [NAS COLÓNIAS] ERAM POUCOS OS BRANCOS EM PROPORÇÃO À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO. ESSES BRANCOS TINHAM UMA FUNÇÃO: MANTER A HEGEMONIA BRANCA NAS COLÓNIAS E NAS CIDADES.”



Elsa Peralta defende que, em vez de se acusar os retornados, é preciso perceber o contexto em que viveram e regressaram a Portugal.

Isso muda radicalmente por volta do início da década de 1950, quando se começam a sentir as pressões para a descolonização. Não só dos movimentos de libertação, mas também expressões da nova ordem mundial saída da II Guerra Mundial. Novos países, independentes, passam a ter assento nas Nações Unidas. Podemos dizer que foi a independência da Índia, em 1947, que causou a grande mudança.

Começou-se, então, a promover uma lógica de colonatos, sobretudo em Angola mas em Moçambique também: largos contingentes de pessoas, exatamente para assinalar a soberania portuguesa pela presença de gente branca. Criaram-se os tais colonatos agrícolas, que foram uma autêntica falência: houve um grande movimento de urbanização e as pessoas concentraram-se sobretudo nas cidades.

Em 1951 houve a revisão constitucional, anulou-se toda a terminologia e semântica coloniais, e as colónias passaram a ser as tais “províncias ultramarinas”, “de Minho a Timor”. O argumento retórico era o da tese do excecionalismo, de que Portugal era um caso ímpar, porque se estendia por diferentes continentes. A realidade efetiva que se verificava era de facto a miscigenação, o que não foi propriamente resultado de uma política dirigida. Era o resultado da circunstância da maior parte dos migrantes da primeira leva serem homens e de viverem num território afastado de tudo. É uma realidade pela fraqueza do alcance da administração colonial, diferente dos impérios francês ou britânico.

Na primeira vaga vão pessoas individuais, maioritariamente homens, na segunda qual o perfil demográfico e sociológico?

Essa é uma questão que sempre me interessou muito. Há no senso comum um estigma muito grande em relação a esta população. Hoje estará mais esquecido, mas no imediato pós-25 de Abril existia a ideia de que estávamos a falar de uma população que vivia muito bem. É uma população muito diversificada, tal como todas as populações. Esse é um dos principais problemas. Nós dizemos “os portugueses”, mas quem são “os portugueses”? São do interior, do litoral, têm mais educação, menos educação, são elites, são operários. Quem eram os retornados? Os retornados eram muita gente.

Grande parte dessa gente, sobretudo desta segunda leva e dos que foram para Angola, vinha de Trás-os-Montes, das aldeias que não tinham água canalizada. Meteram-nos num avião ou num barco e “aqui vão vocês para o El Dorado”. Pessoas que não tinham os recursos materiais nem os recursos intelectuais para avaliar a sua própria circunstância.

Mas houve uma política de fomento, de incentivos económicos, do Estado Novo.

É um período histórico em que há um desenvolvimento louco da economia colonial. E isso tem que ver com o próprio esforço de guerra, que começou em 1961, e com a alta cotação dos bens coloniais a seguir à II Guerra Mundial. O desenvolvimento da economia colonial não tem paralelo com o que estava a acontecer em Portugal, onde o desenvolvimento estava espartilhado por um conjunto de medidas de política económica. Portanto, em comparação, aqui vivia-se mal, lá vivia-se bem.

Estamos a falar de percentagens de desenvolvimento económico gigantes, sobretudo em Angola. Foi-lhes [aos portugueses] colocada a hipótese de irem para África quando nesse momento estavam a “dar o salto” para França, fugindo da pobreza e da miséria. E muitos obviamente que foram e voluntariamente, por várias razões. Adriano Moreira, enquanto ministro do Ultramar, encetou no início da guerra [colonial] uma política de abertura e incentivo à migração para África. Quem lá chegava já teria emprego, teria casa muitas vezes. Fizeram-se urbanizações inteiras nas cidades, como Luanda, para receber trabalhadores.

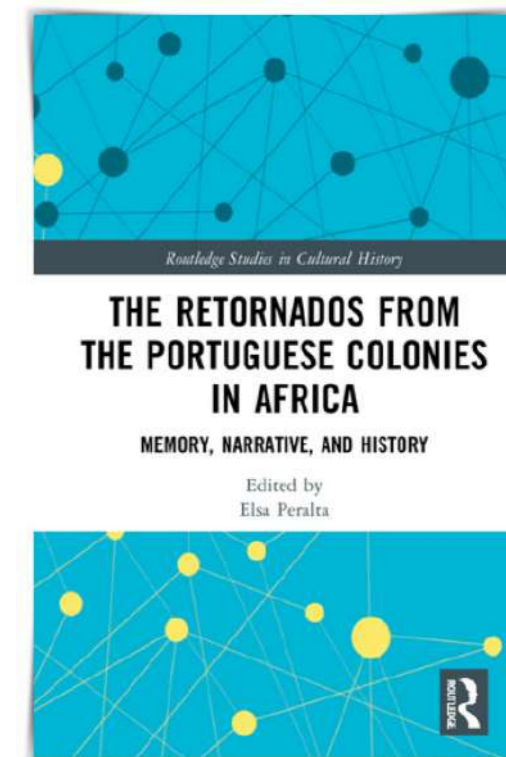
Portanto, um indivíduo que fosse daqui, que não tivesse absolutamente nada, desempregado ou agricultor, ou até se fosse alguém com o mínimo de qualificação, como um electricista, lá iria logo ocupar uma posição a ganhar quatro ou cinco vezes mais. E com uma casa. Depois havia uma disponibilidade imensa de mão-de-obra gratuita, empregados e tudo o mais. Estamos a falar de uma ascensão social surpreendente. Obviamente que as pessoas aderiram a isso, e em massa. A meu ver, a responsabilidade está nas políticas que fomentaram isso.

A verdade é que houve um uso instrumental das pessoas, uma exportação da miséria. Mas não foi só este o perfil. Também houve muitos funcionários coloniais, engenheiros, pessoas com qualificações muito elevadas para trabalhar em barragens, em diferentes tipos de explorações agrícolas, mineiras. Gente muito qualificada que foi para lá, sobretudo para Angola, onde a grandíssima massa são pessoas que seriam parte de uma classe média colonial. Tinham uma excelente vida em comparação com a vida que levavam antes aqui.

Como disse, foi também uma reação ao movimento de pessoas que ia para França.

É um movimento paralelo. A mobilização para a guerra também se fazia localmente. Esse é um aspecto muito dúbio e que precisa ser investigado. São raras as pessoas que entrevistei que estiveram nos palcos de guerra. Para longe das cidades, onde a guerra se desenrolava, iam sobretudo pessoas daqui, os soldados metropolitanos. Esses eram logo mandados para lá. Entre os contingentes locais eram poucos os brancos em proporção à totalidade da população. Esses brancos tinham uma função: manter a hegemonia branca nas colónias e nas cidades.

Há colegas que me criticam por acharem que sou demasiado complacente com esta população [de retornados]. Não concordo, falei com muita gente. Se perguntar, sobretudo aos mais antigos, “então e a guerra?”,



O livro organizado por Elsa Peralta foi lançado em setembro de 2021 pela Routledge

as pessoas começam a falar-me dos acontecimentos de 1975, não da guerra colonial. Sabiam que existia? Sim. Sabiam que viviam numa posição social de grande vantagem? Sabiam. Sabiam que existia racismo, segregação racial? Sabiam, e existia. Agora, nós também sabemos o que se passa hoje em dia no Mediterrâneo. Não nos movemos do nosso conforto. Responsabilizo é o contexto governativo que as pôs lá. É essa a minha posição política e ideológica em relação a isto.

Foram peões, basicamente.

Foram peões em jogo. Isentos de culpa? Não. Sabiam? Sim. Usufruíram? Sem dúvida. Há também diferentes peões. Alguns eram da PIDE, alguns usavam trabalho forçado. Falei com uma família muito típica que vinha de Santarém e que eram médios agricultores. Respondendo aos apelos e aos programas de desenvolvimento rural em África, neste caso em Moçambique, foi incentivada a deslocar-se e deram-lhe grandes fazendas, trabalhadores forçados. O que me dizem? “Sempre os tratámos bem”. Têm a obrigação de ter mais discernimento? Sem dúvida.

“CONTINUAMOS A REPLICAR A IDEIA DESTA CONFRATERNIZAÇÃO HARMONIOSA, INTEGRADA, RACIAL E CULTURALMENTE EQUIVALENTE ENTRE BRANCOS E NÃO-BRANCOS NA ÁFRICA PORTUGUESA.”

“Suavizavam” a realidade.

Não posso pedir às pessoas um discernimento individual quando o discernimento coletivo continua a ser a ideologia do lusotropicalismo. Continuamos a ouvi-la. Só em 2016/17 começou a haver uma crítica pública a tudo isso com intervenções de académicos e de associações de afrodescendentes. Continuamos a replicar a ideia desta confraternização harmoniosa, integrada, racial e culturalmente equivalente entre brancos e não-brancos na África portuguesa. Os retornados dizem exatamente isso, é a justificativa que dão sempre. Sempre, sempre.

Portanto, quando eles falam desses “outros” com quem viviam harmoniosamente, sem segregação, estão a falar dos assimilados. Eles próprios dizem, “é preciso é ter cultura para isso”. Desde que a pessoa tivesse “cultura” eles não faziam diferenciação. Faziam-na em relação aos nativos. Afinal, havia a Lei do Indigenato, que classificava as populações nesses termos. E mesmo para os assimilados, que eram à volta de 1% da população, tinham condições muito diferentes, embora com acesso a locais públicos. Havia uma elite crioula, local, com muito poder. É sobre esses que estão a falar quando dizem que havia equivalência racial. Não é sobre os restantes 98% com estatuto de não-cidadão até aos anos 1960.

As pessoas brancas viviam nas cidades, onde a sua esmagadora maioria residia, com os assimilados.

E depois viviam com as crianças nativas, que muitas vezes se vinham oferecer – ou eram oferecidas – para trabalharem em casa, e que vinham “do mato”.

É claro que viviam rodeados dos musseques e sabiam isso tudo, mas também diziam como desculpa, “em Lisboa havia mais barracas que em Luanda”, o que não é totalmente mentira, porque existiam de facto muitos bairros de barracas à volta de Lisboa. As pessoas oferecem estas justificativas por não terem os recursos de crítica. Não são os [recursos] intelectuais, mas os de crítica, cultural e social, porque esses recursos também não são disponibilizados pela sociedade civil como um todo e só muito recentemente é que este assunto se discute.

Também há os que dizem, “sim, agora pensando melhor sobre isto, a esta distância, consigo perceber as coisas”. Há uma expressão de um entrevistado que acho mesmo forte, que revela esta inconsciência: “eu nunca pensei que as coisas tinham que ser de outro modo”. Portanto, há também quem faça essa reflexão. Mas também há quem, pura e simplesmente, raivosamente, se recuse a aceitar as suas próprias perdas. Porque as pessoas perderam coisas.

Temos as pessoas que vieram pelas duas pontes de Luanda e Nova Lisboa. Houve outros que fugiram de carro para a África do Sul e ficaram num campo de refugiados criado na fronteira. O governo revolucionário português criticou a África do Sul pelo apartheid e o governo sul-africano meteu os refugiados todos num avião e enviou-os para Lisboa. Houve outros que vieram de barco, da Namíbia. Outros agarraram na sua traineira e vieram por aí fora. Outros ficaram, também, naquele período de transição.

Ao mesmo tempo, nos anos 1970, já existia uma ideia de se criar uma colónia de assentamento. Parece que começavam a virar costas a Portugal ao verem-se como nativos.

Essa questão é muito bipolar. Por um lado, há quase como um nacional-imperialismo interiorizado nos discursos deles – “Portugal é que é a minha pátria” –, toda a imagética dos Descobrimentos, toda essa narrativa mitológica. Mas não há só um lado. A ideia deste livro é exatamente essa, trazer as múltiplas narrativas – e não estão aqui todas – dos próprios e de outros em relação aos próprios.

Para se perceber como se vivia no Portugal dos anos 1950 e 1960 não era preciso ir a Trás-os-Montes, bastavam os arredores de Lisboa. Tirando uma elite mínima, que de facto tinha condições, que viajava e tinha acesso a um consumo diferente, não havia nada. Depois estamos a falar de uma sociedade moldada, ainda que em termos fictícios, porque na verdade tudo aquilo era ficção, as pessoas lá tinham empregados, tinham frigorífico, tinham tempo livre. Não precisavam de Portugal para nada. Quantas vezes me disseram que quando souberam da Revolução disseram “aquilo é lá com eles”.

As pessoas queriam ficar. Queriam ficar no paraíso, porque viviam no paraíso. Havia dinheiro para tudo, havia tempo livre, havia empregados para tudo, havia pleno emprego, bons ordenados. E ao mesmo tempo [era] uma sociedade muito provinciana que nunca tinha saído da aldeia e, portanto, estavam ali, também não queriam mais, não tinham outros horizontes. Imagine-se uma pessoa que vem da pobreza, do frio, e

que está ali, vai à praia, tem as farras, tem os piqueniques. Muitos nem queriam aproveitar a “graciosa”, uma licença paga de quatro em quatro anos, para virem a Portugal.

Este é um padrão e dentro dele há dois tipos. A maior parte deles achava que iria haver [depois do 25 de Abril] um governo de minoria branca. Também já ouvi quem dissesse “eu não me importava que fosse um qualquer, desde que a gente tivesse um governo misto”. O que não queriam era uma coisa à MPLA ou à FRELIMO, “o Partido requisita”. Tinham duas casas, o partido requisitava uma. Tinham três carros, o que era comum, o partido requisitava dois. “O partido requisita”. A ideia da distribuição. Houve também alguns abusos nessa altura, como os campos de reeducação, sobretudo em Moçambique, etc.

“HOUE UM ESTADO SOCIAL (PARA OS RETORNADOS) QUANDO ELE NÃO EXISTIA. MAS TAMBÉM HOUE PESSOAS A VIVER EM SITUAÇÕES PRECÁRIAS E QUE PASSARAM POR SITUAÇÕES COMPLICADAS. NÃO PONHO EM CAUSA O SOFRIMENTO REAL DESTAS PESSOAS.”

Por isso não quiseram ficar [depois das independências de Angola e Moçambique]. A grande fuga foi de Angola. E foi repentina, por causa da situação de guerra civil. Os de Moçambique puderam ficar, ao abrigo do Acordo de Lusaka, para fazer a transição, para não abandonarem as empresas, as pescas, todo o funcionamento da economia. Pouco tempo depois a maior parte acabou por voltar, porque a vida que tinham, o paraíso, já não ia existir sob um governo da FRELIMO. É claro que este foi o raciocínio da pessoa comum.

Também houve brancos que aderiram aos movimentos e que lá ficaram, adoptaram a nacionalidade.

Por que é que esses brancos aderiram? Havia comunistas entre os colonos?

Estamos a falar de uma minoria. Uma das reclamações feitas pelos próprios [retornados] é que eram apolíticos, não se metiam em política. Não queriam saber de política, porque a política não estava com eles. É muito este o argumento. Mas é o mesmo que se ouve, por exemplo, em relação aos migrantes nos bidonvilles em França. Numa parte da sua investigação, o [historiador] Victor Pereira viu uma tentativa do PCP em cooptar os portugueses que viviam naquela altura nos bidonvilles e muitos reclamavam-se apolíticos.

Era também o espírito da época. Havia todo um ambiente político de politização marxista que atravessava o mundo naquele período. Existiam partidos comunistas que apoiavam os movimentos de libertação. Então, houve pessoas, localmente, das elites, que também aderiram. E mesmo das elites não-brancas, das elites crioulas. Houve dois grupos minoritários da elite branca ou mestiça. Um a favor da independência e de um governo branco; houve até milícias organizadas nesse sentido à moda da África do Sul ou da Rodésia. E há outro grupo, pan-africanista, que queria uma independência negra e de inspiração

marxista, um movimento de libertação nacional, com alguns brancos envolvidos neles.

O livro afirma que, ao chegarem a Portugal, os retornados não se incluíram na narrativa do império nem na da revolução. A integração silenciosa foi um ato político para garantir paz social? Como foi a integração dos retornados não-brancos?

Na questão da integração, concordo com o Bruno Góis [doutorando em Antropologia e um dos autores do livro] quando diz que só podia ter havido reintegração. A grande massa de pessoas – não terá sido para todos assim – tinha saído e voltado, não estavam totalmente fora do que era isto [a realidade em Portugal]. Compare-se com o caso dos *pieds-noirs* em França, são uma mistura: malteses, italianos, franceses. Há muitas gerações que estavam nas colónias. Quando chegaram a França foi, de facto, um choque. Há uma identidade, há uma etnicidade diferenciada e eles fizeram questão de o mostrar. Aqui não. Voltaram e depois? A meu ver há uma decisão que vem de cima para baixo.



Portugueses fugidos de Angola e Moçambique, no aeroporto de Lisboa, outubro de 1975. Fotografia de Abreu Morais. Crédito: Fundação Mário Soares, Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente, Pasta 06278.00607

A lei de Almeida Santos, de 1975, foi atroz. Não sei o que faria no lugar de um decisor político, mas temos em 1957 uma lei que diz que todo o indivíduo que nasça em território português é português. A de 1975 diz que só é português o indivíduo que nasça em território português, que seja filho, neto, de portugueses. Almeida Santos faz esta mudança e justifica-a abertamente com uma frase em que diz que não queria que “Lisboa se tornasse como Londres”, na capital mais africana da Europa. Foi, basicamente, vedada a cidadania a todos aqueles que não tivessem ascendência portuguesa. Daí haver muitos não-brancos mestiços. Havia casos particulares de militares, mas sobretudo era este o quadro.

Quem vem são os brancos e os mestiços. Os mestiços são os assimilados, filhos, por exemplo, de pai branco e mãe negra, que era o quadro mais comum. Alguns desses assimilados faziam parte das elites, outros nem tanto, portanto vêm numa situação diferente dos brancos, certamente, mas vêm integrados cultural e ideologicamente.

Para os brancos houve muitas facilidades dadas pelo Estado. Isso tem que ser sublinhado. Houve um Estado Social quando ele não existia. De repente, foi criado um Estado Social, houve imensos apoios. Mas também houve pessoas a viver em situações precárias e que passaram por situações complicadas. Não ponho em causa o sofrimento real destas pessoas; elas sofreram: perderam a casa, o modo de vida, os terrenos, os mortos que lá deixaram, os cães. Foi duro. Agora, ninguém foi totalmente abandonado. O Instituto de Habitação construiu casas para as pessoas.

Mas é prevalente essa narrativa de terem sido abandonados. Houve um verdadeiro acolhimento?

A meu ver, houve. Houve programas de habitação, empréstimos a fundo perdido, apoios para a criação de empresas. Houve dinheiro, montes de dinheiro, para a integração das pessoas. Agora, se as pessoas foram viver em hotéis durante dois anos, sim, com certeza. O logro ou o problema não estão aí. Posso criticar a descolonização. É evidente que aquilo em Angola era uma bomba-relógio, aquilo ia correr mal. Ninguém quer viver com crianças no meio de tiros por todos os lados.

Qual é a grande diferença na integração? O papel social das famílias. Como no livro da Isabela Figueiredo [Caderno de Memórias Coloniais, de 2009], muitos voltaram para a aldeia, voltaram para situações que tinham abandonado, e tudo isso foi altamente traumático. Mas houve esse apoio social, das redes familiares e locais. Tanto que há uma distinção entre o que são os retornados do IARN [Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais] e os retornados não-IARN. Todos terão recebidos auxílios, subsídios de emergência, apoios para criação de emprego, integração no quadro nacional de adidos. Não nos podemos esquecer que muitos chegaram cá e foram logo integrados com empregos. Houve um período de transição, mas foram integrados.

Ora, os que lá estavam há muitas gerações ou os que tinham nascido lá, filhos de algum progenitor não-branco nascido lá, não tinham redes nenhuma cá. Foram esses que dependeram mais do IARN, dos mecanismos de assistência do Estado e foram aqueles cuja vida foi mais perturbada e que desceram mais na escala social.

“É PRECISO FALAR, MAS NÃO DO RETORNADO QUE É MALANDRO. É PRECISO FALAR DOS MITOS E DAS FICÇÕES. DA IDEIA DOS PIONEIROS, DA NOSSA PRESENÇA EM ÁFRICA.”

Grande parte desses eram não-brancos. São essas pessoas que ainda hoje vemos no Vale da Amoreira. Os outros, e já num período de transição, integraram-se numa altura em que o país começou a receber dinheiro para a inserção na CEE, numa economia de mercado, começou a haver investimento público, dinheiro a cair. As pessoas integraram-se em dez anos, porque as condições para a integração eram favoráveis. Por exemplo, os móveis da Huíla e o Café Império surgiram nessa altura. Isso também veio dinamizar a economia: uma população que tinha pouca mão-de-obra masculina pôde absorvê-la.

Agora, os não-brancos estavam numa situação mais precária. Para já, porque têm que contar, do ponto-de-vista da integração na sociedade portuguesa, com o estranhamento relativamente ao não-branco. Nos inícios dos anos 1970, tirando os poucos cabo-verdianos que migraram nos anos 1960, quase não existiam negros em Lisboa. Portugal era um país branco. O estranhamento, o estigma, o racismo. Depois a falta de redes de apoio. São sobretudo vistos e confundidos com os migrantes que começaram depois a chegar a Portugal. Portanto, o não-branco é imigrante. Desde então que é assim. Quando alguém não-branco vem para a televisão dizer “eu acho que devia ser assim”, há sempre alguém que diz “devias era ir para a tua terra”. E continua a ser isto: o não-branco como imigrante.

Depois vieram também muitos refugiados. Aí sim, sem direito de cidadania, e dá-se aquilo que podemos ver: pessoas sem acesso à nacionalidade anos e anos, e o replicar de toda essa situação de exclusão durante gerações.

Nessa raiva de regresso de uma parte dos retornados há uma crítica voraz a Mário Soares, a todo o processo de descolonização. Os retornados vieram em pleno PREC, acha que o poder político da altura tinha receio que pudessem ser uma quinta coluna ou uma base social de apoio fértil para a extrema-direita?

Claro, sem dúvida. Antes estavam lá e estavam bem, há a descolonização, que teve estas caras, estas figuras. Se podiam ter feito uma descolonização diferente? Tenho muitas dúvidas. O exército sul-africano estava na fronteira. No palco da Guerra Fria nós éramos muito pequeninos. De facto, as pessoas vieram revoltadas. Não sei se chegaram a perceber o seu papel e a condição de peões em todo o processo. Portanto, revoltaram-se. É aquele processo das fases do luto, da negação à aceitação. Acho que ainda estão em negação.

Daí o sentimento de desilusão, de melancolia, de perda, quando regressaram e poderiam ter sido explorados pelas forças da reação, mas acabaram por não o ser.

Acabaram por não o ser. O facto de ter havido uma reintegração, de terem existido apoios; as pessoas continuaram com a sua vida. E depois há também uma normalização da sociedade portuguesa e na política. Só não encontrei, nas entrevistas que fiz, alguém que me dissesse que vota ou votou no Partido Comunista. De resto, Bloco de Esquerda, PS, PSD, CDS. Agora, se são tendencialmente de direita? Sem dúvida.

Os retornados são hoje uma base social de apoio da direita?

Acho que não. Podem vir a ser? Não sei. Podem os filhos, por causa da memória intrafamiliar, da transmissão do ideário colonial. Mas esse ideário está distribuído na sociedade portuguesa. Não é exclusivo dos retornados.

A importância da transmissão da memória intrafamiliar pode ser uma consequência da não-memória na sociedade? Com o PREC houve quase uma tábua rasa, não se fala dos combatentes, não se fala dos retornados, das redes terroristas de extrema-direita, depois com as FP-25 há uma amnistia para garantir esse ajuste. Essa não-memória enfraquece o debate ou ele está a desenvolver-se?

É a conversa de Marcelo Rebelo de Sousa: “vale mais mantermos as coisas assim, e não falar muito, não levantar poeiras, porque ainda abrimos a caixa de Pandora”. Como académica, analisando o processo – não sou historiadora, sou antropóloga, vou fazê-lo de ângulos diferentes, embora me nutra na história – diria que isto faz parte dos processos memoriais nos períodos de transição. Quando não há outras coisas a fazer, temos a tal justiça transicional, temos as comissões de verdade, as reparações.

No caso português, acho que não haveria necessidade em relação aos retornados. Foram peões. Não acho que tenham sido deixados desamparados pelo Estado. Se era o apoio desejável, se foi um excelente apoio, é difícil avaliar. Estamos a falar de uma massa populacional enorme que chega de repente e sem nada. Critico mais, por exemplo, a lei da nacionalidade e a maneira como foi feita, acho que foi muito mais atroz.

“OS RETORNADOS TAMBÉM TERÃO SIDO EVENTUALMENTE VÍTIMAS POR TEREM SIDO PEÕES. EM VEZ DE ACUSAR, INTERESSA-ME PERCEBER O SIGNIFICADO REAL DAS COISAS PARA AS PESSOAS. É ESTE DEBATE QUE TEM QUE SE TER, E TEM DE SER HONESTO.”

Mas as feridas voltam mais cedo ou mais tarde.

Acho que voltam sempre, sem dúvida. Assassinaram o Bruno Candé em Moscavide. É preciso falar, mas não do retornado que é malandro. É preciso falar dos mitos e das ficções. Da ideia dos pioneiros, da nossa presença em África. Mas qual presença em África? Não havia lá nada antes do final do século XIX. Havia uns postos costeiros, muitas vezes entrepostos escravagistas. O que existiu depois foram as campanhas de pacificação [de 1841 a 1926], que de pacíficas não tiveram nada. Lá ficaram os militares, os degredados, os cafrizados, uma administração colonial que era um chefe de posto.

A presença começou a existir depois de Salazar abrir as economias metropolitana e colonial ao investimento estrangeiro. Houve um boom económico brutal e foi tudo para as cidades. É o que os retornados dizem, “bebia-se Coca-Cola, nós não temos nada que ver ali [com a metropole]”. Era uma vida moderna, ouviam música, vestiam mini-saia, tinham consumos próprios que circulavam no mundo anglo-saxónico e passavam por ali. Viviam no “Havaí”.

Por exemplo, quando os retornados chegaram a Portugal, criaram o jornal *O Retornado*, onde se nota uma radicalização, uma perda, uma raiva. Mas os próprios retornados deixaram esvaziar esse jornal.

O Retornado fechou em 1981 e esse sentimento - “somos isto e aquilo, vamos fazer” - durou até esse ano. Os apoios do IARN tiveram um pico em 1975, em 1979 já estavam cá em baixo, havia uma percentagem ínfima de pessoas retornadas que dependiam da ajuda do Estado. Esses depois foram integrados nos mecanismos da Segurança Social. O próprio IARN foi extinto, deixou de haver necessidade. Não há núcleos de marginalidade social, de desemprego, em que possamos identificar nichos específicos de retornados [brancos e mestiços]. O que é que faz com que as pessoas adiram a movimentos de extrema-direita? O desemprego, a fome. A desidentificação, a perda, a mágoa, o ressentimento, isso tudo ficou lá [nas antigas colónias]. A população velha passou isso aos mais novos? Eventualmente.

De certa maneira a memória e a pós-memória substituem a História e a historiografia, ainda que se complementem. Não haverá uma falta de trabalho historiográfico sobre estas pessoas?

Há. Um dos colaboradores do livro, o Christoph Kalter (que é estranhíssimo por ser um alemão a fazer isto) vai publicar o livro *Postcolonial People – The return from Africa and the Remaking of Portugal*, pela Cambridge University Press. Ele fez esse trabalho historiográfico, e uma das coisas que diz é isso: há muito trabalho de memória e pouco trabalho historiográfico. É importante fazer a historiografia do IARN.

Nos últimos anos temos visto também a prevalência da memória e da pós-memória na cultura, na representação artística da história dos retornados. Por que é que este assunto está agora a voltar? É uma vontade de ir buscar raízes? É melancolia pós-colonial?

Às vezes começa pela arte, pela produção cultural. Sobretudo quando são assuntos tabu. A diferença do tabu e da censura é ser mais fácil as coisas emergirem num contexto pós-censura que pós-tabu. Porque o tabu é de facto uma coisa de que não se fala. Há muitas pessoas que conheço que são retornados ou filhos de retornados, que não dizem que nasceram ou viveram em Angola. É quase uma omissão tácita. Porque também me lembro de ser bem criança e ouvir a minha mãe dizer, “olha, aquele ali é retornado”. Não era mais do que isto, mas isto é um estigma. As pessoas decidiram invisibilizar-se, a vida correu, e elas remetaram isso para o seu universo privado, doméstico.



Parte da exposição "Retornar - Traços de Memória", junto ao Padrão dos Descobrimentos, 2015 | Crédito: José Frade/EGEAC

Acha que estamos a correr contra o tempo para fazer este trabalho?

Acho que há vários fatores. Quando há um acontecimento de ruptura, uma dissociação, um conjunto de problemas, geralmente é preciso tempo. Depois há o facto dos seus protagonistas serem de facto já pessoas idosas e, eventualmente, isso é um aspecto importante, porque as pessoas com mais idade têm menos energia para se mobilizar, para fazer crítica pública. Há uma urgência, porque as pessoas estão a morrer, sem dúvida. Há uma moda – e isto não é pejorativo – mas uma moda de crítica pós-colonial, que é algo que entra na agenda académica, na agenda do discurso político, do discurso público, e que traz consigo também os retornados.

Foi assim que eu vi este tema assim que o comecei a estudar. "Já conheço o Outro, o excluído, então, e estes?" Fartei-me de ler coisas sobre os *pieds-noirs*, tinha interesse sobre esse tema veio nesse sentido, acabou por ser uma sincronicidade. A Isabela Figueiredo publicou o livro [Caderno de Memórias Coloniais] em 2009, a Dulce Maria Cardoso [O Retorno] em 2011, e por volta dessa altura comecei a interessar-me por este tema, quase como se tivesse havido uma abertura. Não combinámos. Há momentos propícios e também foi o momento da crise, da troika. Veio abrir espaço para expressões ideológicas que estavam relativamente escondidas na sociedade portuguesa.

Como não há uma narrativa dominante sobre os retornados, a memória torna-se um espaço de disputa, mas também de vazio.

Sim, é uma forma das pessoas se inserirem nesse debate, há um aspecto genuíno. Tive uma bolsreira neste projecto que nasceu em África em 1973, veio com um ano. É a filha mais nova de quatro irmãos e a grande dor dela era a ausência de memória que os outros irmãos partilhavam. Ela só tinha essas memórias diferidas. E isso provocava-lhe um vazio existencial, [a investigação dela] era uma coisa até terapêutica. Acho que a questão das memórias não vividas, das memórias prostéticas, é sobretudo para as pessoas se posicionarem.

Ir buscar esse mito espelha o vazio existencial pós-imperial português.

Acho verdadeiramente que é isso. Numa exposição que fiz, que depois resultou no livro [*Retornar - Traços da Memória do Fim do Império*], nós colocámos no sítio onde estavam as caixas, captadas pela lente do Alfredo Cunha, a "cidade de madeira", as fotografias que também descobri na Torre do Tombo. Gosto muito mais dessas – a meu ver, as fotografias do Alfredo Cunha também esteticizam um bocado o processo – e as reais, que estão na Torre do Tombo, mostram uma dimensão brutal de caixotes e caixotes e caixotes. E agora não está lá nada.

Continuamos a ter o Padrão dos Descobrimentos, a própria reabilitação dessa feição celebratória. Na exposição que fizemos coloquei lá uns contentores, enormes, empilhados, e depois pus a fotografia do Alfredo Cunha, mas estilhaçada, para ter uma remissão para o que aquilo queria significar. Porque lá está, é esse vazio de memória, do império. O império correu lindamente para essas pessoas que estiveram 20 anos em Angola a comer o sorvete no Baleizão, a passar as tardes no cinema. Isto é o sonho do português. Eles viveram o sonho do português médio: paraíso tropical, praia, pouco trabalho, empregados.

É isto, o império é isto. Há vítimas disso, os colonizados, sem dúvida. Há diferentes graus. Os retornados também terão sido eventualmente vítimas por terem sido peões. Em vez de acusar, interessa-me perceber o significado real das coisas para as pessoas. É este debate que tem que se ter, e tem de ser honesto. Estas pessoas têm de deslocar a culpa em relação às suas próprias perdas e perceber qual o lugar que ocuparam. É esse o trabalho memorial.



**QUERO APOIAR
O SETENTA
E QUATRO**

Precisamos de leitores iniciais, de quem nos apoie quando estamos a começar; oferecemos uma recompensa, **serão estes leitores a beneficiar para sempre de tudo o que tivermos para oferecer**: informação, investigações, ideias, conhecimento, conversas e publicações exclusivas e humor.

CARREGA PARA CONTRIBUIR

DESTAQUES TEMÁTICOS

CARREGA NOS TÍTULOS PARA LERES

EXTREMA-DIREITA

ENTREVISTA A ODILON CALDEIRA NETO
POR JOÃO BISCAIA

UMA INTERNACIONAL DE ULTRADIREITA IBERO-AMERICANA?
ENSAIO DE MARIANA S. MENDES

AS EXTREMAS-DIREITAS VÃO BENEFICIAR COM A GUERRA NA UCRÂNIA
ENFOQUE DE RICARDO CABRAL FERNANDES

CIDADES

ENTREVISTA A JOÃO SEIXAS
POR ISABEL LINDIM

PERCEBER A GLOBALIZAÇÃO ATRAVÉS DO PARQUE DAS NAÇÕES
ENSAIO DE INÊS TIELAS DA SILVA

ESTAS CASAS NÃO ESTÃO À VENDA
REPORTAGEM DE ISABEL LINDIM

JORNALISMO

ENTREVISTA A PEDRO CALDEIRA RODRIGUES
POR RICARDO CABRAL FERNANDES

UM JORNALISTA TEM DE SER INCÓMODO PARA O PODER
ENSAIO DE PAULO DENTINHO

DEIXA CORRER: COMO O JORNALISMO PORTUGUÊS
NOTICIOU A EXTREMA-DIREITA
ENFOQUE DE RICARDO CABRAL FERNANDES

MEMÓRIA

ENTREVISTA A DOMINGOS ABRANTES
POR ISABEL LINDIM

AS MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA DO ESTADO NOVO
ENSAIO DE MARIA ALICE SAMARA E LEONOR ROSAS

10 DE JUNHO DE 1978: QUANDO A PSP DISPAROU A MATAR PARA
PROTEGER FASCISTAS
ENFOQUE DE RICARDO CABRAL FERNANDES E JOÃO BISCAIA

RACISMO

ENTREVISTA A JOHNY PITTS
POR JOÃO BISCAIA

O ESTRANHO CASO DA SOBREVIVÊNCIA DO LUSO-TROPICALISMO
ENSAIO DE MIGUEL VALE DE ALMEIDA

O ÓDIO À JANELA: A ISLAMOFOBIA EM PORTUGAL
ENFOQUE DE MARTA VIDAL

CRISE AMBIENTAL

ENTREVISTA A CHRIS STOREY
POR ANA PATRÍCIA SILVA

ESTE É O TEMPO DA REVOLUÇÃO CLIMÁTICA
ENSAIO DE JOÃO CAMARGO

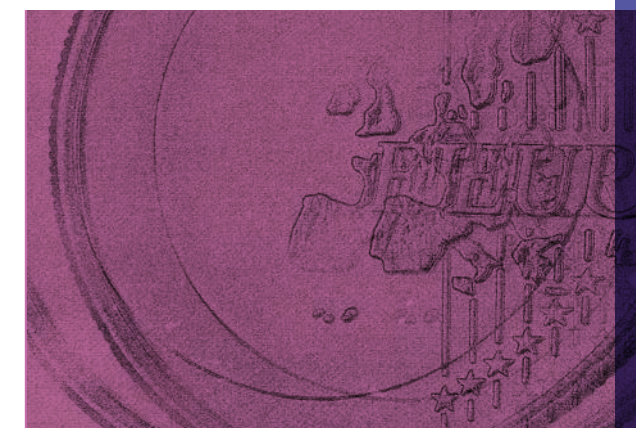
A CRISE CLIMÁTICA FICOU EM SEGUNDO PLANO, AGORA APOSTA-SE
NO GÁS LIQUEFEITO
ENFOQUE DE ISABEL LINDIM

ECONOMIA

ENTREVISTA A JOÃO RODRIGUES
POR FILIPE TELES

FUTEBOL E CAPITALISMO: HISTÓRIA DE UMA TENSÃO
ENSAIO DE LUÍS CRISTÓVÃO

UM COMBOIO DESCENDENTE: A "REVOLUÇÃO NA FERROVIA"
PORTUGUESA ESTÁ LONGE DE SER O ELIXÍR AMBIENTALISTA
ENFOQUE DE JOANA RAMIRO



REPORTAGEM INTERNACIONAL: COP26



POR JOANA RAMIRO E ISABEL LINDIM

UM CONTO DE DUAS CIMEIRAS: ENTRE A COP E OS PROTESTOS HÁ REFORMAS E REVOLUÇÃO

POR JOANA RAMIRO

A margem da cimeira das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, a COP26, deu-se outra convenção, organizada por ativistas e membros das comunidades mais afetadas pelas alterações climáticas. Se bem que paralelas, as duas cimeiras tinham um tema em comum, o impasse entre a reforma e a abolição do sistema.

No comboio que atravessa Glasgow vai um grupo de mulheres jovens bem agasalhadas em longos casacos impermeáveis. De volta e meia tiram o olhar dos respetivos telemóveis e conversam entre si. Passariam despercebidas na multidão de sábado não fora trazerem consigo tambores e uns chapéus em casca de cedro entrelaçada, tradicionais das tribos indígenas do Pacífico norte-americano.

O grupo sai com a maioria dos passageiros e junta-se às dezenas de pessoas que afluem ao ponto de encontro do que será o grande dia de ação pela justiça climática. Em Kelvingrove Park, um jardim na zona ocidental da cidade escocesa, abrem os casacos e revelam o slogan da campanha que representam: “O colonialismo causou a crise climática”.

A comparência de várias associações indígenas em Glasgow expõe a principal tensão que se sente na cimeira das Nações Unidas sobre as alterações climáticas deste ano. Se por um lado têm marcado presença nos corredores da COP26, foi nas ruas que verdadeiramente demonstraram o seu descontentamento com o processo oficial. Esta tensão palpável nasce de uma contradição centenária e aparentemente insolucionável, o velho dilema: reforma ou revolução.

A COP26 tem sido uma cimeira na qual a retórica dos líderes mundiais, desde o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, ao antigo presidente norte-americano Barack Obama, se tem assemelhado a um discurso revolucionário. A terminologia usada por chefes de Estado e diplomatas foi muitas vezes cooptada dos discursos de ativistas, principalmente da jovem sueca Greta Thunberg e das suas intervenções mais radicais.

Se num discurso dado a 28 de setembro deste ano Thunberg criticava Johnson e os seus confrades usando a hoje famosa expressão “blá blá blá”, já a 1 de novembro o próprio Boris citava Greta, dizendo que se esta cimeira não fosse o momento da viragem, então sim as promessas políticas nada mais seriam que... “blá blá blá”.

OS ATIVISTAS CLIMÁTICOS CONSIDERAM QUE O SISTEMA ECONÓMICO EM QUE VIVEMOS, QUE REQUER UM CONSTANTE CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO PARA SE TER MARGEM DE LUCRO, NÃO É REFORMÁVEL. O CAPITALISMO É A DOENÇA, DIZEM.

Mas as COPs são invariável – e ontologicamente – um exercício reformista no qual governos e instituições tentam, na melhor das hipóteses, encontrar forma de melhorar o sistema em que se encontram. A palavra chave é “negociação”. Cada nação tem os seus interesses e negocia com as outras sobre como alcançar a salvação do planeta sem prejudicar demasiado a sua própria economia. Os conflitos diplomáticos não são poucos e os objetivos iniciais de cada COP, sempre tão promissores, acabam quase sempre diluídos por compromissos e ajustes.

Paralelamente, aparecem nos salões da COP propostas alternativas às soluções imediatas dos problemas assinalados. Se se aspira à redução de emissões carbónicas, há quem sugira atalhos – desde compensações, ou offsets, a projetos de captação de CO2. A COP é uma medicina que trata sintomas sem diagnosticar a doença, ou que a vê como algo crónico e incurável, mas com o qual se pode viver.

Na Cimeira dos Povos (People’s Summit) e nos protestos de sábado passado, a conclusão foi que o sistema económico em que vivemos, um sistema que requer um constante crescimento na produção com o fim de extrair uma margem de lucro, não é reformável. Ou seja, que as alterações climáticas e a destruição do planeta são inevitáveis dentro do capitalismo. O capitalismo é a doença, dizem.

“Vivemos num mundo cada vez mais conectado, em que se vive rápido, em que o lema ‘o tempo é dinheiro’ foi completamente implementado no cérebro de cada um de nós”, diz Daniela Subtil da Stay Grounded, uma rede de campanhas pela redução do tráfego aéreo. “Olhamos para a necessidade de diminuir a aviação como uma forma de mudança sistémica.”

Natural da zona de Alcobaça, Daniela Subtil vive agora na Alemanha de onde ajuda a coordenar organizações no sul global. Durante a semana participou em várias sessões da Cimeira dos Povos, que se realizou à margem da COP26 entre os dias 7 e 10 de novembro. Foi uma dos milhares de ativistas, investigadores, políticos e líderes indígenas reunidos pelo evento e que tentaram explorar a luta contra as alterações climáticas para além das negociações e compromissos oficiais.

Para a ativista portuguesa e as comunidades que representa, a questão da aviação é um excelente exemplo de como a viragem tem que ser feita agora, de uma forma holística e radical. Começando pela expectativa económica, psicologia laboral e hábitos de consumo. “Existem adaptações que têm que ser feitas a nível económico – como as pessoas se movem, o tempo que elas demoram a mover-se”, explica quando a convidou para uma conversa breve. “A maior parte dos voos são desnecessários, luxuosos e poderiam ser substituídos por um trajeto feito em comboios, especialmente quando estamos a falar da Europa.”

“ESTAMOS A FALAR DE UMA ESPÉCIE DE COLONIALISMO VERDE, EM QUE AS COMUNIDADES QUE SEMPRE VIVERAM EM EQUILÍBRIO, QUE ESTÃO A PROTEGER AS SUAS FLORESTAS, SÃO MUITAS VEZES RETIRADAS PARA QUE ESSAS FLORESTAS SEJAM DEIXADAS COMPLETAMENTE NUM ESTADO PRISTINO”

disse Daniela Subtil

Apointa para o tráfego aéreo enquanto resultado do turismo de massas, enquanto um grave problema, tendo em conta que o sector da aviação tem vindo a duplicar a cada 15 anos. “Acho que Portugal consegue perceber muito bem isso”, acrescenta Daniela Subtil. “O que é que tem sido a transformação económica do país na orientação de fazer crescer o turismo, o turismo de massas, e com isso também o crescimento de voos que têm tornado, por exemplo, o Aeroporto de Lisboa num lugar completamente insustentável.”

Quando lhe pergunto pelas alternativas ecológicas, como as aeronaves elétricas ou alimentadas a biocombustíveis, a resposta é peremptoriamente negativa. “Esse desenvolvimento de tecnologia ou os ganhos em termos de eficiência energética que se podem ter com mais tecnologia, são sempre ultrapassados pelo crescimento exponencial (do seu uso), é o chamado paradoxo de Jevon.” Ou seja, não só estão muitos destes desenvolvimentos tecnológicos ainda longe de serem viáveis, como teriam sempre o resultado oposto ao decréscimo da aeronavegação e das suas emissões.

Além disso, algumas destas alternativas têm custos ambientais acrescidos, avança a jovem portuguesa. “Estamos a falar de biocombustíveis que necessitam de terra, ou seja de terra para serem plantados e isso traz outra vez o problema da apropriação de terras no Sul global e portanto aqueles que são prejudicados são sempre as mesmas comunidades que já estão a sofrer as maiores consequências.”

Voltamos então ao tema da presença de líderes indígenas na COP26 e em eventos paralelos. Na marcha de 6 de novembro, entre os estimados 200,000 manifestantes, ia também Narubia Werreria, ativista iny mahãdu (karajá) do estado brasileiro de Goiás. Quando lhe pedi que me falasse da importância das delegações indígenas nos protestos disse: “Estamos aqui para dizer para o mundo que a resposta para a crise climática não está na COP, está aqui (na marcha)”. Sem demarcação dos territórios indígenas no Brasil, acrescentou Narubia, “não tem solução climática, nós estamos mantendo as florestas do mundo em pé”.

O estado de Goiás fica no centro do cerrado brasileiro, também conhecido por savana amazónica. É uma área de importância extrema, não só pela sua biodiversidade, mas também por ser aí que se encontram as mais importantes bacias hidrográficas brasileiras, incluindo a amazónica. Os povos indígenas do cerrado, tal como os seus homólogos na floresta, exigem a demarcação e a proteção dos seus territórios contra o desmatamento e desbaste, e contra a exploração agrónoma e mineira em massa. Em contrapartida, como disse Narubia, mantêm a floresta de pé, regendo as suas vidas por um sistema de coabitação e preservação da natureza.

Para ativistas do outro lado do Atlântico, como Daniela Subtil, a grande luta a travar é portanto ideológica. As negociações na COP26, as propostas feitas para combater o apocalipse climático, pouco ou nada tomam em conta perspectivas e filosofias que não as brancas e ocidentais.

“Estão completamente assentes numa lógica de mercantilização da natureza, de um ponto de vista moral, de colocar um preço na natureza,” adianta a jovem portuguesa. “Mas muito mais do que isso estamos hoje a falar de uma espécie de colonialismo verde, em que as comunidades que sempre viveram em equilíbrio, que estão a proteger as suas florestas, são muitas vezes retiradas de certas áreas para que essas florestas sejam deixadas completamente num estado pristino”, salienta. E aponta o dedo ao “conceito patriarcal europeu em que a floresta e a natureza são uma coisa intocável, sem humanos”.

GLOBAL GREEN NEW DEAL - FAZER OU NÃO FAZER PARTE DO SISTEMA

Quando a congressista norte-americana Alexandria Ocasio-Cortez chegou à Escócia, foi dentro do pavilhão da COP26 que fez os seus comentários iniciais. Mas, como lhe é usual, não deixou de criticar a retórica da administração de Joe Biden, que tem tirado proveito do negacionismo do seu precedente Donald Trump, usando como slogan na cimeira climática: “A América está de volta”.

“Temos que de facto entrar em ação se queremos ser respeitados por isso internacionalmente”, disse Ocasio-Cortez à imprensa. “Temos que reduzir as emissões se queremos que nos deem crédito por estarmos empenhados na (questão da) alteração climática. É tão simples quanto isso.” Terminou dizendo aos jovens que se manifestavam do outro lado do complexo da COP, “fiquem nas ruas, continuem a pressionar”.

A democrata é a cara mais conhecida do programa Green New Deal (Novo Acordo Verde), que se inspirou do New Deal implementado pelo presidente Franklin D. Roosevelt. Se as políticas de Roosevelt vieram aliviar a crise económica a social após o crash de Wall Street de 1929, o projeto liderado por AOC, como também é conhecida, pretende aliviar as crises que se aproximam em consequência das alterações climáticas. É todo um programa de transição industrial e económica que tem em conta a necessidade de ajudar as comunidades mais vulneráveis e investir no estado social. E se a resolução de AOC não avançou para o Senado dos EUA, a ideia tem vindo a ganhar uma enorme popularidade na Europa.

PARA AS ATIVISTAS, O PROCESSO PARLAMENTAR É MUITO LENTO OU, EM ÚLTIMO CASO, SIMPLEMENTE ENGANADOR. A URGÊNCIA CLIMÁTICA AFETA JÁ AS VIDAS DE MILHARES DE UGANDESES.

Se na COP26 se discutiam as melhores maneiras de apoiar os países já afetados pelo aquecimento global, fora da COP o debate sobre o Green New Deal assemelhava-se no seu internacionalismo. No auditório de uma igreja baptista no centro de Glasgow, discutiram no mesmo painel uma eclética seleção de representantes políticas e ativistas.

Do lado legislativo estavam a deputada verde britânica Caroline Lucas, a deputada ao parlamento europeu Manon Aubry, que pertence ao partido de Jean-Luc Mélenchon France Insoumise, e a primeira deputada federal indígena, a brasileira Joenia Wapichana. Do lado das bases militantes estavam as ativistas Fatima-Zahra Ibrahim da campanha inglesa Green New Deal Rising e Patience Nabukalu da secção do Uganda do movimento fundado por Greta Thunberg, Fridays for Future. Todas concordaram com a necessidade de um Novo Acordo Verde, mas as diferenças manifestaram-se quando se debateu o modo de o alcançar.

Para as ativistas, o processo parlamentar é muito lento ou, em último caso, simplesmente enganador. A urgência climática afeta já as vidas de milhares de ugandeses, dizia Patience, que se emocionou durante a sua contribuição. “As promessas são para 2050, mas e a crise que vivemos hoje?”, acrescentou. Para Manon Aubry, a participação no processo democrático é vital para o sucesso de todo e qualquer programa de transição. Dirigindo-se quase que diretamente a Patience Nabukalu, insistiu que os jovens se envolvessem na política, se tornassem parlamentares também, pois só assim o sistema se transformará.

Dois dias depois, Nabukalu fazia parte de uma série de protestos dentro da própria COP26. A menos de 24 horas do fim oficial da cimeira, falou numa conferência de imprensa ao lado da diretora da Greenpeace, Jennifer Morgan, do ministro das finanças de Tuvalu, Seve Paeniu, exigindo que os Estados Unidos contribuissem já com a sua parte para os 100 mil milhões de dólares prometidos às nações mais vulneráveis. Não será talvez a intervenção política a que Aubry se referia, mas não deixou de ser um entrosamento entre COP e Cimeira dos Povos, uma ponte entre os que intercedem pela reforma e os que clamam pela revolução.

**QUERO
SUBSCREVER
O SETENTA
E QUATRO**

**JORNALISMO INDEPENDENTE E DE CONFIANÇA. É ISSO QUE O
SETENTA E QUATRO QUER LEVAR ATÉ AO TEU E-MAIL.**

CARREGA AQUI PARA SUBSCREVER

O Setenta e Quatro assegura a total confidencialidade e segurança dos teus dados, em estrito cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Garantimos que os mesmos não serão transmitidos a terceiros e que só serão mantidos enquanto o desejares. Podes solicitar a alteração dos teus dados ou a sua remoção integral a qualquer momento através do email geral@setentaquatro.pt

PORQUE CHORA, ALOK SHARMA? NÃO RESTAM DÚVIDAS, A COP26 RESULTOU NUM GRANDE FALHANÇO

POR ISABEL LINDIM

Ainda antes da cimeira começar, já os meios de comunicação e a opinião pública anunciavam a enorme desilusão que tudo aquilo seria. Na verdade, foi fácil ter razão. O Pacto Climático de Glasgow não podia ser pior: é uma morte anunciada a carvão. Mas nem tudo foi mau na COP26. Esta é a minha leitura.

Na altura em que lançou o primeiro volume das suas memórias, em novembro de 2020, Barack Obama relatou uma evidência que desarmava qualquer leitor, e que resume bem o contexto em que decorreram as negociações da COP26: a “dinâmica humana é surpreendentemente constante”, e toda a pequenez, brutalização, estupidez ou nonsense a que assistimos no liceu repete-se pela vida fora, até mesmo num congresso ou num encontro de uma convenção do G20. Todas as expectativas que se criam sobre uma realidade mais sofisticada, refletida e rigorosa da alta esfera política, madura e intelectual, desabam. As falhas e as vulnerabilidades repetem-se.

Quando olhamos para as últimas imagens da COP26, com os líderes das 197 partes e os membros da presidência do evento agarrados a rascunhos daquele que é o documento oficial da cimeira, parece-nos assistir a um trabalho de grupo no liceu que está a correr mal. De tal maneira que o aluno que modera o trabalho, Alok Sharma, se agarrou à cabeça e quase verteu umas lágrimas, desesperado com a teimosia dos outros.

Depois de quinze dias de encontros à porta fechada e sessões abertas muito esclarecedoras na COP26, o último dia mostrou aquilo que a maioria já esperava: o Acordo de Paris não se vai cumprir e alguns países vão aumentar as emissões, principalmente através do carvão.

Feitas as contas, prevê-se que o objectivo de não ultrapassar o aumento de temperatura no máximo até 1,5 °C (acima dos valores pré-industriais) não será alcançado, e que o mais provável é até ao final do século já estarmos a bater nos 2,4 °C. Em vez de se baixar as emissões globais em 50% até 2030, acontecerá apenas na ordem dos 20%. Isto se formos muito conservadores nas contas. A maior parte dos analistas diz que o aumento será maior, e que em algumas partes do planeta a vida vai tornar-se insuportável por causa do calor.

DEPOIS DE MUITOS DISCURSOS E MUITA NARRATIVA OFICIAL, O CENÁRIO FOI AQUELE QUE DE OUTRAS COP: DE RASCUNHO NA MÃO, VÃO-SE ALTERANDO PALAVRAS E VÍRGULAS PARA TORNAR O COMPROMISSO CADA VEZ MAIS VAGO E ABRIR PORTAS PARA MAIS EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS.

O RESULTADO FINAL

Este foi o primeiro ano em que as diferentes partes entregaram os NDC (nationally determined contributions), planos nacionais que já deviam incluir as metas de cada um para a diminuição de exploração de combustíveis fósseis. Alguns planos foram entregues com atraso e vinham com lacunas nos objetivos, como foi o caso da China, da Austrália e da Rússia. A Índia disse que, por um lado, aumentava as energias renováveis e, por outro, aumentava a produção de carvão - fê-lo numa mensagem transmitida por papel e pessoalmente pelo presidente do país, num discurso desmoralizante no início da cimeira.

A base das negociações ao longo de quinze dias foram os NDC, enquanto decorriam sessões atrás de sessões, com mais de 40 mil delegados de 200 países e centenas de pessoas a falar em palestras, muitas delas contra o status quo. No final, após muitos discursos e muita narrativa oficial, o cenário foi aquele que já aconteceu nas outras COP: de rascunho na mão, vão-se alterando palavras e vírgulas, tudo para tornar o compromisso cada vez mais vago e abrir portas para mais exploração de combustíveis fósseis. A falácia aumenta quando começa a ser óbvio que os relatórios de emissões de cada país estão muitas vezes incompletos. Alguns países, como a Líbia, nem sequer entregam.

A fachada final no dia 13 veio da Índia, que à última da hora quis mudar a frase de “eliminação progressiva do carvão” para “redução progressiva do carvão”. Fica assim aberta a legitimidade para aquele país continuar a explorar o combustível fóssil que mais contribui para o aquecimento global. A China juntou-se a este argumento, porque também vai aumentar a produção de carvão.

A COP26 OPTOU PELA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. NEM UMA NEM OUTRA SERÃO SUFICIENTES PARA APOIAR VERDADEIRAMENTE QUEM MAIS SOFRE COM A MUDANÇA DO CLIMA.

Além disso, o conceito de “fim dos subsídios para de combustíveis fósseis” passou para “fim dos subsídios ineficientes” - tão abstracto que permite todas as leituras e mais algumas. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), é necessário fechar 40% das 8500 explorações de carvão até 2030 para ficarmos no limite dos 1,5 °C.

Perante a indignação das outras partes (não só das pobres, mas também das ricas, como a Suíça), o presidente da COP26, Alok Sharma, aceitou as alterações do documento, para que o acordo não caísse por inteiro: “Peço desculpa pela forma como este processo se desenrolou. Sinto profundamente. Eu também entendo a profunda decepção. Mas, como vocês observaram, acho que é vital protegermos este pacote”.

ESTADO DE RESILIÊNCIA

Talvez esta tenha sido a última oportunidade de uma COP ser uma COP. Para o ano, a cimeira vai acontecer no Egito, um país governado por um déspota, cujos interesses serão muitos, mas não serão de certeza baixar emissões de gases com efeito de estufa. Não haverá, muito provavelmente, espaço para uma Cimeira dos Povos, convenção paralela à COP26, nem manifestações pacíficas com mais de 150 mil pessoas.

No ano seguinte será nos Emirados Árabes Unidos. Para muitos dos analistas desta cimeira anual, e especialmente depois de se criarem expectativas com o Acordo de Paris, assinado em 2015, este era o momento crucial, o único em que seria possível chegar a um acordo. Daí as lágrimas ingénuas de Alok Sharma.

Da COP esperava-se também um maior compromisso por parte dos países ricos no apoio de 100 mil milhões de dólares para mitigação e adaptação (incluindo o ítem perdas e danos) aos países mais desfavorecidos. São estes que sofrem mais com o impacto das alterações climáticas. A ocorrência de fenómenos extremos já é visível em várias partes do planeta, mas as desigualdades sociais, carências e vulnerabilidades são sobretudo no hemisfério sul. De acordo com os planos das Nações Unidas, conseguir que este montante seja angariado e chegue ao destino tornou-se uma obrigação dos países ricos. No início da cimeira falava-se que esse montante seria reunido em 2022. No fim da cimeira apontava-se para 2025.

Para alguns dos oradores e líderes de diferentes países, essa compensação devia chegar com retroativos, porque temos para trás muitos anos de exploração de combustíveis fósseis, mas isso foi um assunto gradualmente afastado da mesa de negociações. Muitos dos discursos, como o de Mia Mottley, primeira-ministra dos Barbados, transpareceram essa desilusão. Nem a mitigação nem a adaptação serão suficientes para um verdadeiro apoio a quem precisa.

A COP É UMA CIMEIRA QUE DEVE CONTINUAR, SÓ NÃO CONTEM MUITO COM MUDANÇAS DO SISTEMA E UMA SÚBITA BOA VONTADE DOS GRANDES EMISSORES. ESTAMOS A SER ENGOLIDOS POR UMA ILUSÃO.

Para alguns dos oradores e líderes de diferentes países, essa compensação devia chegar com retroativos, porque temos para trás muitos anos de exploração de combustíveis fósseis, mas isso foi um assunto gradualmente afastado da mesa de negociações. Muitos dos discursos, como o de Mia Mottley,

primeira-ministra dos Barbados, transpareceram essa desilusão. Nem a mitigação nem a adaptação serão suficientes para um verdadeiro apoio a quem precisa.

O Pacto Climático de Glasgow não foi exigente nesse compromisso dos países mais ricos. No entanto, faz parte dos planos de trabalho para os próximos tempos, através de um grupo que vai acompanhar os processos necessários de observação e intervenção nas perdas e danos causados pelo impacto das alterações climáticas. A União Europeia deu 27 mil milhões dos 80 mil milhões reunidos em 2020. Frans Timmermans, vice-presidente da Comissão Europeia, foi um dos que exigiu mais esforço das outras partes.

Também o Artigo 6 do Livro de Regras de Paris parecia ter uma evolução positiva, porque se trata da definição do mercado de carbono realizada através da UNFCCC. Pretende-se que seja mais eficiente e compense os países mais desfavorecidos. Mas isso não significa necessariamente que as intenções - as receitas serem canalizadas para a adaptação - se venham a concretizar, porque o documento continua vago. Na verdade, não cria novas regras, tudo depende das ações de cada país. Tratar a emissão de dióxido de carbono como um produto com valor nas transações de mercado financeiro é, à partida, uma incongruência.

O QUE PODE SER POSITIVO

A assinatura da Declaração das Florestas e Uso do Solo pode ser o grande passo desta COP. Decretado no segundo dia da cimeira, foi um dos assuntos mais debatidos dentro e fora de portas, porque surpreendeu a maior parte dos participantes. O que está escrito no documento, subscrito por 100 países, será benéfico se não significar mais dívidas para os países em desenvolvimento, e se a monitorização e a fiscalização permitirem que os valores subsidiados sejam implementados em projetos que beneficiem as comunidades, e não em “apostas na tecnologia” ou mais greenwashing.

Nos países onde se encontram as maiores florestas do mundo - Brasil, Colômbia e Congo, por exemplo - esses montantes têm de representar um apoio significativo às populações indígenas. São aquelas que, segundo todos os participantes da cimeira, detêm mais conhecimento sobre o significado de proteção da Natureza. Se esta declaração tiver um rumo acertado entre todas as partes e um compromisso de todos os países, pode ser o único lado positivo desta COP. Caso contrário, vai servir apenas para alguns Estados receberem um bónus para não desmatar.

Além disso, há mais a retirar desta cimeira. Tudo o que se passou naqueles dias foi um momento único de troca de informação e partilha de conhecimento sobre alterações climáticas, algo que não acontece em mais nenhuma ocasião. É dado o mesmo tempo de antena a países pequenos e aos Estados que representam o grande poder económico. Todos têm igual oportunidade de falar.

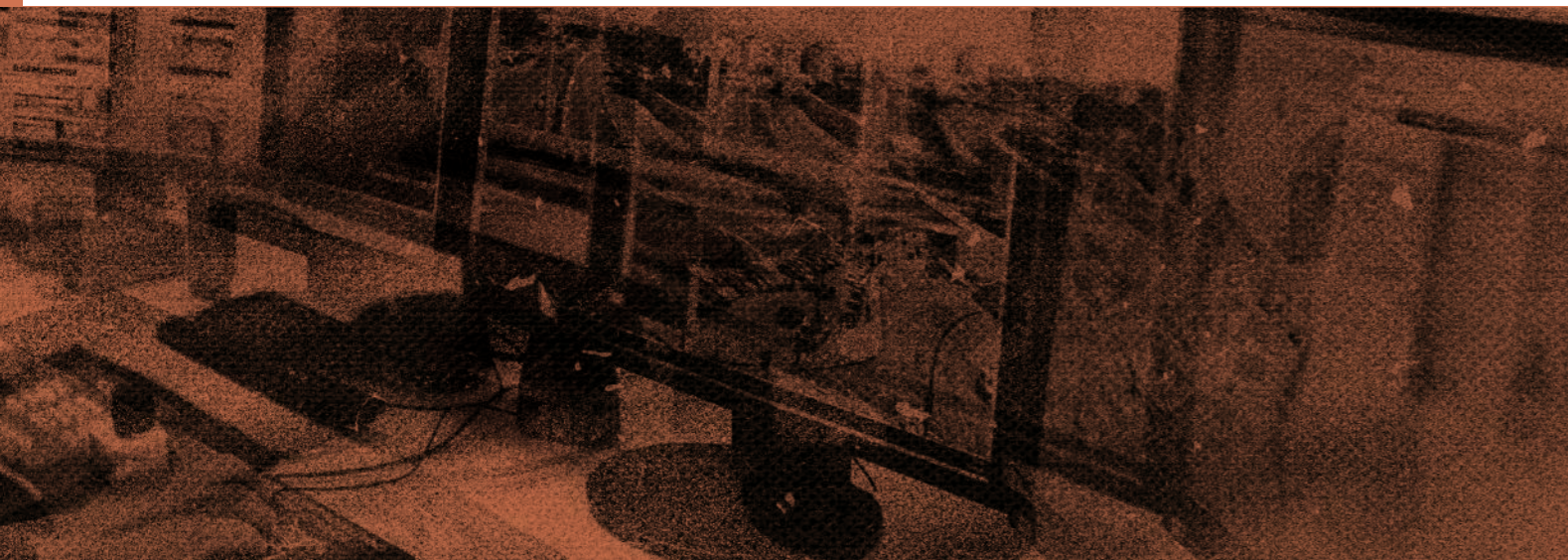
É caso para dizer que é uma cimeira que deve continuar, só não contem muito com mudanças do sistema e uma súbita boa vontade dos grandes emissores. Eles vão continuar a marcar posição, a falar de transição energética (“but not so fast”), a receber financiamentos bancários e aprovações dos governos, a patrocinar cimeiras como a COP e eventos “verdes”. Estamos a ser engolidos por uma ilusão. Agora é aprender a lidar com isso, e dar novos passos à margem das COP.

REPORTAGEM NACIONAL:

VIDEOVIGILÂNCIA EM PORTUGAL: QUANDO NEM TODOS OS CORPOS SÃO IGUAIS



POR CAROLINA FRANCO



Ocupadas maioritariamente por corpos não-brancos, as periferias dos centros metropolitanos são alvo de estigmatização ao serem apontadas como zonas perigosas e os seus habitantes como violentos. Para vigiar, as autoridades têm recorrido a câmaras fixas e a drones. Com a nova lei da videovigilância, chegam também as bodycams.

Estamos em maio de 2021 e o bairro Quinta das Lagoas, no Seixal, está cercado pela polícia. Ninguém pode entrar nem sair. O Grupo de Operações Especiais (GOE) da PSP está no local na sequência de um suposto tiroteio entre moradores. O cerco durava há oito horas quando as autoridades o deram por terminado. A casa sitiada estava, afinal de contas, vazia. Quase ninguém se deu conta, mas, lá em cima, nos céus, *drones* da PSP vigiavam o bairro.

António Brito Guterres, investigador em Estudos Urbanos e dinamizador comunitário, acompanha de perto a realidade do bairro e, dias depois, contaram-lhe que “estiveram lá os GOE a passear nos telhados e uns quatro drones a vigiar quem estava na rua”. Não foi, no entanto, a única ocasião em que veículos aéreos não tripulados (VANT) foram usados pelas autoridades. O Setenta e Quatro ouviu relatos de várias fontes que garantem que além deste episódio na Quinta das Lagoas, drones da PSP têm sobrevoado o Casal da Mira, na Amadora, e o bairro da Jamaica, no Seixal – este último em novembro, no dia a seguir a demolições.

O conhecimento de uso de drones em bairros da periferia de Lisboa é um segredo mal guardado e a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) já veio dizer que num Estado de Direito Democrático não se pode aceitar a previsão genérica de sistemas de videovigilância. A PSP usa drones nas suas várias operações há pelo menos seis anos, tendo inserido estes aparelhos nas suas Grandes Opções Estratégicas para 2013-2016.

Paulo Santos, presidente do sindicato de polícias ASPP, admitiu ter conhecimento “informal” sobre a “utilização deste tipo de equipamento por parte dos órgãos de polícia em situações muito concretas e muito específicas, e se calhar muitas vezes à revelia daquilo que poderia ser o enquadramento legal”. Mas, continua, não consegue “especificar quais nem há quanto tempo é que foi”. “Apesar de a atual legislação ainda estar a ser aprovada, é verdade que de algum modo a esta parte tem havido a utilização por parte das polícias”, admitiu o presidente do maior sindicato de polícias do país.

Não é o único polícia, no entanto, a admiti-lo. Também o então superintendente da PSP Paulo Manuel Pereira Lucas o fez numa entrevista que deu para uma tese de mestrado de 2015 sobre veículos aéreos não tripulados do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna. “A utilização de VANT insere-se nas Grandes Opções Estratégicas da PSP para 2013-2016, com o objetivo último de minimizar a necessidade de utilização de mão-de-obra, nomeadamente em tarefas de vigilância discreta e ostensiva e de comando e controlo”, lê-se na entrevista integral dada pelo comandante da Unidade Especial de Polícia (UEP) até abandonar o cargo em 2020. A entrevista está anexada à tese de mestrado *Os Veículos Aéreos Não-Tripulados na PSP: Visão Estruturante e Aplicabilidade Operacional*, da autoria de Rui Alfaro.

Há anos que os *drones* são usados pela PSP, mas foram os estados de emergência sanitária e os confinamentos obrigatórios que permitiram que surgissem de forma mais evidente nas mãos da PSP e até da Guarda Nacional Republicana (GNR). Logo em março de 2020, a PSP e a GNR foram autorizadas a usar drones para controlar as violações ao estado de emergência, argumentando ter assim uma maior percepção do terreno. Por exemplo, 14 *drones* da GNR vigiaram o cordão sanitário imposto em Ovar.

As lacunas legais foram ultrapassadas com os sucessivos estados de emergência, mas regressaram mal terminaram, até a nova lei da vigilância ser promulgada em contrarrelógio a 20 de dezembro de 2020.

Estando a utilização dos drones inserida num plano estratégico de videovigilância mais alargado, onde se inclui a nova lei da videovigilância, que permite o uso de outros equipamentos (bodycams), faz sentido questionar quais são, afinal, as zonas e as pessoas mais vigiadas. Nem todos os corpos são iguais aos olhos do aparelho securitário do Estado.

“APESAR DE A LEGISLAÇÃO [NOVA LEI DA VÍDEOVIGILÂNCIA, FOI-O A 20 DE DEZEMBRO DE 2020] AINDA ESTAR A SER APROVADA, É VERDADE QUE DE ALGUM MODO A ESTA PARTE TEM HAVIDO A UTILIZAÇÃO [DE DRONES] POR PARTE DAS POLÍCIAS”,

admitiu Paulo Santos, presidente da ASPP.

COMO CHEGAMOS AQUI?

Poucos meses faltavam para que José Sócrates conquistasse a maioria absoluta nas legislativas de 2005 quando a primeira versão da lei da videovigilância foi aprovada. O antigo primeiro-ministro não era o único político do Partido Socialista a defender a videovigilância, também Manuel Maria Carrilho, candidato à Câmara de Lisboa nas autárquicas de 2005, exigia “videovigilância nas zonas críticas da cidade”: zonas como o Bairro Alto, a Ameixoeira e o Intendente.

O PS fazia então da tecnologia um pilar fundamental da sua governação, prometendo apontar Portugal em direção ao século XXI, e para isso foi delineado um Plano Tecnológico. Ao início, os portugueses sentiram alguma desconfiança em relação à videovigilância, associando-a a uma ideia de controlo a que não queriam regressar. A memória das perseguições e repressões do Estado Novo ainda pairava, mas, aos poucos, a desconfiança foi-se atenuando, até a videovigilância se transformar numa quase normalidade.

Se acontecia lá fora, por cá poderia acontecer também, sobretudo quando a lei já previa a instalação de câmaras de videovigilância. Carrilho não baixou os braços e foi o primeiro a sugerir a instalação de câmaras nas ruas lisboetas. Nunca até então um candidato a autarca o tinha feito – perdeu as eleições para o candidato do PSD, Pedro Santana Lopes.

O NÚMERO DE CÂMARAS DE VIGILÂNCIA NAS RUAS PASSOU DE 38 PARA MAIS DE 850 ENTRE 2013 E OS DIAS DE HOJE, COM OS MUNICÍPIOS DE LISBOA E DA AMADORA A SEREM OS MAIS VIGIADOS.

No ano em que se aprovou a lei da videovigilância, criou-se também o Plano Nacional de Videovigilância que, de acordo com o *Jornal de Notícias*, permitia “aos municípios instalar câmaras em locais de risco elevado de criminalidade”. Em 2009, começaram a instalar-se de facto os primeiros sistemas de videovigilância e, não muito tempo depois, a CNDP alertou para os riscos da invasão de privacidade deste tipo de câmaras, o que resultou no chumbo de muitos pedidos que foram sendo feitos para a sua instalação.

A Câmara Municipal da Amadora, município que no início dos anos 2000 já era alvo de grande cobertura mediática na sequência de assassinatos de jovens negros e de agentes da PSP, foi uma das autarquias que em 2008 viu recusado o seu pedido de instalação de câmaras de videovigilância pela CNDP. Depois de negado o primeiro projeto da Câmara da Amadora, um segundo foi apresentado onde o pedido inicial da instalação de 113 câmaras descia para 61. Mais uma vez recusado.



Placa publicitária a anunciar a implementação de um sistema de videovigilância na Amadora em 2017 | António Cotrim/LUSA

A autorização chegou finalmente em 2013 com o terceiro projeto para instalar 103 câmaras. A presidente da Câmara da Amadora, Carla Tavares, do PS, argumentou na altura que as câmaras seriam instaladas em locais com maior índice de “crimes de furto e de roubo”, sobretudo em “zonas urbanas, junto aos parques e meios de transporte”. A autarca esclareceu ainda que “a câmara não tem acesso a qualquer tipo de imagens, que só são visionadas pela PSP”. Funcionariam como “um mecanismo dissuasor”, prometeu.

De acordo com o *Público*, o número de câmaras de vigilância nas ruas passou de 38 para mais de 850 entre 2013 e os dias de hoje, com os municípios de Lisboa e da Amadora a serem os mais vigiados.

Entretanto, o uso de drones pelas forças policiais, principalmente norte-americanas, caminhava a passos largos, e Portugal não ficou à margem. Desde dezembro de 2013, de quando data o contrato mais antigo de compra de VANT, até aos dias de hoje, a PSP já gastou mais de 457 mil euros, de acordo com a análise do Setenta e Quatro no portal BASE.

Foram estabelecidos sete contratos. Dois desses contratos foram com a empresa portuguesa Tekever, criada por engenheiros, antigos estudantes do Instituto Superior Técnico, um com a empresa Elistair e os outros quatro com a Hanner&Hanniel.

É na loja HP Drones que está a representação nacional da empresa Hanner&Hanniel. Nesta loja vendem-se alguns dos drones possíveis de identificar em diversas fotografias de intervenções da PSP, como é o caso do modelo Matrice 300 Enterprise, fabricado pela DJI. Pode ter até três câmaras acopladas (infra-vermelhos, térmica e com muito zoom) e pode, inclusive, ficar a sobrevoar sozinho em piloto automático. São também utilizados o Mavic2, o Mavic Enterprise e o Mini 2, sendo este último o mais pequeno e que menos barulho faz. Todos voam até um máximo de 500 metros de altitude. Podem atuar de noite e de dia.

Os contratos da HP Drones com a PSP incluem práticas de formação aos agentes no uso destes aparelhos eletrónicos, sabe o Setenta e Quatro. Mas o objetivo passa por os agentes serem autónomos, darem formação uns aos outros, com alguns deles a terem já uma avançada formação no manuseamento dos drones. A PSP detém pelo menos 18 veículos aéreos não tripulados.

Os drones da DJI têm sido uma opção para as forças de segurança também a nível internacional, e são disso exemplo a Alemanha ou os Estados Unidos da América, neste último também para os Serviços Secretos e o FBI. Estes drones “têm tecnologia de ponta” e são bastante mais acessíveis que aparelhos desenvolvidos especificamente para o efeito (como é o caso da Tekever), segundo o *Intercept*.

De facto, os modelos da Tekever têm um custo bastante mais elevado que os da DJI. Em 2013, o site Mais Tecnologia noticiou que a “compra dos drones foi feita por ajuste direto à empresa portuguesa Tekever, por cerca de 200 mil euros. Os drones adquiridos pela PSP são o modelo AR1 Blue Ray, cada um custa pouco mais de 73 mil euros”. Um Matrice 300 Enterprise, o modelo mais avançado e completo da DJI que as forças de segurança possuem, custa cerca de 20 mil euros já com algumas especificidades extra, o que permite um investimento em mais equipamento, nomeadamente câmaras térmicas e de infravermelhos.

A LEI DA VÍDEOVIGILÂNCIA SOFREU UM TOTAL DE QUATRO ALTERAÇÕES DESDE A SUA PROMULGAÇÃO EM 2005.

“Quanto à utilização dos VANT nas funções da PSP, segundo os entrevistados podem ser utilizados em todos os níveis de intervenção, na ordem pública, trânsito, informações e na prevenção criminal em diversas missões”, lê-se na tese de mestrado *Os veículos aéreos não tripulados na PSP: Visão estruturante e aplicabilidade operacional*, de Rui Alfaro. O objetivo é estarem inicialmente concentrados na UEP (Unidade Especial de Polícia), e futuramente serem distribuídos pelas várias esquadras e divisões, refere a tese. A PSP usa drones nas suas atividades policiais há pelo menos seis anos.

Cristiano Correia, secretário nacional do sindicato de polícias ASPP, recorda-se de uma situação que gerou polémica em 2015, quando a PSP usou drones para vigiar a final da Liga dos Campeões, sem que tivesse autorização da CNPD.

“Ao que parece, [a PSP] terá pedido na altura uma autorização praticamente em cima do dia do evento e acho que essa autorização tinha que ser pedida com alguma antecedência, até para a CNPD poder avaliar e dar parecer”, contou ao Setenta e Quatro o dirigente sindical. “E, ainda assim, a polícia utilizou e acho que no seguimento teve de destruir as imagens. Penso que essa terá sido a primeira utilização, que se saiba, o que não invalida que antes a polícia já tivesse feito uso, nomeadamente para situações criminais, não só para alguma ação que estivesse a decorrer mas também na ação preventiva – às vezes havia vigilância para acautelar meios de prova e outras situações”, acrescenta.

Poucas notícias há sobre o uso de drones pela PSP e uma delas é precisamente sobre como os usou para localizar três homens armados, depois de os seus agentes terem cercado o bairro da Portela de Carnaxide, em Oeiras. A maior parte das notícias são sobre a oposição da CNPD ao uso de câmaras nestes aparelhos pelas autoridades policiais.

Questionado pelo Setenta e Quatro sobre a PSP deter e usar drones, o Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP respondeu que a polícia se tem “manifestado apoiante da utilização de meios de observação aérea, dentro de um quadro normativo claro e que permita a utilização deste avanço tecnológico numa lógica de melhoria da eficácia da Polícia”.

“A PSP dispõe de veículos aéreos não tripulados, que são empregues no quadro da segurança pública (apoio a operações de investigação criminal, policiamentos desportivos, etc) e proteção civil (em especial, ações de busca e salvamento)”, disse por e-mail o Gabinete de Imprensa. Referiu ainda que “estes equipamentos são operados por polícias com formação específica ministrada (também) para que as regras de utilização deste tipo de meios e do regulamento geral de proteção de dados seja salvaguardada”.

Porém, questionada sobre a moldura legal pela qual se rege para usar drones, a PSP não deu qualquer resposta, deixando claro não ter mais nada a dizer ao Setenta e Quatro.

O uso de câmaras em drones pelas forças de segurança tem sido um dos maiores pontos de choque entre estas e a Comissão Nacional da Proteção de Dados. Estávamos já em 2019, sete anos depois de se ter lido as primeiras notícias que ligavam os VANT à PSP, quando a CNPD garantiu que as forças de segurança não têm legitimidade para o fazer, uma vez que esta tecnologia “multiplica o espaço sob vigilância para um nível até há bem pouco tempo impensável para as forças de segurança”.

Para os defensores da utilização de câmaras de drones pelas forças de segurança antes da nova lei, a sua utilização é legal por se enquadrar no conceito de “câmaras móveis”, descrito na lei da videovigilância (n.º 1/2005), enquanto os críticos argumentam que não está abrangido pelo espírito da lei por no momento da redação os drones não serem uma realidade nacional. Não houve qualquer reflexão legislativa ou pública sobre o assunto e as gravações com um drone serem totalmente diferentes de uma câmara de filmar banal. Daí que o braço de ferro entre as autoridades e a CNPD seja sobre o processo de autorização para que sejam usados.

A lei da videovigilância sofreu um total de quatro alterações desde a sua promulgação em 2005. Já na sua primeira versão a lei contemplava a utilização de câmaras portáteis (artigo n.º 6), o que à data poderiam ser câmaras de filmar como as que qualquer cidadão pode usar para gravar um vídeo. Para se usarem estas câmaras, as autoridades policiais teriam de pedir autorização à CNPD e, caso a resposta não chegasse em tempo útil, o dirigente máximo da força ou serviço de segurança poderia autorizar a sua utilização, informando a CNPD no prazo de quarenta e oito horas. Se o parecer fosse negativo, o material gravado teria de ser imediatamente destruído - foi o que aconteceu com a final da Liga dos Campeões de 2015.

No final de 2021 foi aprovada uma nova lei da videovigilância, mais ampla, permitindo a utilização de ainda mais câmaras. É aqui que entram os drones e as bodycams. Mas porquê, se Portugal é apresentado no estrangeiro como um país muito seguro? Os dados do Global Peace Index confirmam esta percepção: em 2021 ficou em quarto lugar numa lista de 163 países, quando em 2020 esteve em terceiro lugar.

As taxas de criminalidade têm vindo a descer no país e, diz Manuela Ivone Cunha, a videovigilância não resolve os problemas de fundo: nem erradica a criminalidade nem diminui a sensação de insegurança. Limita-se a demarcar zonas de (suposto) perigo, contribuindo para a estigmatização. Mas as alterações à lei da videovigilância avançaram mesmo assim.

AS ALTERAÇÕES À LEI DA VÍDEOVIGILÂNCIA

Há muito que se falava da necessidade de a lei da videovigilância ser alterada para acompanhar a realidade, pois a sua última atualização era de 2012. A lei estava no seu caminho, mas o chumbo do Orçamento do Estado de 2021 levou à dissolução da Assembleia da República pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. O processo legislativo foi apressado, e a lei promulgada a 20 de dezembro do ano passado.

As propostas de alteração à lei pelo governo de António Costa foram aprovadas em julho deste ano em Conselho de Ministros. Mais tarde, no final de novembro, tiveram a aprovação final com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN e da deputada não inscrita Cristina Rodrigues e os votos contra do BE, PCP, PEV,

Iniciativa Liberal, da deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e dos deputados do PS Hugo Oliveira, Isabel Moreira, Cláudia Santos e Carla Sousa.

“Foi um daqueles casos em que se legisla à pressa”, disse ao Setenta e Quatro o deputado comunista António Filipe, membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. No final de outubro de 2021, Duarte Cordeiro, secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, pediu que vários projetos-lei considerados prioritários fossem votados antes da dissolução do parlamento. E este foi um deles. Enquanto a nova lei era discutida na Assembleia da República, drones eram avistados no bairro da Jamaica, no Seixal.

“A legislação não é devidamente escrutinada e torna-se confusa, o que é mau até para aqueles que a vão aplicar no terreno, porque a pior coisa é um diploma legal deixar dúvidas, pode até deturpar-se aquilo que era o pressuposto da lei”, acrescentou Paulo Santos, presidente da ASPP. “Quem vai pagar a fatura serão os profissionais no terreno, pois quando não correr bem poderão ser chamados e ter problemas disciplinares”, sugere.



A PSP a intervir no bairro da Ameixoeira, em Lisboa, em 2015 | Tiago Petinga/LUSA

Opinião contrária tem a deputada Isabel Oneto, do PS e também membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, ao garantir que a nova lei da videovigilância “teve o seu caminho para chegar à forma que chegou”. Salientou, no entanto, ser necessário existir “uma fiscalização muito rigorosa” e regular, até “para os cidadãos terem a certeza de que os fins para os quais a lei foi aprovada estão a ser cumpridos”. “É o permanente equilíbrio que nós temos de ter em todo o sistema de prevenção criminal”, disse em declarações ao Setenta e Quatro.

Mas as críticas vão além do processo legislativo. “O problema maior desta atualização começa, desde logo, pela enorme extensão das finalidades possíveis, onde cabe tudo”, critica o deputado comunista António Filipe. “Cheguei a dizer no debate [parlamentar] que esta lei permitia a vigilância em duas circunstâncias: por tudo e por nada. De facto, praticamente não fica nada de fora e abre-se aqui a porta para uma utilização da videovigilância praticamente irrestrita porque, no meio daquelas finalidades todas, alguma se há-de encontrar que a permita utilizar”, aponta o deputado.

Na redação inicial da nova lei da videovigilância, proposta pelo governo de António Costa, previa-se a captação de dados biométricos pelas forças de segurança, mas, após severas críticas da CNPD, estas alíneas acabaram por ser excluídas da redação final, ficando com um sistema de gestão analítico. “Numa próxima legislatura talvez se considere que isso é muito importante para a prevenção da criminalidade, do terrorismo, por exemplo, e que se insista nesse caminho. Isto é quase um percurso sem fim até ao Big Brother. Era importante que se pusesse um travão e se parasse para pensar neste tipo de derivas”, alerta António Filipe.

Por agora, no que toca à utilização de drones pelas forças de segurança, a lei promulgada apenas permite que os veículos aéreos não tripulados possam “captar imagens na vertical, para efeitos da visualização dos espaços de enquadramento e que não permitam a identificação de pessoas em particular”.

Garantia legal que em nada tranquiliza António Brito Guterres, dinamizador comunitário, de que as zonas urbanas sensíveis – leia-se bairros sociais – não venham a ser locais de experimentação com drones. “Normalmente, os bairros sociais são espaços de treino de novidades táticas e instrumentais da polícia”, ressalva.

A construção da ideia de periferia vigiada pressupõe também que se distinga entre “estar na cidade” e “ser da cidade”, explica ao Setenta e Quatro Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo. “A opção da videovigilância cria uma dicotomia entre ser da cidade e estar na cidade. Faz com que a maior parte das pessoas racializadas sintam que estão na cidade, não que são da cidade; porque se tu és da cidade, as pessoas respeitam-te. Estares na cidade é como se estivesses de passagem, então tens de ser vigiado. E isto cria também um sentimento de revolta, como é óbvio”, garante o dirigente antirracista.

Esse marcador social, continua, “reforça a ideia de que tu não és desse sítio, por isso é que as pessoas te tratam como um forasteiro, sempre a ser vigiado, do qual é preciso desconfiar, e alimentam o sentimento de não-pertença, de distanciamento, o que não cria nenhuma fluidez nem com o território, nem com a sociedade maioritária”.

Daí que a vigilância seja “um instrumento de catalogação, de seleção e guetização e, ao mesmo tempo, de repressão”. “Quais são as pessoas que é preciso vigiar para termos paz social? São aquelas que não são consideradas, originariamente, parte do tecido nacional. E todo o discurso sobre a perigosidade de determinados espaços e corpos foi potenciado com essa ideia de legitimar o reforço da vigilância”, critica Mamadou Ba. “A vigilância não é só para prevenir desacertos de relações económicas, sociais e políticas, é também para poder selecionar quem é que o Estado pode reprimir quando achar que esta pessoa ou este grupo de pessoas está a infringir determinados códigos de convivência social. Essas pessoas, a maioria das vezes, são negros, ciganos e migrantes”.

Em Portugal, ainda que não seja teoricamente possível identificar as pessoas, têm sido feitos alertas por parte de quem lida com a mistura das realidades das câmaras fixas com a das câmaras acopladas em drones.

Elementos do BOPE, força especial da polícia militar brasileira conhecida por atropelos aos direitos humanos, deram em 2008 formação técnico-tática a agentes da PSP (que se dirigiram ao Brasil) e, em 2010,

Portugal comprou cinco blindados para a Cimeira da NATO que não chegaram a tempo do evento. No seu primeiro ano de vida, foram utilizados apenas três vezes – uma na Amadora, outra em Setúbal e por fim em Odivelas, sempre na zona metropolitana de Lisboa – no que foi encarado como táticas semelhantes às praticadas pelo brasileiro BOPE. A força especial brasileira é considerada uma das mais capazes em termos de combate urbano, nomeadamente nas favelas.

No Reino Unido, a polícia tem usado drones para reforçar o confinamento, reunindo “dados sobre pessoas, como os lugares que elas visitaram”, escreveu Birgit Birgit Schippers no site académico The Conversation. Como exemplo menciona a polícia de Inglaterra, que tem usado as gravações de drone para “localizar pessoas que tenham visitado um parque nacional durante o período de confinamento” e, apesar de não poder identificar os seus rostos, “na teoria pode ligar os dados ao sistema CCTV que está equipado com tecnologia de reconhecimento facial, utilizada para identificar indivíduos”.

A seu ver, estes mecanismos de vigilância não se podem tornar uma prática recorrente e indiscriminada, isto se queremos “garantir o respeito pelos direitos humanos”. Caso contrário, “os drones podem tornar-se uma peça fundamental de uma arquitetura de vigilância que pode durar no futuro”.

Preocupação semelhante tem Alexandre Guerreiro, especialista em Direito e Segurança Internacional, ao garantir ao Setenta e Quatro que o prazo de 48 horas para as forças de segurança saberem se poderão ou não guardar as imagens recolhidas com câmaras em drones (artigo 9º, alíneas 5 e 6) pode vir a ser algo “muito pernicioso”. “O problema aqui é que até haver uma decisão, quer positiva quer negativa, as imagens foram captadas e foram conservadas, e isto pode tornar-se muito pernicioso”, explica o ex-espião do SIED, referindo que muita coisa pode acontecer em 48 horas, inclusive as imagens poderem ir “parar a canais de televisão e depois ninguém sabe como é que foram lá parar”.

Para o especialista em Direito, a autorização deveria depender da CNPD e não de um membro do governo, uma vez que é necessária uma resposta célere, e não ser dada a posteriori. “Isso vai permitir a possibilidade da direção de cada esquadra da PSP poder indicar aos seus elementos ‘vamos gravar porque isto é uma situação urgente, e se eles invalidarem, apagamos’”, critica. “Naquelas 48 horas, a polícia pode ver as imagens, pode atuar em função delas, mesmo que não exista qualquer tipo de infração, e pode ser usada para fins pessoais, dos próprios agentes ou até mesmo de terceiros.” Mas, garante, as 48 horas legais podem ser bem maiores na prática, caso um fim-de-semana se intrometa.

“QUAIS SÃO AS PESSOAS QUE É PRECISO VIGIAR PARA TERMOS PAZ SOCIAL? AQUELAS QUE NÃO SÃO CONSIDERADAS, ORIGINARIAMENTE, PARTE DO TECIDO NACIONAL. E TODO O DISCURSO SOBRE A PERIGOSIDADE DE DETERMINADOS ESPAÇOS E CORPOS FOI POTENCIADO PARA LEGITIMAR O REFORÇO DA VIGILÂNCIA”,

crítica Mamadou Ba

A CNPD também não perdeu a oportunidade de contestar no seu parecer estas novas alterações, garantindo que estas não cumprem as exigências mínimas num Estado de direito democrático. “Os termos amplos e imprecisos com que vem prevista a utilização, pelas forças e serviços de segurança, de sistemas de vigilância através de câmaras fixas e câmaras portáteis – estas últimas podendo estar incorporadas em drones e nos equipamentos dos agentes (bodycams) –, indefinidamente para qualquer das finalidades admitidas na proposta, com a possibilidade generalizada de utilização de tecnologias de inteligência artificial e de reconhecimento facial, não cumpre as exigências mínimas num Estado de direito democrático para a restrição legislativa de direitos fundamentais”, escreveu a CNPD no seu parecer.

O órgão responsável pela defesa da privacidade dos cidadãos criticou ainda que “os sistemas de videovigilância já existentes, seja pela ausência de regras e critérios claros e uniformizados quanto à sua utilização, seja pelo desrespeito da parca regulamentação existente, seja pela falta de meios para o controlo efetivo, por parte das forças de segurança, dos equipamentos e da sua utilização, não se têm mostrado aptos à prossecução das finalidades visadas”.

Apesar do parecer da CNPD, houve uma maioria de deputados a aprovar o texto final da nova lei da videovigilância, o que, na opinião do deputado comunista António Filipe, representa mais um episódio de desvalorização do órgão cuja principal responsabilidade é proteger a privacidade. “Mantém-se uma desvalorização da CNPD enquanto autoridade nacional nesta matéria. Essa desvalorização não começou agora”, disse ao Setenta e Quatro.

Para o deputado comunista, este processo de desvalorização teve início no seguimento da polémica sobre as câmaras de vigilância que a Câmara da Amadora desejava instalar nos espaços públicos do concelho. “A CNPD considerou que era excessivo, que era desproporcionado, e isso levou a que houvesse uma alteração da lei no sentido de deixar de ter uma posição vinculativa na matéria”, contou.

A antiga secretária de Estado-adjunta da Administração Interna discorda e garante que o parecer da CNPD “é sempre importante”. “Porque é a entidade independente que salvaguarda a utilização dos dados pessoais, portanto é sempre importante ouvir a CNPD. A CNPD fez algumas observações, umas com razão, outras sem razão, houve situações que tinham escapado na feitura da lei e corrigiu-se, e foi um contributo importante para o texto final”, disse Isabel Oneto.

BODYCAMS: FAZEM SENTIDO?

Desde a morte do afro-americano George Floyd, asfixiado por um polícia em Minneapolis, nos Estados Unidos, em maio de 2020, que o debate sobre as *bodycams* chegou a um novo patamar. Além dos registos feitos por civis que chegaram às redes sociais, as filmagens da *bodycam* de Derek Chauvin, o agente que matou Floyd, permitiram um olhar aproximado da sua atuação e, inclusive, acesso à reação após o afro-americano ter seguido numa ambulância.

“É a opinião de uma pessoa”, disse quando confrontado por uma testemunha com o abuso que acabara de cometer. “Tínhamos de controlar este gajo porque ele é um gajo grande, parece que está metido em alguma coisa.” Chauvin foi condenado a 22 anos de prisão efetiva.

No caso norte-americano, as *bodycams* dos agentes das forças de segurança estão permanentemente ativadas. Por um lado, permite que se registem todos os acontecimentos, mas, por outro, significa que todas as pessoas que passarem por um agente estarão a ser filmadas.

Em Portugal, explica a deputada do PS Isabel Oneto, as *bodycams* “são só para situações em que possa haver necessidade do uso da força policial”. “A utilização das *bodycams* no uniforme ou equipamento dos agentes, primeiro depende da autorização, e depois, citando a lei, ‘a captação de imagem e som apenas pode ocorrer no caso de intervenção das forças de segurança, quando esteja em causa a ocorrência de ilícito criminal, situação de perigo, emergência ou alteração da ordem pública, devendo o início da gravação ser antecedido de aviso claramente perceptível”, continuou, referindo ser “preciso fazer-se o regulamento desta utilização” e que o legislador já tem indicações sobre quais os limites da mesma.

“ACHO QUE ISTO SE AFIGURA BASTANTE PERIGOSO E, NO CASO DAS BODYCAMs, NÃO DEIXA DE SER INTERESSANTE QUE SE PROPONHA A SUA UTILIZAÇÃO POR PARTE DE AGENTES DE AUTORIDADE QUANDO EXISTEM PELO MENOS DOIS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DE PESSOAS QUE RECOLHERAM IMAGENS DE INTERVENÇÕES POLICIAIS”,

alertou Ana Rita Alves.

Importa lembrar que em 2018, depois da suposta “invasão” à esquadra de Alfragide, o *Diário de Notícias* avançou que “a divisão da PSP da Amadora pode ser a primeira no país a utilizar *bodycams* nos patrulhamentos de rua, principalmente nas designadas zonas urbanas sensíveis, onde estão bairros como a Cova da Moura, Estrela d’África e 6 de maio”. Na altura, uma fonte da Direção Nacional da PSP disse que “estas câmaras são fundamentais para fazer prova, tanto de uma má atuação do polícia como dos cidadãos, e têm um inegável efeito dissuasor para tentativas de manipulação dos factos”.

O deputado comunista volta, mais uma vez, a discordar da narrativa securitária, salientando que a introdução das *bodycams* no debate público “criou um problema que não havia” e que pode vir a criar mais problemas aos agentes das forças de segurança do que aqueles que deveriam resolver.

Paulo Santos, presidente do mesmo sindicato (ASPP), ressalva que atualmente estão a tentar perceber se, “tendo em conta a realidade da PSP e as suas necessidades, é imperioso investir e colocar a tónica da intervenção policial com base nesses equipamentos”. Segundo sabe, “cada *bodycam* custa cerca de 100€” e o investimento representará “uns bons milhões” no universo da PSP. Crítica semelhante fez em 2013 o então dirigente da ASPP Paulo Rodrigues sobre a compra de *drones*: “comprar *drones* é como comprar

um Ferrari e não ter onde dormir”.

Tanto Paulo Santos como Cristiano Correia concordam que, para situações específicas, a utilização de uma *bodycam* ou de uma câmara por parte de uma autarquia poderá “ter um efeito dissuasor de putativos criminosos”. No entanto, parece estar a passar-se “para um patamar de um complemento que deveria existir, mas descurando aquilo que é a base da atuação e do serviço da PSP”.

Na perspetiva de Paulo Santos, a *bodycam* poderá comprometer a atuação dos agentes e uma eventual sanção pela sua não-utilização significa falta de conhecimento do terreno. E dá como exemplo o material que um polícia já carrega consigo – um bastão extensível, um cacete, gás pimenta, algemas, arma de fogo –, a que se vem juntar agora uma *bodycam*. Numa situação de nervosismo e com tanto equipamento, um agente vai conseguir lembrar-se da *bodycam*?, questionou.

Uma dúvida que parece ser legítima. Isabel Oneto explicou que as *bodycams* só poderão ser usadas em situações necessárias e os agentes terão de avisar no início de cada gravação que vão começar a gravar. Antes da ativação da câmara, existe um período de salvaguarda de dois minutos para dar contexto à eventual gravação. Caso não seja ativada, o registo automático vai sendo apagado.

No que concerne ao acesso às imagens, a deputada do PS diz que “o aparelho em si tem de ser lido num sistema a que só determinadas entidades nas forças de segurança têm acesso”. “O agente da polícia chega à esquadra, coloca a *bodycam* lá no local próprio, e ele não consegue, mesmo que queira, ter acesso às imagens, só destruindo o aparelho. Não tem acesso às imagens, já que estas são guardadas e só superiormente, se houver alguma situação em que seja necessário visualizar as imagens, é que elas são decodificadas por um outro aparelho”.

SE AS BODYCAMs DÃO SINAIS DE AVANÇAR, A CONCRETIZAÇÃO DA LEI “QUE O GOVERNO APROVOU RELATIVAMENTE ÀS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS” DA PSP ESTÁ BEM LONGE, “ABAIXO DOS 10%”,

disse o secretário nacional da ASPP.

Porém, pelo menos para já, este procedimento não está contemplado na lei, enquanto as *bodycams* poderão chegar em breve ao terreno. A presença de empresas vendedoras destes aparelhos na feira de segurança Segurex, em novembro de 2021, na FIL, mostra que este caminho está a ser feito. Resta saber quando os agentes começarão a usá-las.

No caso de serem os próprios agentes a decidir quando ligar a câmara, as narrativas continuarão a ser contadas na sua perspetiva, alerta Ana Rita Alves. A antropóloga questiona até que ponto não poderá existir uma manipulação da história, já que são os agentes que têm os meios de gravação são os deci-

sores do momento, e possuem “a tutela das imagens”. “Acho que isto se afigura bastante perigoso e, no caso das *bodycams*, não deixa de ser interessante que se proponha a sua utilização por parte de agentes de autoridade quando existem pelo menos dois processos de criminalização de pessoas que recolheram imagens de intervenções policiais”, alertou.

Não é com toda a confiança que o presidente da ASPP aceita as *bodycams*, mas parece conformar-se. “Se me perguntar se faz sentido esse investimento, à luz da realidade dos orçamentos da polícia e das suas necessidades, obviamente respondo que não. Mas aquilo que se tem de perceber é que se é necessário, se é útil e se há um estudo que possa justificar essa aquisição, avance-se”, disse Paulo Santos. E se as *bodycams* dão sinais de avançar, a concretização da lei “que o governo aprovou relativamente às infraestruturas e equipamentos” da PSP está bem longe, “abaixo dos 10%”, acrescenta o secretário nacional da ASPP.

**QUERO APOIAR
O SETENTA
E QUATRO**

Precisamos de leitores iniciais, de quem nos apoie quando estamos a começar; oferecemos uma recompensa, **serão estes leitores a beneficiar para sempre de tudo o que tivermos para oferecer**: informação, investigações, ideias, conhecimento, conversas e publicações exclusivas e humor.

CARREGA PARA CONTRIBUIR

REPORTAGEM NACIONAL:

ACESSIBILIDADE NA CULTURA: UM PALCO EM CONSTRUÇÃO E UM QUADRO POR ACABAR



POR ANA PATRÍCIA SILVA



Frequentar espaços culturais e assistir a uma mediação, espetáculo ou exposição revela-se uma experiência cada vez mais diversa. Mas continua a haver desigualdades no acesso à Cultura quando se é uma pessoa com mobilidade reduzida, deficiência intelectual ou visual em Portugal.

O átrio do Cinema São Jorge estava em azáfama quando Boris Nepelo deixou claro que a Cultura é algo que nos une. O crítico e programador russo falava no Festival Internacional de Cinema DocLisboa, em Lisboa, e as suas palavras ressoaram o que já se tinha ouvido no MEXE, encontro internacional artístico: o crescimento das desigualdades limita as nossas liberdades de ação. Como pode a Cultura e os espaços em que a mesma reside ultrapassar esta barreira?

Os números que nos acompanharam nos últimos dez anos nunca se revelaram tão importantes. Em Portugal, há mais de 1 milhão e 700 mil pessoas com pelo menos uma incapacidade, de acordo com dados dos censos de 2011. Esta representatividade tende a ser um conceito determinante na sociedade portuguesa, onde os diversos sectores dão sintomas de desigualdade na acessibilidade.

A Cultura vive numa luta constante pelo conceito de liberdade. Hoje, são diversas as vozes do público e trabalhadores da Cultura que se fazem ouvir e que afirmam não existir condições totais de acessibilidade em grande parte dos espaços culturais. Acessibilidade que está, desde 2006, consagrada como direito na Constituição (artigo 163º) como “meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática”.

A palavra acessibilidade já não era desconhecida em documentos universais desde 1948. Garantia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 27.º) que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade”. No entanto, foi em 2005 que Tiago Fortuna sofreu a primeira “má experiência”.

“CHEGOU A HORA DE FAZER DE FORMA DIFERENTE”

Na adolescência começou a perceber que havia tratamento diferenciado entre pessoas com e sem deficiência. Foi diagnosticado com osteogénese imperfeita, também conhecida como a doença dos ossos de

vidro. Confrontando-se com a atualidade, o aficionado pelas artes performativas e pela música reconhece que em pleno 2021 a lei de acessibilidade continua a não ser cumprida.

“Tinha 14 anos e decorria uma entrega de prémios internacional de música, em Lisboa. Lembro-me que queria muito ir, mas foi dito aos meus pais que não haveria lugares para mobilidade condicionada”, recordou. Foi a primeira vez que Tiago Fortuna se sentiu discriminado. O espaço não o aceitava.

Autor do podcast Nuclear trabalha em áreas de acessibilidade cultural e direitos de pessoas com deficiência. Em 2020, optou por deixar o campo da comunicação estratégica musical e ingressou num projeto de mentory para criar um plano de acessibilidade numa sala de espetáculos que durou o ano inteiro, juntamente com a associação Acesso Cultura.

Em 2021 criou dois projetos de acessibilidade para espaços culturais: um novamente com a Acesso Cultura, no qual aguarda resposta do financiamento europeu, e outro em desenvolvimento com a organização It's About Impact, denominado de Acess Lab.



Tiago Fortuna criou dois projetos para promover a acessibilidade na Cultura | Fotos Pedro Ruela Berga/Miguel David

É através deste último projeto que pretendem dialogar com entidades culturais, políticas e pessoas com deficiência. Desenhando este “triângulo”, todos contribuem para princípios fundamentais: estimular a participação na cultura tendo por base questões de bilheteiras asseguradas, conforto, acolhimento e um plano de capacitação para os profissionais da cultura.

A partir do momento em que começou a trabalhar no sector cultural, Tiago Fortuna sentiu que estava na hora de fazer as coisas de forma diferente: “quero muito mudar o nosso sector, mas quero fazer parte dessa mudança de forma construtiva e, para isso, precisamos de trabalhar ao lado dos profissionais da cultura”, reconhece.

Recordando algumas das suas experiências, refere que em Portugal existem muitos festivais, mais precisamente em Lisboa e no Porto, onde as pessoas são colocadas a uma distância “desumana”. Houve um festival a que deixou de ir porque não só ficava entre cinco a seis metros das últimas pessoas na plateia numa noite esgotada, como não conseguia focar os grandes ecrãs. “O que via mais próximo de mim eram

homens a urinar em arbustos a noite inteira, no palco principal. Não é aceitável pagar um bilhete para entrar no festival e ser isto que me apresentam”, critica.

A reflexão a que se assiste sem que se esconda nos bastidores é a de que as estruturas não estão preparadas para acolher as pessoas no seu todo, seja enquanto público ou trabalhador. Aliás, Tiago Fortuna reconhece que se nos debruçarmos sobre a visão dos trabalhadores torna-se ainda mais “desesperante”.

DA CULTURA CONVITE À NECESSIDADE DE PAGAR O DOBRO

É também sobre o olhar da cultura convite que a situação se revela preocupante. Em Portugal, o assistente pessoal ou acompanhante de uma pessoa com incapacidade precisa de comprar um bilhete individual. Ou seja, para que uma pessoa com deficiência possa assistir a um espetáculo, concerto, exposição entre muitas outras atividades culturais, não só precisa de comprar o seu bilhete como o do acompanhante.

É nesta medida que surge a questão: se a um cão guia não é cobrada a entrada porque é que, atualmente, é cobrada a mesma a um assistente pessoal ou a um acompanhante?

“Posso dizer que o meu assistente pessoal ou acompanhante é muitas vezes uma pessoa da minha confiança que, provavelmente, vai desfrutar do espetáculo, mas também vai carregar-me, levar-me à casa de banho, garantir que tenho segurança, conduzir-me porque não conduzo”, explica Tiago Fortuna. “Não vai ser a organização que vai fazer isso. E é uma tremenda injustiça pedires a uma pessoa com deficiência que pague 300 euros para um festival em vez de 150.”

HÁ EM PORTUGAL MAIS DE UM MILHÃO E 700 MIL PESSOAS COM PELO MENOS UMA INCAPACIDADE, DE ACORDO COM DADOS DOS CENSOS DE 2011.

Comparando com o Reino Unido, esta é uma das medidas implementadas desde 2010, através do The Equality Act 2010. Assim como nestes casos, Tiago Fortuna acredita que podemos criar um sistema de verificação e atribuir bilhetes que não obriguem as pessoas a comprarem dois bilhetes para assistirem a uma mediação ou atividade cultural, comprovando a sua veracidade.

Ainda assim, esta perspetiva não é suficiente. Segundo o comunicador, é também necessário ter uma oferta de espaços de mobilidade condicionada nas diferentes salas de espetáculos. “Não basta criar oportunidades de bilheteira”, acrescenta. A designação de uma zona para pessoas com incapacidades é essencial. Diversas salas já o têm, no entanto, o mesmo nem sempre se verifica nos espaços ao ar livre que, por sua vez, não fazem distinção nos bilhetes em específico.

Tendo em conta que se cria uma lotação, quando um evento começa sabe-se quantas pessoas é que se esperam, não havendo uma plataforma de mobilidade condicionada com um limite de pessoas, a organização tende a retirar os acompanhantes. Coloca-os atrás ou na plateia, o que vai contra a lei de acessibilidade.

Num festival de música, depois de tirarem os acompanhantes, Tiago Fortuna tentou abordar um voluntário sobre a situação para lhe explicar a injustiça. A resposta que recebeu foi “que tinha sorte por ter ali aquele espaço para mim, como se fosse um favor que me estava a fazer”. E admite que estas palavras não foram ditas há muito tempo. “Se eu comprei um bilhete que vale cerca de 100 euros e que é igual ao das outras pessoas, tenho direito a ter o mesmo conforto e a mesma segurança que elas”, acrescenta.

A cultura é pouco valorizada economicamente para aquilo que é capaz de gerar socialmente e intelectualmente? Tiago Fortuna responde que sim. Nestes casos, as pessoas com deficiência “sofrem da mesma forma que o tecido cultural sofre”. No caso do sector cultural, “como ele por si só já é frágil, as pessoas com deficiência também são mais fragilizadas, porque já partem atrás nesta corrida”.

No caso das lotações de sala, há uma capacidade fixada pela Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) que reserva a pessoas com deficiência lugares adequados às suas necessidades, o que não se verifica em grande número de salas portuguesas.

“Se estivesse de acordo com a lei, tínhamos pessoas suficientes para esses lugares? Talvez não, mas elas não vão porque há um trabalho de base que não é feito. Se não são bem acolhidas, não voltam ou nem chegam a sair de casa”, explica-nos Tiago Fortuna.

As estruturas que identifica não se incluem na escassa franja que agrega o Teatro Nacional D. Maria II, Teatro São Luiz, Teatro do Bairro Alto (TBA), o LU.CA, o Boom e o Bons Sons. O grosso tecido cultural, sobretudo localizado no sector privado, não está a acolher as pessoas com deficiência. Acredita que querem fazer melhor, “mas isso só acontecerá trabalhando diretamente com os mesmos, mudando paradigmas e mentalidades”.

CONSCIENCIALIZAÇÃO SEM RETORNO?

Conscientes da desigualdade de direitos entre pessoas com e sem deficiência, muitas são as instituições e espaços culturais que começam a caminhar rumo à acessibilidade. Nota-se um aprofundar da reflexão sobre o assunto. A Acesso Cultura é uma das associações que se destaca no campo da promoção do acesso físico, social e intelectual, em todo o sector cultural.

Fundada em 2013, é composta maioritariamente por pessoas que trabalham no sector e em entidades culturais, como teatros, companhias de dança, entre outros. A Acesso Cultura publicou há cerca de um ano o manual *A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade* com o objetivo de partilhar orientações e regras gerais que dizem respeito a qualquer tipo de espaço cultural (teatros, salas de concertos, cinemas, museus, galerias, bibliotecas, arquivos).

Em conversa com o Setenta e Quatro, Maria Vlachou, membro fundador e diretora da Acesso Cultura, afirma que nos últimos oito anos sente que a questão do acesso está muito mais presente no pensamento do sector. Ainda assim, esta evolução mostra também algumas reticências.

“A ESTRATÉGIA DO PAÍS TEM SIDO INSTITUCIONALIZAR AS PESSOAS AO INVÉS DE TRABALHAR PARA A EMPREGABILIDADE COM AS EMPRESAS E, QUANDO TRABALHA, SÃO COISAS MUITO ESPORÁDICAS”,

disse Marco Paiva, ator e encenador

“Aquilo que a mim me preocupa é que apesar de agora termos mais conhecimento sobre estas matérias, a verdade é que não atuamos muitas vezes sobre elas. Parece ser uma opção. Existe uma mentalidade de que estamos a fazer um favor às pessoas. Isto, sim, é preocupante”, completa. É ao perpetuar a questão da desigualdade e da exclusão que todos os esforços caem por terra. E o mesmo se identifica em zonas descentralizadas.

Em 2019, de acordo com o PORDATA, registavam-se cerca de 388 recintos culturais dedicados ao espetáculo ao vivo. Porém, não foi possível identificar os locais que cumpriam todas as regras da lei da acessibilidade.

No que toca aos museus e outros monumentos, a publicação Guia Prático – Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal, também do mesmo ano, revela que as regiões entre Bragança e Lisboa, que detêm cerca de quinze museus de domínio público, tinham visitas acessíveis a pessoas cegas e surdas, sendo que apenas sete desse total reuniam publicações em Braille – dois audiolivros, três audioguias e um videoguias em língua gestual.

Mais recente é a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, definida em novembro de 2020 pelo Instituto Nacional para a Reabilitação. No que toca ao sector cultural, o objetivo geral define-se com o intuito de “promover o acesso à cultura e a programas culturais inclusivos”.

Analisando a estratégia com mais detalhe, é possível observar que os objetivos que se seguem na sua aplicação reúnem na sua maioria metas para 2024. Entre estas incluem-se a promoção de programas culturais inclusivos, a criação de normas técnicas que visem permitir o acesso autónomo das pessoas com deficiência ou com incapacidade aos conteúdos televisivos e de cinema, que conta com diploma já publicado.

Questionados sobre a estratégia, os entrevistados chegaram a uma conclusão praticamente unânime: dentro deste plano, a maior preocupação não é o período que pode levar a que estas metas sejam concluídas, mas o facto de não ser uma estratégia e apenas algumas medidas concretas e específicas cuja contribuição não está bem definida.

Vlachou salienta que “isto é mais preocupante, até porque o documento esteve em consulta pública e nós reforçamos que era necessário pensar na capacitação das pessoas que trabalham no sector. Primeiro têm de reconhecer qual é o problema e quais são as questões que se colocam aqui”.

No que toca ao período de tempo a alcançar, Marco Paiva, ator e encenador, refere ao Setenta e Quatro que esta estratégia também se traduz no facto de a maior parte das pessoas, muitas das quais com deficiências

intelectuais, estarem institucionalizadas. Não tendo resposta no mercado de trabalho, não têm autonomia e dependem das instituições para fazer quase o seu dia-a-dia, o que se traduz no desconhecimento social das características e capacidades destas pessoas, porque elas existem dentro da sociedade.

O artista reconhece que esta situação acontece porque “a estratégia do país tem sido institucionalizar as pessoas ao invés de trabalhar para a empregabilidade com as empresas e, quando trabalha, são coisas muito esporádicas, muito à flor da pele onde não há um diálogo profundo com o tecido empresarial ou com o mercado de trabalho para os ajudar”.

(RE)AGIR NA CULTURA

Há espaços em algumas zonas do país que tendem a debruçar-se sobre esta questão em termos de equipamento. O avanço é nítido. O Teatro do Bairro Alto (TBA), assim como o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia - MAAT refletem alguns desses sintomas.

Passam dos formatos já disponíveis ao desejo de promover sessões de teatro descontraídas que se intitulam de sessões de teatro, dança, cinema ou outro tipo de oferta cultural. Decorrem numa atmosfera mais descontraída e acolhedora, com regras mais tolerantes no que diz respeito ao movimento e ao barulho na sala.

No caso do TBA, Maria Ana Freitas, adjunta da direção executiva, explica que a ideia é tentar incluir, cada vez mais, quem tiver vontade de os receber como equipamento cultural. “Já tínhamos algumas preocupações com a possibilidade de criar uma estrutura nova, apesar de o edifício não ser novo. A renovação permitiu-nos pensar nesta premissa, enquanto parte física do espaço”, explica, referindo que tornar o teatro um espaço mais inclusivo é uma premissa que parte desde a altura do Teatro Maria Matos

O teatro reúne vários tipos de acessibilidade e de inclusão. Alguns dos exemplos são as casas de banho sem género, a acessibilidade ao público com mobilidade condicionada (há um elevador e acessos à sala principal e uma plataforma elevatória), a bilheteira situar-se no piso 0, ao mesmo nível da porta principal. E, por fim, a existência de uma sinalética podotáctil da entrada até à bilheteira e na escadaria principal.



O Teatro do Bairro Alto é um dos teatros que se tem preocupado com a acessibilidade aos seus espaços e eventos | Foto de Joana Linda

No que toca à programação, tem frequentemente sessões com audiodescrição, interpretação em Língua Gestual Portuguesa e disponibiliza ainda duas brochuras impressas em braille com toda a informação do programa.

Sobre as sessões descontraídas, também uma prioridade do TBA, “ainda não as estamos a fazer, mas queremos muito que aconteça. Creio que é um bocadinho mais difícil de preparar essa oferta do que a interpretação em Língua Gestual, parece algo que já está mais claro”, salienta Maria Ana Freitas.

A adjunta da direção executiva afirma que, apesar de não haver muitos fornecedores na Interpretação de Língua Gestual, ainda há uma oferta consideravelmente assídua para teatros com mais oferta e público, algo que o TBA ainda se encontra a enriquecer.

“Esse é o problema. Nós disponibilizamos a oferta o máximo que conseguimos, mas sendo realista, com o orçamento que dispomos não é possível. Claro que tentamos diversificar, mas não conseguimos oferecer a todos”, afirma.

O TBA foi fundado há dois anos e ainda vive um processo de crescimento, degrau a degrau, o que também o distingue aos olhos de quem ‘consume’ teatro experimental e outras perspetivas culturais. O MAAT, um edifício contemporâneo, e a Central Tejo, um espaço histórico, percorrem um caminho conjunto no combate às desigualdades na acessibilidade.

No caso do MAAT, resultante de um projeto público, mas financiado por uma instituição privada, as condições arquitetónicas do espaço já tinham como base a questão de um equipamento cultural mais acessível. Já a Central Tejo foi-se adaptando de acordo com as suas valências, preservando o património já existente. As plataformas elevatórias permitem às pessoas deslocarem-se: podem fazê-lo de forma autónoma ou com a ajuda do assistente de sala, respeitando todas as medidas impostas na lei da acessibilidade.

No MAAT, os desenhos do espaço de exposição tentam corresponder e estar disponíveis a todos os públicos, e têm por base as recomendações de design apresentadas atualmente. Joana Simões Henriques, membro do Serviço Educativo e Programas Públicos do museu, explica que “uma característica bastante importante para trabalhar com alguns públicos com mobilidade reduzida foi a construção da ponte peonal que dá acesso à Rua da Junqueira, por cima do edifício”.

A linha de comboio foi sempre um fator impeditivo de acesso, por mais que outros transportes públicos se deslocassem até às proximidades do museu, mas o que Simões Henriques salienta é que esta é mais uma premissa de proximidade e inclusão para com os públicos a que se dirigem. Ultrapassam-se, assim, barreiras de arquitetura que se vão anunciando.

No que toca à programação, Simões Henriques assume ser um trabalho em progresso constante. “Este é um tema que muitas vezes tem que ser a própria instituição a refletir. Ainda é um número de público muito reduzido”, analisa. “Existe também uma grande pressão das instituições, ou seja, porque é que estamos a gastar parte do orçamento para um público que nem sempre vem? Isto porque é preciso investir em modelagem 3D, em Intérprete de Língua Gestual Portuguesa para visitas e tudo isso implica dobrar o orçamento”, justifica

O desafio de trabalhar com exposições maioritariamente temporárias permite criar um espaço de pensamento e melhoria no que toca à oferta formativa e cultural, ainda que distante em algumas das realidades. Uma das características que distingue o MAAT de outros museus, em conjunto com o da Central, é o projeto online Maat Extended ao apresentar um conteúdo editorial diverso: tem diálogos, sessões tácteis, conversas e outras iniciativas que de alguma forma contribuem para a inclusão.

E SE O CINEMA FALASSE TODAS AS LÍNGUAS?

De norte a sul do país, o número de salas de Cinema que integram os espaços culturais portugueses, de carácter privado ou público, realçam-se na atividade do sector. O Setenta e Quatro entrou em contacto via *e-mail* e telefone com diversas salas de cinema, como o Cinemas NOS, do qual não obteve resposta, e a UCI Cinemas, que mencionou não ser possível responder ao solicitado de momento.

Já a equipa dos Cinema City apresentou outra posição. Questionados sobre a logística das salas e formatos, reconhecem que todas as salas Cinema City estão preparadas para receber público com incapacidade motora. Existem lugares reservados para cadeiras de rodas nas salas de cinema, casas de banho específicas e acessos facilitados a estas áreas.

“Pontualmente, recebemos marcações de grupos de clientes com incapacidades motoras. Conseguimos fazer uma preparação prévia da sala de cinema, alargando o número de lugares para cadeiras de rodas. Disponibilizamos também *staff* para dar apoio a estes clientes e assim ajudar à promoção do convívio entre eles”, explicam.



O MAAT justificou a falta de oferta em termos de acessibilidade com limitações orçamentais | Foto de Vitali Harmash

Ainda assim, as adaptações nos diferentes formatos de tradução não acontecem com tanta regularidade. Em 2017, o filme *Uma vontade Cega*, de Marc Rothemund, foi apresentado no Cinema City do Campo Pequeno. Teve uma versão inclusiva adaptada, ou seja, traduzida em Língua Gestual e com audiodescrição. Foi uma realidade que aconteceu também em outros cinemas do alcance privado.

O espaço não voltou a fazê-lo desde então em exibições comerciais, ainda que tenha registado mais duas experiências no âmbito de Festivais e antestreias. Porque não o fizeram mais? “Essencialmente porque

não existe este tipo de oferta no mercado – os distribuidores não têm filmes preparados com estas características. Acreditamos que é porque estas sessões são para nichos e é muito difícil ter clientes em número suficiente para suportar os custos”, justificou por e-mail o Cinema City.

Além dos locais de exibição, a organização reforça que seria difícil manter estes filmes em cartaz. É que exibir estas versões implica fazê-lo como versões extra, ou seja, é necessário ter uma cópia convencional para o público geral e outra adaptada. “Considerando que as salas de cinemas são limitadas, é muito difícil manter em exibição comercial um filme que não terá procura suficiente para se pagar”, acrescentam.

Sobre o contexto de inclusão no Cinema, a empresa considera que “é bastante inclusivo, não só pela acessibilidade para pessoas com deficiências motoras, que referimos atrás, mas também pela diversidade da própria oferta”.

INCLUSÃO, SINÓNIMO DE EQUIDADE QUE O TERMO IGUALDADE TENDE A DISFARÇAR?

“Não gosto de cemitérios de palavras.” Foi Marco Paiva quem o disse do outro lado do ecrã, enquanto conversava connosco por videochamada. O ator e encenador que em 2018 fundou Terra Amarela, plataforma que desenvolve o seu trabalho em torno da cultura acessível e práticas artísticas, tem mostrado um trabalho assíduo no campo da inclusão, da diversidade e da liberdade.

Um exemplo perfeito desse trabalho é a peça de teatro *Calígula morreu*. Eu não. Eu não é o exemplo perfeito. É encenada pelo artista, decorreu além-fronteiras e contou com a participação de diversos artistas com e sem qualquer tipo de deficiência, provenientes de linguagens e identidades distintas.

Inclusão não é sinónimo de igualdade. Estas palavras (ou termos) percorrem o mundo e tendem a confundir-se mutuamente. Marco Paiva traz à conversa um sinónimo que está mais perto de inclusão do que igualdade. “Inclusão é um exercício de troca. Estamos constantemente a incluir e a ser incluídos.”

Apesar de reconhecer que a palavra não se associa a um conceito paternalista de superioridade, o que não acontece em outras leituras, o encenador acredita que as palavras não devem morrer. E, por isso, lê-las sem preconceito é também um caminho de inclusão.

É de equidade que se fala quando se reflete a evolução. O Teatrão, em Coimbra, é outro exemplo disso. “Tivemos agora uma experiência muito boa com o Teatrão em Coimbra, que graças a um financiamento da Direção-Geral das Artes e da Acesso Cultura, permitiu ao teatro adquirir uma cabine de audiodescrição”, refere Marco Paiva. Assinalou-se, assim, a estreia de uma sessão em audiodescrição no teatro.

Além de proporcionar aos públicos e aos diversos artistas o contacto com as artes, desafiar as linguagens artísticas e repensar outros caminhos para existirem, pode ser também um passo distante da acessibilidade?

Adotar aqueles que seriam só serviços como mecanismos próprios das estruturas cenográficas pode ser uma das respostas. Na peça *Calígula morreu*. Eu não, o encenador identifica-o a partir dos painéis de legendagem que faziam parte da cenografia dando-lhes uma identidade própria.

A AUDIODESCRIÇÃO: O DETALHE QUE LEVOU AO DESCONFORTO

“Olá. Eu sou a Renata, tenho 23 anos, cabelo curto e estou vestida com umas calças rosa e uma camisa branca, mas a minha personagem vestirá ainda uma saia preta, camisa e um lenço vermelho, que estará na zona do pescoço.” A intérprete interrompe. “Passamos agora para o lado direito da sala”. Os atores continuam a descrever a sua aparência. Foi assim que se iniciou o reconhecimento do palco e do elenco da peça *Juventude Inquieta*, no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, no passado dia 31 de outubro.

Cerca de 45 minutos antes de o espetáculo começar e a Sala Garrett abrir portas, os espectadores cegos ou com baixa visão caminhavam em direção aos seus lugares, lado a lado com os seus acompanhantes. A eles também se juntavam pessoas com mobilidade reduzida. A distribuição dos equipamentos de audiodescrição começou pouco depois.

Do outro lado estava uma voz que descrevia cada detalhe da sala, do Teatro e das pessoas que a ela chegavam posteriormente. A descrição do cenário também se fez acompanhar. O espetáculo começou quando do lado esquerdo uma voz disse “este áudio vem de si? Coloque mais baixo, por favor, se não vou ter que mudar de lugar”. O equipamento assinalava um valor de 210 no volume, no qual o mínimo era 200.

O Setenta e Quatro acompanhou a sessão de audiodescrição e todo o procedimento desde o primeiro momento. É esta a mudança de paradigma que tanto mencionam? Marco Paiva respondeu que sim, “tem que existir uma mudança de paradigma do próprio entendimento do que é o espaço de fruição cultural”.

É certo que o Teatro Nacional D. Maria II apresenta todas as condições para receber o público na sua diversidade. No entanto, “a incoerência social é a base primordial a ser questionada”.

Um dia após o espetáculo ouve-se Diogo Rodrigues do outro lado da chamada. O jovem licenciado em Jornalismo conversou connosco a partir de Gondomar. É um amante da socialização e da Cultura, a qual vê através de texturas e sons. “O acesso à Cultura é-nos vedado de uma forma ou de outra, nomeadamente, a pessoas com este tipo de patologias.”

Uma das experiências que ainda guarda na memória tinha como pano de fundo o Museu de Serralves. “Na altura, fui ver uma exposição e, a senhora de sala, ao mostrar-me as obras parecia que o estava a fazer como se eu fosse uma criança. Isso deixou-me muito desconfortável”, recorda.

Desde o início da pandemia que Diogo Rodrigues não voltou a frequentar espaços culturais. Pouco antes da mesma se declarar, o Teatro Nacional de São João desmarcou uma sessão de audiodescrição sem o avisar. O Museu de Imprensa, no Porto, também não foi exceção. O local que o jovem tanto gosta de frequentar não está preparado para o receber.

“Gosto muito de lá ir, mas tenho de ir sempre com os meus pais, senão não me deixam tocar nos objetos das exposições nem me explicam as maquetes, isto porque o Museu, além da exposição permanente, também tem exposições temporárias.” Diogo Paiva admite que ou se tenta perceber tudo pela raiz, ou a determinada altura o ideal é ir embora.



Diogo Rodrigues sugeriu a criação de uma aplicação para facilitar a audição dos conteúdos televisivos.

O jovem refere ainda que, por vezes, a audiodescrição cria uma confusão nos espaços. “Chega uma certa altura em que ou estás atento à descrição ou às falas ditas em palco. Acho que na possibilidade de melhor, era criar uma aplicação, mesmo que fosse preciso um dispositivo, que nos facilitasse, até mesmo na audição.”

Os conteúdos televisivos, assim como o streaming, estão a caminho de adotar a audiodescrição, tal como a língua gestual, ainda que seja mais distante do que o público desejaria. O jovem formado em Jornalismo partilha que a RTP já reúne alguns conteúdos com audiodescrição. Já a plataforma Netflix em Portugal também, mas apenas o faz em língua inglesa.

Os diferentes testemunhos reconhecem que a pandemia obrigou o sector cultura a adotar o digital a tempo inteiro, o que permitiu um maior desenvolvimento na linguagem. Mas a crise pandémica veio trazer também ao de cima questões de precaridade, além de se terem erguido barreiras muito difíceis de derrubar. A conclusão é unânime: é altura de olhar para os públicos e artistas com diferentes necessidades e refletir quem está presente neste “todo(s)” que tantas vezes se faz ouvir nas palavras da democratização cultural.

Foram cerca de sete vozes de uma história em processo de construção que escreveram e alinhavaram um sector ainda longe de se eternizar como totalmente acessível. É de equidade e empatia que se continua a alimentar. Quanto ao conforto e à confiança, são palcos que aguardam ser pisados.

**QUERO APOIAR
O SETENTA
E QUATRO**

Precisamos de leitores iniciais, de quem nos apoie quando estamos a começar; oferecemos uma recompensa, **serão estes leitores a beneficiar para sempre de tudo o que tivermos para oferecer**: informação, investigações, ideias, conhecimento, conversas e publicações exclusivas e humor.

CARREGA PARA CONTRIBUIR

20 ANOS DE EURO

POR NUNO TELES



Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, no Brasil.

O Euro começou a circular em Portugal há 20 anos e o seu aniversário foi quase ignorado pela generalidade da imprensa portuguesa e europeia. A moeda única impôs um colete de forças monetário e orçamental aos Estados mais pobres que a ela aderiram. Depois da euforia inicial, da crise e da austeridade, porque desapareceu o Euro do debate público?

A criação do Euro como unidade de conta europeia data de 1999, mas foi há vinte anos que, com pompa e circunstância, as moedas e notas começaram a circular. Curiosamente, os vinte anos da moeda única foram quase ignorados pela generalidade da imprensa europeia. O caso é ainda mais estranho em Portugal, um dos países mais afetados pela crise do euro, com eleições legislativas a 30 de janeiro, onde as questões económicas são normalmente parte do debate.

A ausência de discussão sobre o euro é, aliás, sintoma de uma quase ausência das questões europeias nestas eleições. O debate político ignora os limites impostos por Bruxelas e Frankfurt, o que resulta num necessário empobrecimento. A análise das possibilidades de país que queremos não pode deixar de lado o papel histórico do euro na sociedade portuguesa e os caminhos que, a partir dele, se desenharam no futuro próximo.

VINTE ANOS DE ESTAGNAÇÃO

Num recente debate eleitoral, António Costa, quando confrontado com a estagnação da economia portuguesa nos últimos vinte anos, respondeu: “a história explica”. António Costa tem razão, embora se tenha poupado a elaborar esta hipótese genérica. A história da integração monetária é central para entender a estagnação da economia portuguesa nos últimos vinte anos, mas para isso temos que recuar não vinte, mas trinta anos, aquando da assinatura do Tratado de Maastricht em 1992. Este tratado estabeleceu o roteiro para a União Monetária Europeia (UEM).

O tratado estabeleceu um conjunto de critérios para adesão à moeda única. Os critérios obrigavam à convergência de taxas de juro nominal entre os países aderentes (o preço da moeda), partindo do pressuposto que tal só podia acontecer se esses mesmos países tivessem taxas de inflação igualmente parecidas, um défice abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e uma dívida pública abaixo dos 60% do PIB. Se taxas de inflação e juro convergentes são condições razoáveis para a criação de uma moeda única, a introdução de limites à política orçamental de cada país obedecia à visão equivocada na teoria económica, de uma relação direta entre política orçamental e inflação (e, logo, de taxas de juro reais).

COM A LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS E A SEGURANÇA QUE A UEM DAVA AO CAPITAL INTERNACIONAL, A RECÉM-PRIVATIZADA BANCA PORTUGUESA CONSEGUIU ENDIVIDAR-SE NOS MERCADOS EUROPEUS.

De uma penada, os Estados abdicavam dos instrumentos de política monetária – taxa de câmbio e taxa de juro – e sujeitavam-se a uma política orçamental muito restritiva. Isto num contexto de mercado único europeu, estabelecido precisamente em 1992, onde em nome da livre concorrência europeia, tradicionais instrumentos de política industrial, como taxas alfandegárias ou a contratação pública nacional preferencial, estavam proibidos.

Estavam assim criadas as condições para um espaço económico europeu liberalizado, com novos e extensos mercados, sem custos de transação nas trocas comerciais e com interferência mínima do Estado nacional.

Naturalmente, este novo espaço económico europeu não era igual para todos. Economias altamente industrializadas e sofisticadas na sua produção competiam agora diretamente com economias mais atrasadas, sem instrumentos de proteção ou promoção preferencial, como a portuguesa. Face a este problema, a União Europeia prometia mecanismos de compensação, na forma dos fundos de coesão social e regional, que promoveriam a infraestruturização e qualificação das economias mais atrasadas, permitindo-lhes a prazo competir com algumas das economias mais avançadas do mundo.

Não surpreende o sucesso político inicial do euro, sobretudo nos países que mais perderam com ele. A integração monetária prometia a pertença ao “pelotão da frente” europeu. Com a modernização infraestrutural do país financiada pelos fundos europeus, a moeda única simbolizava a antecipação do progresso do país face ao resto da Europa Ocidental. Ademais, a prova estava nos factos. O caminho para euro, sobretudo na segunda metade dos anos noventa, foi um período de forte crescimento económico e quase pleno-emprego.

Com a liberalização dos mercados financeiros e a segurança que a UEM dava ao capital internacional, a recém-privatizada banca portuguesa conseguia endividar-se nos mercados europeus, financiando as famílias na compra de casa própria e o sector da construção civil, produzindo um boom neste sector, que serviu de locomotiva para o crescimento económico recorde de então. Isto, com taxas de juro historicamente baixas, graças aos critérios de convergência da UEM.

A euforia dos anos noventa não foi para toda a gente. Com uma taxa de câmbio fixa, sobrevalorizada, e uma taxa de inflação nacional superior à prevalecente no resto da União Europeia, os sectores de atividade expostos à concorrência internacional, entre eles a indústria, foram perdendo capacidade de competir com os seus congéneres nos mercados nacional e internacional. Regiões, como o Vale do Ave ou a cintura industrial de Lisboa, foram condenadas a um longo processo de desindustrialização e o país, como um todo, a défices externos crescentes, acumulados traduzidos numa dívida externa ignorada como problema económico, dado o assegurado acesso ao financiamento bancário europeu.

A lua-de-mel portuguesa com a UEM acabou, por coincidência, no momento em que, finalmente, as notas e moedas de Euro começaram a circular. A recessão internacional de 2001 colocou o orçamento português fora das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (acordo que tinha complementado os critérios de Maastricht, no final da década de noventa), obrigando a um progressivo corte do investimento público, tendo caído de 5% do PIB, em 2001 para pouco mais de 3%, em 2007.

Esta quebra naturalmente conduziu a uma equivalente quebra do investimento privado, sobretudo no sector da construção e imobiliário, agora condenado a um longo período de estagnação, que só não se traduziu em crise dado o contínuo acesso ao endividamento, nacional e internacional, que o euro possibilitava. A crise financeira de 2008-09 veio por fim à boia do endividamento que permitia colocar à tona a economia portuguesa.

CRISE DO EURO

Os problemas estruturais da economia portuguesa e da restante periferia europeia provocados pela adesão ao euro tornaram-se salientes em 2011. Depois do momento “keynesiano”, em 2009-10, de aumento da despesa pública como forma combater os efeitos da estrondosa crise financeira em Wall Street, os mercados financeiros internacionais começaram a desconfiar da capacidade de pagamento dos países sobreendividados de uma zona euro sem orçamento próprio redistributivo relevante e sem um banco central que assegurasse o financiamento dos Estados no combate à crise.

As atenções viraram-se para os países mais frágeis, do Sul da Europa, com um endividamento externo acumulado (público e privado) extraordinário, agora impedidos de se refinanciar nos mercados financeiros.

Neste cenário, embora a banca tenha beneficiado do crédito do Banco Central Europeu para não “esbarrar no muro”, como um então banqueiro português qualificava a situação, os Estados não beneficiaram da mesma generosidade. O diagnóstico dominante da crise eximia a UEM, na sua arquitetura, de qualquer responsabilidade. O problema do endividamento externo teria sido provocado pela irresponsabilidade salarial e por uma intervenção excessiva do Estados periféricos na economia, que não permitia aos mercados equilibrarem-se face a choques como o da crise de 2008-09. Isto com uma boa pitada de xenofobia, dirigida aos irresponsáveis povos do Sul que trabalhariam pouco e mal.

A par da austeridade orçamental, cortar salários, promover a reforma laboral e reduzir apoios sociais seriam a única forma de promover a necessária desvalorização interna e, assim, aumentar da competitividade externa. Esta foi, pois, uma oportunidade para, ao abrigo de acordos condicionais para empréstimos oficiais, sujeitar as economias periféricas a um programa de liberalização de mercados, privatização e austeridade, para o qual a UE não tinha antes qualquer legitimidade.

A execução dos programas foi, no curto-prazo, um sucesso político, mas um desastre económico e social para os países que o empreenderam. A quebra na procura condenou os países do Sul a uma pronunciada contração da atividade económica, com aumento brutal do desemprego e da pobreza. O efeito financeiro de curto de prazo foi, pois, um aumento do endividamento destes países em percentagem do PIB, abrindo a possibilidade do não pagamento da dívida e consequente saída do euro. Combinado com um aumento demasiado precoce das taxas de juro para toda a Zona Euro, toda a União Europeia caiu em nova recessão em 2012. A viabilidade do Euro parecia em risco, com os mercados financeiros a apostarem crescentemente na saída de um ou mais países.

Se a instabilidade económica e social do Sul da Europa foi ignorada pela UE, o mesmo não aconteceu com a instabilidade financeira. O BCE empreendeu um programa de empréstimos de longo-prazo a taxas de juro perto do zero à banca europeia. A medida mostrou-se insuficiente. A crise tinha mostrado que a moeda era única, mas os bancos nacionais, estavam dependentes de cada Estado de origem nos seus resgates e aumentos de capital. A periclitante situação financeira de inúmeros Estados continuava, assim, a colocar em risco a estabilidade financeira de toda UEM.

O CORTE DE SALÁRIO, A REFORMA LABORAL E A REDUÇÃO DE APOIOS SOCIAIS SERVIRAM PARA PROMOVER A DESVALORIZAÇÃO INTERNA E, ASSIM, AUMENTAR DA COMPETITIVIDADE EXTERNA. FOI UMA OPORTUNIDADE PARA SUJEITAR AS ECONOMIAS PERIFÉRICAS A UM PROGRAMA DE LIBERALIZAÇÃO DE MERCADOS, PRIVATIZAÇÃO E AUSTERIDADE.

Portugal foi um dos grandes beneficiários do anúncio do BCE, com as taxas de juro da dívida soberana a 10 anos a cair de um máximo de mais de 10%, em 2012, para quase zero, em 2014, permitindo então a “saída limpa” do programa da troika e um custo descendente da dívida, essencial para o virar de página da austeridade anunciado pelo novo governo em 2015.

Com os riscos sistémicos afastados, países politicamente recalcitrantes, como a Grécia, em 2015, sofreram o efeito contrário desta nova assunção de poder do BCE, que, no seguimento do voto “não” a mais um pacote de austeridade do povo grego, cortou os seus empréstimos à banca, chegando mesmo a bloquear o acesso dos cidadãos gregos às notas e moedas de euro, forçando assim à capitulação do Governo grego de então, impreparado para qualquer rutura.

NOVA PÁGINA

O fim da crise do Euro, com os mercados financeiros pacificados e os Estados alinhados com Bruxelas, permitiu a Portugal uma surpreendente, ainda que tépida, recuperação económica. Por um lado, a queda dos custos do serviço da dívida e a sua reestruturação em curso (hoje o Banco de Portugal é o grande detentor de dívida pública portuguesa) permitiram uma “folga” orçamental para a reposição de salários e pensões, sem violar as regras financeiras de Bruxelas.

Por outro lado, a recuperação da economia europeia promoveu um boom turístico nos países do Sul e o afluxo de capital estrangeiro ao imobiliário nacional, em busca de rentabilidade, num ambiente de abundante liquidez a baixas taxas de juro. Uma nova bolha imobiliária serviu, mais uma vez, de motor do crescimento e do emprego. Portugal apresenta, hoje, uma economia dependente de sectores onde o potencial de inovação e crescimento da produtividade é diminuto, assente na competitividade preço, ou seja dependente de baixos salários.

Com a reposição de rendimentos pela via orçamental, a variável de ajustamento face às imposições da Comissão Europeia, passou a ser o investimento público, reduzido a um peso no PIB nunca antes visto, atingindo um recorde mínimo de 1,6% do PIB em 2016, reflectido em serviços públicos em acelerada degradação. No entanto, face a uma queda abrupta do desemprego, as novas vulnerabilidades, públicas e privadas, estruturais da economia portuguesa passam ao lado do debate público. A crise do Euro é já uma memória longínqua.

Esta perceção agravou-se com a crise pandémica. Com os confinamentos a afetarem inicialmente toda a atividade económica europeia de forma razoavelmente simétrica, a ação da União Europeia foi pronta e eficaz. Ao abrigo da pandemia, o BCE reforçou as suas compras de dívida pública nos mercados, prevenindo qualquer especulação financeira, acalmando os mercados financeiros. Por outro lado, novas instituições, nascidas da crise de 2009, como a Autoridade Bancária Europeia, permitiram aos Estados e bancos a concessão de moratórias e garantias de crédito a empresas e famílias que preveniram, pelo menos no curto prazo, nova onda de crédito malparado.

Finalmente, as regras orçamentais foram momentaneamente abandonadas, permitindo aumento dos gastos públicos e, pela primeira vez, a UE decidiu endividar-se nos mercados e distribuir fundos pelos Estados-membros na forma dos programas de recuperação e resiliência. A ação financeira imediata da UE serviu de elemento estabilizador da economia europeia.

As reações dos diferentes Estados europeus não foram, todavia, simétricas. A resposta orçamental dos países do Sul, como Portugal e Espanha, países particularmente afetados pela pandemia no seu modelo de crescimento económico dependente do turismo, foi bem mais modesta do que as do Norte da Europa. O medo das violações das regras europeias e o trauma dos memorandos de entendimento é real e justificada. A aposta nestes países fez-se entre o adiamento dos efeitos da crise, usando moratórias e garantias de crédito, e a esperança que os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) consigam alavancar a recuperação económica. Ora, o PRR equivale a aproximadamente de 8% do PIB nacional, a ser gasto ao longo de sete anos, num aumento evidente do investimento público, mas que não cobre o aumento de despesa pública forçada pela pandemia em 2020 e 2021.

Mais preocupante para Portugal é o recente aumento da inflação na zona Euro para 5% no final de 2021, provocada por ruturas nas cadeias logísticas internacionais e uma recuperação assimétrica em muitos países europeus. Ainda que Portugal tenha uma taxa de inflação bem abaixo da média europeia (2,7%), a pressão política para que o BCE reverta a sua política monetária expansionista por parte da Alemanha (inflação de 6%) já se faz sentir.

Mesmo com promessas de não aumento das taxas de juro diretoras por parte do BCE, a redução do seu programa de compras de dívida soberana já se faz sentir no aumento da taxa de juro da dívida pública. Qualquer eventual aumento da taxa de juro no zona euro é, do ponto de vista real (descontado da inflação), mais prejudicial para a economia portuguesa, quando comparada com a alemã. Um cenário agravado pelo sobrendividamento privado e público que subsiste.

AO ABRIGO DA PANDEMIA, O BCE REFORÇOU AS SUAS COMPRAS DE DÍVIDA PÚBLICA NOS MERCADOS, PREVENINDO QUALQUER ESPECULAÇÃO FINANCEIRA, ACALMANDO OS MERCADOS FINANCEIROS.

A pressão financeira far-se-á sentir. Mais uma vez, a política monetária única é a receita para a divergência europeia.

CLUBE MED DA UE?

Aquando da crise do euro, vários foram os autores que convocavam a comparação com o malfadado padrão-ouro do início do século XX, quando a convertibilidade das moedas em ouro estava assegurada a um preço (câmbio) fixo. Tal como o padrão-ouro, o euro é, de facto, uma moeda que institui um regime de câmbio fixos entre os estados-membros, instituído de forma a facilitar os fluxos financeiros e comerciais internacionais.

O euro também mostra parecenças com o padrão-ouro no mecanismo de ajustamento para eventuais desequilíbrios financeiros e/ou comerciais, a deflação de preços. Face à impossibilidade de desvalorização cambial, que torne exportações mais baratas e importações mais caras, a única forma de ajustamento possível é a queda dos preços, nomeadamente dos salários, reduzindo a procura e aumentando o peso da dívida externa em relação ao produto de cada país.

No caso do padrão-ouro, a espiral recessiva criada por este mecanismo gerou a sua implosão aquando da Grande Depressão de 1929. O mesmo foi anunciado para o euro. O euro estaria destinado a implodir pelas suas próprias contradições, sendo a ação política ativa desnecessária. Não aconteceu.

A história do euro nos últimos dez anos mostra a vantagem de uma moeda fiduciária que, ao contrário do ouro, pode ser criada do nada. É isso que acontece com os empréstimos do BCE à banca e as suas compras de dívida. Tal mecanismo permite fornecer livremente liquidez ao sistema financeiro e controlar a taxas de juros, o que preveniu, até agora, a desagregação de área monetária em divergência. No entanto, a demonstrada flexibilidade do euro e da sua gestão tem um custo: com a garantia do financiamento público e privado, o mecanismo deflacionário de ajustamento deixa de ser automaticamente criado por escassez de moeda.

O EURO DEIXOU DE SER TEMA POLÍTICO EM PORTUGAL. DE UM LADO, TEMOS A JÁ MOSTRADA FLEXIBILIDADE DESTES ARRANJO MONETÁRIO E, DO OUTRO, A BANDEIRA DA SAÍDA DO EURO ENVOLVE UMA RUPTURA POLÍTICA, COM NECESSÁRIOS CUSTOS NO CURTO-PRAZO.

O mecanismo deflacionário passa a ter de ser politicamente determinado, através das reformas laborais, garantindo que trabalhadores aceitam piores salários e condições de trabalho em contexto de crise, e dos limites à despesa pública, determinados por regras mais ou menos discricionárias, impedindo o contrabalanço da despesa pública. Não surpreende, pois, que estas sejam as linhas vermelhas que nenhum governo europeu ultrapassa. No caso português, a recusa de reverter a reforma laboral aprovada pela troika foi central para a queda do Governo.

Ainda que adiados pela euforia do imobiliário e fluxos de capital estrangeiro em busca de rentabilidade, os problemas estruturais do euro para as economias periféricas mantêm-se. Uma moeda sobrevalorizada (desvalorizada para os países exportadores do Norte) é sempre uma barreira à modernização produtiva de um país. O esforço inicial de investimento em qualquer área produtiva, com maior potencial de inovação e ganhos de produtividade, vai enfrentar sempre maiores custos em relação a quem já está estabelecido no mercado.

Ora, se acrescentarmos a impossibilidade de os Estados, além da política cambial, usarem a política comercial, orçamental e monetária, o desígnio nacional do desenvolvimento produtivo e enfrentamento das alterações climáticas fica nas mãos do financiamento europeu de infraestruturas e qualificação. Um modelo já testado e claramente falhado. Portugal arrisca-se a ser o “Club Med” da União Europeia, uma estância turística estagnada onde se pode explorar uma mão-de-obra qualificada e barata.

O euro deixou de ser tema político em Portugal. É fácil entender porquê. Por um lado, temos a já mostrada flexibilidade deste arranjo monetário. Por outro lado, a bandeira da saída do euro envolve uma rutura política, com necessários custos no curto-prazo, num tema complexo e num contexto de debate público dominado pelo europeísmo pueril.

No entanto, como este texto procurou demonstrar, a dimensão política da gestão do euro tornou-se mais saliente nos últimos dez anos. Qualquer programa político consequente que trate de direitos laborais, investimento nos serviços públicos e, sobretudo, que elabore um verdadeiro modelo de desenvolvimento para debelar o atraso nacional e o desafio climático esbarrará nas restrições colocadas pelo euro. Na atual conjuntura, os nossos partidos conseguem evitar discutir o euro, mas o seu retorno ao debate será inevitável, mais cedo do que tarde.

VAI FICAR TUDO BEM

POR PAULO PEDROSO



Especialista em políticas públicas.
Professor
Associado
Convidado do ISCTE-IUL.
Foi ministro do Trabalho e da Solidariedade.

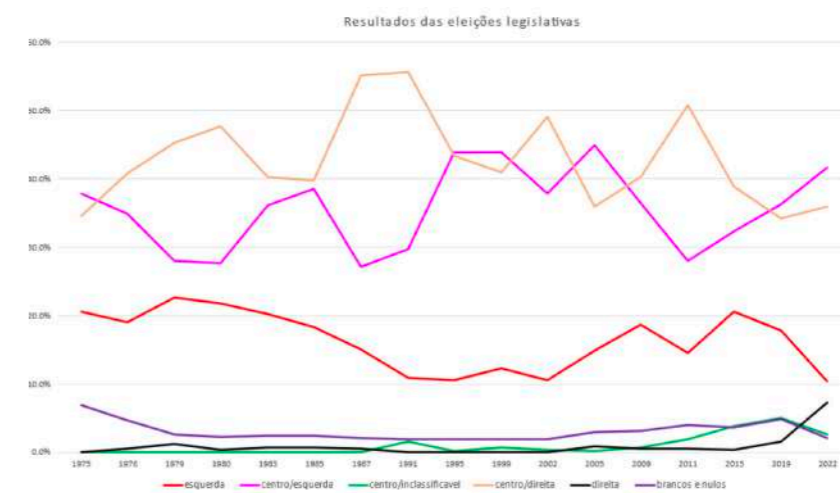
A direita ganhou em 2022 perto de meio milhão de votos, muitos deles jovens, enquanto a esquerda não subiu um único voto. A diferença entre toda a esquerda e toda a direita reduziu-se numas únicas eleições de 18,4% para 9%. Fica, para todos, a nota de que o despertador tocou.

Até hoje nunca o centro-esquerda subiu o seu peso eleitoral mais de três vezes seguidas. Há vinte anos que a esquerda à esquerda do PS não tinha um resultado tão baixo. A direita subiu mais de 440 mil votos nestas eleições e atraiu muito voto jovem. Se nem o PS nem os partidos à sua esquerda sentirem necessidade de pensar duas vezes a sua estratégia a partir de agora, não sei o que lhes diga sobre o que lhes pode vir a acontecer.

O que aconteceu ao centro-direita entre 1985 e 1995 pode ajudar a pensar o próximo ciclo. Vindo de uma década em que centro-esquerda e esquerda eram maioritários, mas estavam incapacitados de se entender por causa das profundas divergências de leitura do Período Revolucionário em Curso (PREC) e dos alinhamentos com blocos político-militares antagónicos, o PSD embalou da sua presença no governo desde 1980 para duas maiorias absolutas. Foram facilitadas pelo entendimento entre o primeiro-ministro Cavaco Silva e o presidente Mário Soares.

Em 1987, uma moção de censura ao governo minoritário foi aprovada por todas as forças de centro-esquerda e esquerda. As forças que apoiaram a moção de censura defenderam que fosse indigitado um primeiro-ministro do PS (seria Vitor Constâncio), que formaria um governo viabilizado por um entendimento à esquerda, que se dizia garantido, mas nunca apresentado. Foi uma solução que o Presidente da República não aceitou, optando por convocar eleições de que resultou uma maioria absoluta do PSD.

Em 1995, o PSD perderia as eleições por uma pequena margem. Após uma enorme crispação contra o governo de maioria absoluta, o clima político distendeu-se. O PS formou um governo minoritário, cujos orçamentos eram viabilizados pela abstenção da direita e que ia governando em geometria variável, ora entendendo-se mais à direita, ora mais à esquerda. Muitas vezes votando sozinho e dependendo de abstenções estratégicas, ora do PSD, ora do PCP, ora do CDS.



Fonte: elaboração do autor com os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República, publicados pelo Ministério da Administração Interna.

Assim se chegou ao malfadado orçamento limiano, teatralmente viabilizado por um só deputado do CDS, ou às sistemáticas dificuldades do PS garantir os votos do seu próprio grupo parlamentar que lhe permitissem ganhar votações. Ficaram célebres as hesitações dentro do PS e do governo em torno da questão do controlo de alcoolémia dos automobilistas, criando-se um clima para que se tornasse um assunto politicamente central. O governo em ziguezague e as hesitações do PS ajudaram o Bloco de Esquerda a nascer e a vingar. O PS foi forçado a rever a sua atitude perante as forças à sua esquerda.

Este processo, claro, foi facilitado pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e que tornou obsoleta a ideia de que o PCP fosse uma ameaça ao posicionamento geopolítico de Portugal. E foi fortemente estimulado pelo respeito mútuo entre Jorge Sampaio e Álvaro Cunhal, permitindo derrubar o muro que separava o PS do PCP numa candidatura à Câmara Municipal em Lisboa, em 1989, depois alargada a outras forças de esquerda. Um passo que não teve consequências nacionais visíveis – sobre ligações invisíveis que possam ter existido ou sido tentadas, não é momento de falar – nos governos de António Guterres, mas ajudou a que a tensão entre o PS e o PCP descesse significativamente nesses anos. Além disso, permitiu eleger em 1996 Jorge Sampaio contra Cavaco Silva, à primeira volta e com o apoio do PCP, que escolheu, precisamente, Jerónimo de Sousa como candidato para desistir a favor do PS.

A progressiva capacidade de diálogo e mesmo cooperação, pelo menos no plano parlamentar, entre centro-esquerda e esquerda impediu o PSD de ganhar eleições e quando este as ganhou, permitiu formar oposições fortes que precipitaram a queda desses governos. Resultado? De 1995 até 2022, o centro-direita esteve na oposição 21 anos e governou apenas seis. Prepara-se agora para subir esse resultado, nesta legislatura, até aos vinte e seis anos de oposição contra seis de governo.

Esse período de crescente capacidade de diálogo à esquerda permitiu-lhe ter condições de afirmação tal que a fizeram duplicar o seu apoio numa década. Entre 2002 e 2015, PCP e BE passaram juntos de 10% para 20% dos eleitores, dando à esquerda uma força eleitoral que não tinha desde o início dos anos oitenta do século passado. Nesse mesmo período, o conjunto da esquerda e do centro-esquerda subiu de 48,3% para 53%.

A GERINGONÇA PASSOU DE COLIGAÇÃO NEGATIVA A MERCEARIA ORÇAMENTAL. O PS CONCEDIA À ESQUERDA UM ORÇAMENTO COM UMA MARGEM PARA NÃO EXECUTAR TOTALMENTE OU MESMO QUASE NÃO EXECUTAR AS CONCESSÕES QUE FAZIA. COSTA GOVERNAVA SEM SER VERDADEIRAMENTE CONDICIONADO.

A subida conjunta das esquerdas reverteu a tendência dos anos de Cavaco Silva. Depois de 1995, só nas eleições de 2002 e de 2011 o conjunto das esquerdas não foi maioritário em Portugal. E só nestas últimas, marcadas pela iminência de bancarrota e forte fratura entre PS, de um lado, e PCP e BE, de outro, o centro-direita teve um resultado ao nível dos anos de Cavaco Silva. Essa fratura criou, aliás, uma linha de clivagem de que possibilitou o surgimento do Livre, que chega ao parlamento em 2019 e pode estar agora no início de um caminho de alargamento de dimensão ainda não previsível.

A geringonça, preparada por António Costa, foi o corolário da polarização crescente e vitoriosa entre esquerda e direita na sociedade portuguesa. Mas foi feita com bases frágeis. Primeiro, em 2015, com uma forma tímida de acordos escritos, em que os partidos à esquerda se assumiram como antenas separadas

de uma interlocução com o núcleo da geringonça formado pelo PS. Depois, em 2019, com uma convergência entre o PS e o PCP para que não houvesse qualquer forma de entendimento político. Discutiu-se, então, a forma desse acordo e tudo pareceu resumir-se à ausência de um acordo escrito, algo que só houvera em 2015, por exigência de Cavaco Silva. Mas o que aconteceu foi o fim de qualquer vinculação estratégica recíproca, de qualquer ideia negociada de agenda progressista entre PS, PCP e BE.

Por muito que PS, PCP e BE tenham dito o contrário, a “geringonça” foi sempre uma coligação negativa, formada para reverter perdas reais e simbólicas dos portugueses com a governação da troika protagonizada pelo entendimento do PSD do Memorando de Entendimento. Acabado o ciclo das reversões que o PS partilhava ou, pelo menos, aceitava, ficaram por reverter aquelas com que sempre concordou (talvez o próprio as tenha sugerido nas negociações). A geringonça passou progressivamente de coligação negativa a mercearia orçamental. Uma vez por ano, o PS concedia à esquerda um orçamento que em grande medida implicaria uma margem para não executar totalmente ou mesmo quase não executar as concessões que fazia e governava sem ser verdadeiramente condicionado.

A partir de 2019, o PS, com a cumplicidade do PCP, matou a geringonça e passámos efetivamente a viver em governo minoritário, com um intervalo no último trimestre de cada ano para arranjos orçamentais. Mais tarde ou mais cedo o BE e o PCP teriam de se cansar do jogo.

Inteligentemente, Rui Rio aproveitou esses anos para desradicalizar a imagem do PSD e afastar o legado de Passos Coelho. O país deixou de estar crispado com o PSD. A estratégia tinha potencial vencedor, permitindo encostar o sistema político à esquerda e recuperar para o centro-direita eleitores que desde 1995 raramente votam nele. Mas António Costa aproveitou a boleia para levar o PS cada vez mais para o mesmo centro, fê-lo com a contenção orçamental real e na plêiade de medidas concretas viabilizadas por voto do PS e do PSD na Assembleia da República. Fê-lo também com as medidas apresentadas pela esquerda, inviabilizadas pelo mesmo bloco central três trimestres por ano.

O PS NÃO IRÁ AGORA MEKER NOS BLOQUEIOS AO NOSSO DESENVOLVIMENTO, QUANDO MUITO EMBARCARÁ AQUI E ALI NO CANTO DA SEREIA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS QUE QUASE SEMPRE EMANAM DE AGENDAS CONSERVADORAS.

A direita falhou este *round* do assalto ao poder, em grande medida porque a estratégia de Rio foi incapaz de conter o crescimento da extrema-direita. Este espaço político, que nunca desde o 25 de Abril de 1974 tinha tido peso eleitoral significativo ou representação própria no parlamento, entrou no órgão legislativo em 2019. Podemos dizer que sempre lá esteve, em posições marginais junto do PSD e, um pouco menos marginais, do CDS. Mas explodiu desde 2019.

Nestas últimas eleições legislativas, uma parte da concentração de voto no PS não teve que ver com o receio do regresso do PSD ao poder, mas com o reflexo condicionado de muito eleitorado de esquerda à ameaça da extrema-direita. E o PSD, a ascendente IL e o CDS não foram capazes de mitigar esse receio, nem de polarizar o voto que acabaram por perder para o Chega, ainda que o tenham compensado com os votos recebidos do PS.

A maioria absoluta do PS pode criar, no próprio, e na esquerda em conjunto, a ideia de que estas eleições foram marcadas apenas pelo sucesso do PS na culpabilização da esquerda pela queda do governo. Foi assim que o entendeu o Comité Central do PCP, ao sublinhar a aproximação entre PS e Marcelo para transformar o chumbo do Orçamento do Estado em antecipação de eleições, e é nesse sentido que se encaminham as declarações dos dirigentes do Bloco de Esquerda.

Se assim for, a esquerda terá de se concentrar em desfazer o voto útil que agora se fez sentir. O PS terá de prosseguir o rumo que traçou, aprofundando e tornando mais visível a orientação com que governa desde 2019.

Com essa linha de rumo, o PS não irá agora mexer nos bloqueios ao nosso desenvolvimento, quando muito embarcará aqui e ali no canto da sereia das reformas estruturais que quase sempre emanam de agendas conservadoras. Continuaremos sem uma política industrial que vá além dos subsídios europeus, sem a revisão do sistema de relações laborais disfuncional e desequilibrado que temos, com políticas sociais frágeis e gritantemente ineficazes quanto às famílias jovens, condenadas aos efeitos cumulativos da precariedade, do desemprego e da desproteção. O Estado-consolidação continuará a ser a bússola da atuação de um governo em “austeridade pela calada”.

A direita usou recorrentemente nestas eleições a imagem da estagnação, da divergência face à União Europeia e da perda perante concorrentes a Leste. Mas não há maior libelo acusatório para um país do que os seus jovens cidadãos olharem para ele como um local onde não querem ficar, nem ter filhos. Nem a emigração parou depois da troika, nem os indicadores de fertilidade reverteram a sua tendência negativa. São sinais de crise do nosso modelo económico e social, a que até agora a resposta prometida se resume a cumprir o prometido OE para 2022 e aplicar uma manta de retalhos, com sérios riscos clientelares, chamada Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Convém, no entanto, recordar que nestas eleições votaram mais 140 mil pessoas do que em 2019, mas a soma do PS, do PCP, do BE e dos partidos não parlamentares de esquerda não subiu um único voto. Pelo contrário, o PSD, o CDS, o Chega e os partidos não parlamentares de direita ganharam mais de 440 mil votos.

Podemos argumentar que esta subida não é preocupante, já que o conjunto de centro-esquerda e da esquerda apenas desceu de 54,2% para 52,2% desde 2019 e que o conjunto da direita e do centro-direita continua nove pontos percentuais abaixo do grupo anterior. Mas a subida da direita de 35,8% para 43,1% dos votos mostra que a diferença entre toda a esquerda e toda a direita se reduziu numas só eleições de 18,4% para 9%. A distância ainda é confortável, mas...

Não está escrito nos astros que a direita continue a subir e a esquerda a descer. Claro que o PS pode agora mostrar a pujança governativa e a energia transformadora face aos problemas estruturais do país – finda a covid-19 e sem “empecilhos” à esquerda – que não conseguiu mostrar na fase anterior. Pode ser que o regresso das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) não afete a margem de manobra do governo e a inflação não aumente a taxa de juro, criando novas pressões austeritárias ou que, criando-as, o PS não as ouça ou não lhes obedeça. Quando forem desativadas as atuais medidas sociais de emergência, talvez sejam substituídas por medidas estruturais que ataquem os problemas que a crise nos mostrou.

A estratégia de crescimento económico da próxima década pode ser mais inclusiva e, no seu conjunto, a vontade do governo, o empenho dos parceiros sociais e a dinâmica social podem gerar uma nova distribuição do rendimento em que a parte do trabalho suba substancialmente. Com maioria absoluta, o PS pode finalmente avançar na Agenda do Trabalho Digno, reverter medidas sociais da troika que ficaram por reverter e continuar a fazer crescer o investimento no serviço nacional de saúde. A bazuca pode mesmo mudar o país.

Pode acontecer que o voto tático que se concentrou no PS seja recompensado com uma nova atitude em que os socialistas se dirigem por decisão própria, no quadro de estrangimentos económicos e internacionais, para um espaço mais à esquerda do que as tentações centristas que recorrentemente atravessam o partido. A geração mais nova de socialistas, com sensibilidades diversas, mas à esquerda dos velhos socialistas da Fonte Luminosa, pode tomar as rédeas estratégicas do governo sobre os senadores do partido. Podem, pois, os socialistas estar tranquilos.

O centro-direita pode não conseguir – como não conseguiu nestas eleições – debelar a ameaça que a direita mais extrema representa à sua possibilidade de voltar a ter confiança dos eleitores para governar. Pode também ser que a extrema-direita chegada ao parlamento em força não se “modere” e não ouça os ensinamentos que Rui Rio lhes quis dar para os tornar palatáveis aos portugueses. E que uma extrema-direita reforçada permita um governo de centro-esquerda, mesmo que em perda de influência, fazendo ao nosso centro-direita o que François Mitterrand imaginou que Jean-Marie Le Pen faria à direita republicana em França, permitindo-lhe perpetuar o Partido Socialista francês no poder.

DESDE 2019 QUE ANTÓNIO COSTA DEU SINAIS CLAROS DE QUERER PARTIR A CORDA. MAS BE E PCP ESCOLHERAM UMA ALTURA DESFAVORÁVEL A SI PRÓPRIOS PARA LHE OFERECER ESSA DÁDIVA.

Assim sendo, todas as esquerdas podem ficar em paz nas gavetas onde estão encerradas. Estarão dispensadas do pensamento crítico e de propor novos caminhos à sociedade portuguesa. Poderão repetir ritualmente os seus mantras, como já estão a fazer, e não precisarão de pensar novas soluções, bem fundamentadas teórica e empiricamente. Não necessitarão de imaginar convergências e diálogos que ponham essas verdadeiras reformas na agenda.

Mas eu não apostava na perpetuação de um PSD fraco, nem em que a IL tivesse já chegado ao seu ponto máximo, nem mesmo que o CDS se deixasse extinguir sem dar luta. Nem que a extrema-direita continue a ser vista com oposição firme pelos cidadãos. A carta do medo da extrema-direita joga-se uma vez, talvez duas, mas extingue-se no tempo. Com anos a viver com eles, começa-se a estar habituado aos seus tiques e a aceitar que eles fazem parte do jogo.

A naturalidade com que a IL normalizou a candidatura de Diogo Pacheco de Amorim a vice-presidente da Assembleia da República é só um sinal precoce de que a direita pode acabar por aceitar o Chega como parceiro inconveniente, mas possível. Em vários países já vimos até sociais-democratas – olhe-se para os dinamarqueses – capitular à normalização das agendas da extrema-direita. Nem todos têm a força do trauma do nazismo que mantém firme o cordão sanitário alemão à extrema-direita.

Nesse dia teremos um problema. Talvez surja um líder no centro-direita que faça à extrema-direita o que António Costa fez ao PCP e ao BE entre 2015 e 2022: a atraia e a aniquile. Não seria um mau cenário. Mas também pode a besta ficar sem controlo e ser ela a alimentar-se de uma inevitável erosão do poder absoluto. No dia em que Costa tiver o destino eleitoral do PSD de Cavaco Silva, em 1995, que teremos feito para evitar um declínio prolongado das esquerdas?

Penso várias vezes naquilo em que acabou o sucesso de François Hollande, em França, na década passada. No esvaziamento, sabe-se lá por quanto tempo, do Partido Socialista francês e de toda a esquerda e num país dividido entre direita moderada e extremista. Mas provavelmente não há nenhuma hipótese de algo semelhante nos acontecer. Nem o nosso PS se parece com o PSF, nem a nossa esquerda tem semelhanças com a francesa, nem o nosso país vive semelhante sentimento de bloqueio e risco de decadência. Ou será que...?

Posso, contudo, ser só um homem da esquerda pessimista. E o último português convencido de que uma maioria plural de esquerda bem pensada e desenhada tem potencial para produzir melhores resultados – e estimular alternância democrática saudável, não esmagando o centro-direita moderado – do que um governo de centro-esquerda à pesca de consensos em ziguezague. E que para isso é necessário que um PS forte tenha à sua esquerda, colaboradores quando necessário, mas também exigentes e vigilantes permanentemente, forças políticas com representação significativa.

Talvez o desfecho da geringonça se deva aos seus erros de construção, a não ter sido precedida de um trabalho programático que lhe definisse objetivos, não ter implicado uma partilha de poder que corresponsabilizasse, mas também permitisse partilhar os benefícios dos sucessos políticos. Talvez um entendimento à esquerda, necessariamente mais tenso, mas mais claro, como o que vemos neste

momento acontecer em Espanha, tenha menos graça para a imprensa internacional do que teve a geringonça. Um entendimento que estabeleça confiança entre as partes, uma que PS, PCP e BE não conseguiram manifestamente construir de modo duradouro, perdidos nas intrigas recíprocas e num triângulo político sem vértices felizes.

Depois, António Costa foi, desde o chumbo do orçamento, apenas terrivelmente mais eficaz do que Jerónimo de Sousa e Catarina Martins a atribuir a outros a responsabilidade da rutura num momento em que os portugueses efetivamente não a queriam. Tal não aconteceu apenas porque Costa é um político frio, aconteceu também porque tinha razão neste ponto. Nada aconteceu na vida das pessoas que justificasse a rutura neste momento. Só o desaire autárquico da CDU espoletou uma crise que deve, antes de mais, ter sido uma crise interna do PCP. Nada havia de inaceitável no orçamento de 2022 que fosse aceitável no orçamento de 2021. Talvez a perversidade do orçamento de 2022 fosse mesmo outra, a de ter incorporado à partida muitas medidas que no bailado dos anos anteriores eram guardadas para dar uma aparência de cedência à esquerda.

TALVEZ SURJA UM LÍDER NO CENTRO-DIREITA QUE FAÇA À EXTREMA-DIREITA O QUE ANTÓNIO COSTA FEZ AO PCP E AO BE ENTRE 2015 E 2022: A ATRAIA E A ANIQUILE. NÃO SERIA UM MAU CENÁRIO. MAS TAMBÉM PODE A BESTA FICAR SEM CONTROLO.

No entanto, não é seguramente à saída de uma crise sanitária que ainda dura o momento em que se acelera o passo para mudanças que não se conseguiu impor nos seis anos anteriores. Mais ainda quando vários desses anos foram de um crescimento económico que teria dado margem para ir mais além, que não foi usada com autorização tácita dos parceiros à esquerda do PS.

António Costa tinha dado sinais claros desde 2019 de querer partir a corda. Mas BE e PCP escolheram uma altura desfavorável a si próprios para lhe oferecer essa dádiva. Bem podem criticar o Presidente da República por ter dado cobertura ao primeiro-ministro. Mas em que momento desde a primeira eleição de Marcelo Rebelo de Sousa não foi assim? Ninguém à esquerda reparou na convergência entre São Bento e Belém nas eleições presidenciais de 2021? Essas em que o BE tão simpático entendeu ser para com o candidato incumbente.

E agora? Fica, para todos, a nota de que o despertador tocou. O centro-direita e a direita ganharam em 2022 perto de meio milhão de votos, muitos deles de jovens. A esquerda atingiu de novo o seu ponto eleitoral mais baixo da história democrática sem que o centro-esquerda tenha regressado ao seu ponto mais alto, embora as vicissitudes do sistema eleitoral criem a ilusão contrária.

Daqui para a frente será sempre a subir, caras e caros camaradas? Então não é preciso mexer em nada e podemos ficar nos cantos, confortáveis, em que estamos.

A EXTREMA-DIREITA COMO SOLUÇÃO EXTREMA DO IMPERIALISMO: A AGINTER PRESSE EM PORTUGAL

POR MARÍA JOSÉ TÍSCAR



Doutorada em História. Tem-se dedicado a investigar as relações luso-espanholas durante o Marcelismo, o apoio da Espanha franquista ao Estado Novo na Guerra Colonial e os serviços de informação na contra-revolução do pós-25 de Abril de 1974.

A Aginter Presse foi uma das coberturas que organizações europeias de extrema-direita usaram para criar redes de espionagem por conta dos serviços secretos ocidentais. Estabeleceram acordos de colaboração e operações da “estratégia de tensão” para levar ao colapso os alicerces de governos de esquerda em qualquer lugar do mundo.

As festas de fim de ano no coração da África Central terminaram com uma grande surpresa quando na madrugada do primeiro dia de 1966 o chefe do Estado-Maior da República Centro-Africana anunciou na rádio que o governo acabava de lhe entregar o poder, porque era a única forma de pôr ordem no país. Uma das primeiras decisões tomadas pelo coronel Jean Bedel Bokassa, assim que assumiu as rédeas do governo, foi dar 48 horas à embaixada chinesa para abandonar o país.

Enquanto em Bangui terminava com sucesso o golpe militar, em Paris, o general De Gaulle preparava-se para desejar, através da televisão, um feliz ano novo aos franceses. Quando o chefe de Estado ainda escrevia o seu discurso, o secretário-geral do Eliseu, Jacques Foccart, “o incontornável senhor África”, comunicou-lhe a notícia.

Naquela época, a república popular asiática não era notícia habitual, como o é hoje, devido à dimensão internacional da sua economia. Pelo contrário, costumava aparecer como país muito pobre, necessitado da caridade cristã, representada nos mealheiros do Domund, mesmo nos países mais atrasados da Europa Ocidental.

Para grande surpresa da França e das demais potências coloniais, o governo da República Centro-Africana, presidido por David Dako, também tinha, imediatamente a seguir à independência, negociado com Pequim um empréstimo. Fê-lo no maior dos segredos e foi tornado público meses antes do golpe na República Centro-Africana.

Desde então que constava em Paris que o governo centro-africano temia “uma eventual subversão interna ou infiltrações do exterior”, segundo documentos de Foccart, e que, caso não tivesse garantias de apoio francês, não hesitaria em recorrer novamente à ajuda do Congo-Brazzaville. E, em última instância, “aos bons ofícios chineses”. As novas relações com a China de uma colónia recém-independente eram um exercício de soberania imperdoável, tanto em África como na Ásia.

O MAIOR RISCO PARA O BLOCO CAPITALISTA ERA QUE CHEGASSEM AO PODER GOVERNANTES QUE, PARA ALCANÇAREM UMA MÍNIMA SOBERANIA, SE INCLINASSEM A PROCURAR AJUDA JUNTO DE PAÍSES SOCIALISTAS.

Após o êxito do golpe, o futuro imperador Jean-Bédél Bokassa deu todo o tipo de garantias à embaixada francesa sobre a sua boa vontade para com a antiga metrópole. Mas, por ordem do general de Gaulle, Paris adotou uma atitude pública distante e reservada face ao acontecimento.

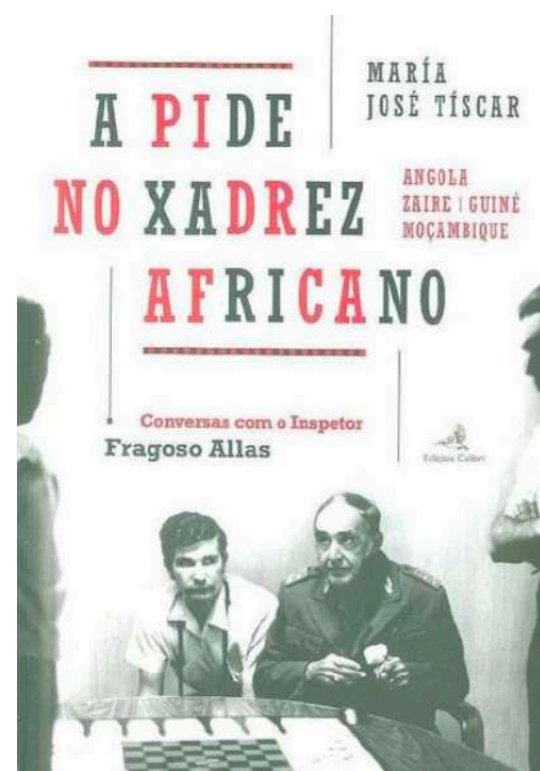
A França havia seguido um rumo mais independente nas relações externas desde a fundação da V República, em 1958. Uma vez convertida em potência nuclear, reclamava equivalência com as potências anglo-saxónicas, que não lha reconheciam. Abriram-se então brechas no bloco euro-atlântico por Paris

dar prioridade às relações bilaterais com as potências socialistas e retirar as suas forças do comando unificado de NATO.

As boas relações com Moscovo e Pequim faziam parte da estratégia de De Gaulle, mas tal implicava manter a aparência de não intervenção na acção diplomática chinesa com os novos Estados afro-asiáticos, mesmo em áreas de tradicional influência francesa em diferentes continentes. Quem mais sofria desde que o movimento do Terceiro Mundo assumira uma tonalidade avermelhada era o governo norte-americano, que tinha as suas forças armadas cada vez mais atoladas na antiga Indochina Francesa.

Desde que Kwame Nkrumah, no Gana, e Sékou Touré, na Guiné-Conacri, haviam posto em marcha a cadeia de independências em África que os antigos impérios europeus enfrentavam o declínio definitivo, o que poderia favorecer países que não haviam participado na “Repartição de África” de 1885 – isto caso as antigas potências coloniais não fossem capazes de estabelecer um firme neocolonialismo. Mesmo os Estados Unidos, apesar de todo o seu poder económico e militar, estavam a viver essa realidade nas Antilhas, que haviam colonizado, ainda que em novas formas, depois de uma breve guerra com Espanha em 1898.

Como se comprovou no caso de Cuba, com Fidel Castro e antes com Gamal Abdel Nasser, no Egipto, ou com Sukarno, na Indonésia, o maior risco para o bloco capitalista era que chegassem ao poder governantes que, para alcançar uma mínima soberania, se inclinassem a procurar ajuda junto de países socialistas. Foi o que Patrice Lumumba, no ex-belga Congo, ou Massamba-Débat, no ex-francês Congo, fizeram. O O



Capa do livro *A PIDE no Xadrez Africano*, da historiadora María José Tíscar e publicado em em 2017.

O crescente desentendimento entre a União Soviética e a China, desde que Nikita Krutchev assumira a chefia do governo soviético em 1958, poderia inclusivamente favorecer algumas novas vias políticas em África. E, além disso, o panorama também se veio a complicar para a potência imperial norte-americana por a força política de Cuba estar a crescer na cena internacional.

O protagonismo cubano, que havia impressionado o mundo ao desferir uma grande humilhação ao império norte-americano com a derrota da invasão na Baía dos Porcos, em 1961, estava prestes a atingir um patamar mais elevado com as cerimónias em Havana no início de 1966. Na primeira quinzena de janeiro desse ano, mais de 500 delegados de diferentes países reuniram-se, em resposta ao convite de Fidel Castro, na Conferência Tricontinental para se criar uma rede de solidariedade com as lutas dos povos do terceiro mundo.

O movimento tricontinental tinha uma dinâmica autónoma, à margem dos confrontos entre as tendências que criavam atritos na área socialista. A chave, segundo os seus organizadores, era encontrar o ponto de equilíbrio entre a China e a União Soviética, para assegurar as suas ajudas.

Como doloroso pano de fundo dos discursos proferidos em Cuba estava o recente sequestro e assassinio, em Paris, do marroquino Ben Barka, que presidira ao Comité Preparatório da Conferência. As palavras de Ernesto Che Guevara ressoaram numa sala em que, entre outras presenças, estavam Amílcar Cabral e Agostinho Neto. O revolucionário argentino com alma de cubano estava a dar os últimos passos na sua tentativa de instalar uma verdadeira guerrilha no Congo, apelando à luta anti-imperialista, com o objectivo de serem criados “dois, três, muitos Vietnames”. No Sudeste Asiático, os incessantes bombardeamentos contra o Vietname do Norte já se tinham estendido ao vizinho Laos e ameaçavam agora o Camboja.

Uma das respostas a esta iniciativa de dirigentes políticos socialistas, tendo em vista a internacionalização da resistência ao imperialismo capitalista, foi a proliferação de organizações anticomunistas.

Surgiu, de imediato, o primeiro exemplo na Ásia. Chiang Kai-shek, o Reverendo Moon e antigos combatentes alemães e japoneses fundaram em Taiwan a Liga Anticomunista Mundial, World Anticommunist Ligue (WACL). A esta organização aderiram figuras da corrente negacionista europeia, a qual imitava o partido nazi norte-americano, fundado por George Rockwell, e muitos dos seus membros escolheram Espanha como lugar de refúgio. Em território espanhol podiam contornar as condenações judiciais nos seus países de origem, resultantes do negacionismo do Holocausto.

A organização do Terceiro Mundo apresentada em Havana, que contava com o apoio das duas grandes potências socialistas, teve como consequência o acelerar da criação de organizações de extrema-direita na Europa, especialmente de carácter juvenil.

A própria tensão política da Guerra Fria preparava-se para se alargar com virulência a África, onde existia uma conjuntura particularmente prolífica de golpes de Estado e guerras de secessão, como a do Katanga, no antigo Congo Belga, apoiada pelos governos de Lisboa e Paris. Neste conflito envolveram-se durante três anos as antigas metrópoles europeias, ao serem uma importante componente operacional de grupos de mercenários, cuja utilização em África causou verdadeiro furor internacional. Tanto assim foi que centenas de mercenários foram contratados (*The Congo Mercenary. A History and Analysis*) na Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, África do Sul, Espanha e Portugal.

Para desgosto dos antigos impérios europeus em África, alguns dos seus governantes fantoches já haviam caído e, para não comprometer a sua antiga metrópole, procuraram refúgios mais cómodos, esperando a hora de voltar aos seus antigos cargos. Foi o que aconteceu, no início do ano de 1966, com o Abade Fulbert Youlou, que, após longas horas de espera no aeroporto de Orly, foi impedido de entrar em território francês, acabando por desembarcar em Madrid.

A França viu-se obrigada a negar o acolhimento do ex-presidente do Congo-Brazzaville, mas a Espanha franquista ficou satisfeita em aceitar esses governantes africanos exilados, como Moisés Tshombé,

ex-presidente de Katanga e depois primeiro-ministro da República Democrática do Congo (RDC). Além da protecção da polícia espanhola, os exilados contavam com o apoio dos serviços secretos franceses e da PIDE portuguesa, representada pelo director-adjunto Agostinho Barbieri Cardoso, para organizar golpes que lhes permitissem regressar ao poder, ainda que, no final, nenhum o tenha conseguido. A Ordem e

FOI NESTE AMBIENTE QUE NASCERAM NA PENÍNSULA IBÉRICA ORGANIZAÇÕES DE AÇÃO ARMADA CONTRA O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL QUE SE ESTENDIA PELO TERCEIRO MUNDO E QUE PODERIA PRIVAR O CAPITAL TRANSNACIONAL DOS INTERESSES QUE MANTINHA NAS ANTIGAS COLÓNIAS.

O internacionalismo anti-imperialista parecia tomar novas dimensões, mas o movimento comunista dentro do bloco capitalista ocidental, na altura com importante peso e renovado ímpeto, também não ficava atrás. Exemplo disso foi o crescimento do Partido Comunista Italiano (PCI) numa Itália onde a força da democracia cristã já não parecia suficiente para assegurar o controlo do Estado-membro da NATO, como acontecia desde 1948.

Depois de não conseguir infiltrar o PCI, a extrema-direita italiana começou a penetrar nos grupos maóístas e anarquistas. Nesta época, o neofascista italiano Stefano Delle Chiaie visitou repetidas vezes Espanha, França, Suíça, Áustria e Alemanha, onde estabeleceu contactos com o partido a União Social-Cristã da Baviera (CSU). Na sequência destas viagens estabeleceu relações com franceses ex-combatentes na Indochina e na Argélia, como Jean-Marie Laurent e Yves Guillou.

Foi neste ambiente que nasceram na Península Ibérica organizações de ação armada contra o movimento comunista internacional que se estendia pelo Terceiro Mundo e que poderia privar o capital transnacional dos interesses que mantinha nas antigas colónias.

A Espanha franquista, que já tinha dado o seu melhor acolhimento aos fascistas fugidos de diferentes países da Europa no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, vinha dando refúgio aos derrotados de outros combates, como os da guerra na Argélia e que não tinham aceite a independência. Após o fracasso dos acontecimentos conhecidos como “A Semana das Barricadas”, em resposta ao anúncio de um referendo sobre a autodeterminação da colónia francesa, dois dos mais activos elementos do movimento dos pied-noir, o deputado e ex-paraquedista Pierre Lagailarde, e Jean-Jacques Susini, Presidente da Associação de Estudantes da Argélia, refugiaram-se em Espanha, tal como o General Raoul Salan, outros militares franceses e civis pertencentes a organizações de direita.

Estes exilados criaram, a 11 de fevereiro de 1961, no edifício Torre de Madrid, na capital espanhola, a Organisation Armée Secrète (OAS) (Histoire de l’OAS), que em abril levou a cabo um golpe militar falhado em Argel. Depois da independência da Argélia, uma grande parte dos operacionais da OAS refugiaram-se em Portugal, em Espanha e em Itália.

Na sequência do apoio logístico de algumas personalidades espanholas à organização do putsch em Argel, o general Franco adotou uma postura mais dura perante os atritos nas relações com o governo do general De Gaulle. Alguns dos responsáveis pela OAS em Espanha foram detidos e as atividades da organização passaram a estar mais controladas.

A França, devido à necessidade de controlar estes elementos, estabeleceu, por iniciativa do General Paul Jacquier, uma importante ligação entre o serviço secreto francês (SDECE) e a PIDE (Histoire Politique des Services Secrets Français: De la Seconde Guerre Mondiale à Nos Jours) no quadro da luta anti-OAS, dirigida pelo comissário-geral das Informações Paul Guepattre.

Depois de se dedicar por mais de quatro anos a um frenesim de violência, matando milhares de pessoas e tentando, sem sucesso, acabar com a vida do presidente De Gaulle, a OAS viu-se obrigada a renunciar à sua actividade. Quando o governo francês deu por suficientemente controlados os efeitos da guerra na Argélia, lançou a “Operação Reconciliação”, destinada a superar os traumas da independência, designadamente no meio militar. Portugal levava então cinco anos de guerra colonial.

Pelo seu empenho em manter um império nos moldes mais tradicionais, Portugal era, desde 1961, uma exceção no panorama internacional. Tinha sobrevivido apesar das ofensivas diplomáticas nas Nações Unidas e da Organização para a Unidade Africana (OUA). Conseguiu-o graças aos apoios encobertos de França, de Espanha e da República Federal de Alemanha e de cumplicidades de governos africanos vizinhos nas colónias, mas também daqueles onde se tinham produzido independências brancas, como a Rodésia ou a África do Sul.

Após a breve presidência norte-americana de John F. Kennedy, crítica do colonialismo português, os Estados Unidos voltaram a concentrar-se na contenção comunista em Ásia e a administração de Lyndon B. Johnson não causou atritos em Lisboa. Foi um alívio para o governo português, que continuava a dispor dos Açores como meio de pressão nas relações com Washington.

Em meados dos anos 1960, as forças da extrema-direita europeia, nomeadamente as de Itália, de Portugal e de Espanha, renasceram. Há muito que existia um vínculo de união na defesa do fascismo e das diversas formas de tradicionalismo católico, derivado da convivência no bando franquista durante a Guerra Civil espanhola (1936-1939). Começaram-se a reagrupar e a operar em força dentro daquela que ficou conhecida como “estratégia da tensão”, já antes praticada em França e na Argélia.

Isto levou ao nascimento de novas operações de propaganda, de agitação e de acção. Uma descoberto, outras sob cobertura de alguma forma de empresa ou de instituições estatais.

ORDEM E TRADIÇÃO - OACI

Foi neste ambiente de fortalecimento do anticomunismo no Terceiro Mundo que algumas das organizações criadas nos anos 1920, na fase crescente do fascismo, ganharam uma nova vida. Foi o caso da Ordem e Tradição (OT).

A insegurança socioeconómica que alguns países europeus haviam sofrido nos anos 1920, após o final da Primeira Guerra Mundial, levou a que alguns movimentos de pequenos grupos de intelectuais burgueses evoluíssem para organizações mais activas. Assim, em outubro de 1926, um pequeno grupo suíço, criado pelo jovem Marcel Regamey, em Lausana, alargou-se aos sectores estudantis e fundou a Ordem e Tradição.

O objectivo da organização era combater o liberalismo decadente que não podia fazer frente aos novos inimigos – os socialistas, os estrangeiros e os judeus, essencialmente. O liberalismo não conseguia, argumentavam, assegurar a manutenção dos valores tradicionais, baseados na ordem natural e na hierarquia de classes estabelecida. A OT afirmava querer combater “as forças do Mal”, “quer dizer o comunismo internacional, e seus satélites conhecidos e desconhecidos”.

Mas nos seus inícios, para além das proclamações internas, a OT manteve-se no quadro teórico e na propaganda e agitação do meio intelectual e académico. O ambiente após a II Guerra Mundial não lhe era propício, uma vez que os planos expansivos do capitalismo norte-americano na Europa, combinados com as concessões sociais feitas pelos governos social-democratas e um adequado aparelho de propaganda, criaram a miragem que irmanava o “mercado livre” com a democracia. Além disso, e a pouco a pouco, iam sendo deixadas no esquecimento as evidências extremas que permitiram ao capitalismo prosperar, primeiro na Alemanha de Bismarck e depois na de Hitler.

Mas, com o crescimento da área de mercado socialista na Europa e na Ásia e a ameaça de uma perda progressiva de mercado nos novos países recém-descolonizados, uma parte daqueles militantes da ordem tradicional, agora imbuídos de um espírito guerreiro a que não queriam renunciar, procuraram os meios para realizar actividades mais contundentes.

A ORDEM E TRADIÇÃO QUERIA SER UMA ESPÉCIE DE INTERNACIONAL FASCISTA. TINHA UM REGULAMENTO INTERNO E OS SEUS MEMBROS ORGANIZAVAM CERIMÓNIAS SECRETAS, USAVAM DESIGNAÇÕES EM CÓDIGO E ERA-LHES EXIGIDO UM COMPROMISSO DE HONRA.

Em meados dos anos sessenta, a OT já possuía ramificações em Portugal, tais como o Jovem Portugal ou a Ordem Nova, que tinham dado um importante apoio ao acolhimento dos operacionais da OAS no país. Muitos conseguiram trabalho à conta de instituições do Estado português: Yves Guillou, conhecido como Guérin-Sérac, obteve a carta de jornalista profissional da Presidência do Conselho português e Jean Vallantin estava bem situado, devido ao facto de seu pai, Jean Alfred Vallantin, ser tradutor do Ministério dos Negócios Estrangeiros e professor de francês em diversos órgãos do governo português, inclusivamente no Ministério da Defesa Nacional.

Tradição, que pretendia ser uma espécie de Internacional Fascista, tinha um regulamento interno e os seus membros organizavam uma espécie de banquetes com cerimónias secretas, usavam designações em código (às vezes pseudónimos) e era-lhes exigido um compromisso de honra. Dos três pontos do programa de acção da Ordem e Tradição (propaganda, informação e acção armada), a via da luta armada era o que tinha mais problemas para se concretizar.

A oportunidade para desenvolver o terceiro ponto programático da OT começou quando Portugal precisou de agentes em África, pois já não podia usar os próprios e existiam, ao mesmo tempo, elementos da ex-OAS disponíveis no país e na vizinha Espanha com ligações a outros países da Europa e da América. O facto de nos últimos anos se reunirem tantos derrotados das guerras imperialistas e haver um panorama tão agitado no Terceiro Mundo despertou o interesse para se criar uma nova organização com vocação militar.

Assim, a Ordem e Tradição, estrutura de carácter doutrinário, criou uma organização militar paralela, denominada Organização Armada contra o Comunismo Internacional (OACI), da qual fazia parte o grupo de militares operacionais fugidos da Argélia e, em conjunto com intelectuais da extrema-direita francesa, passaram a utilizar as siglas OT-OACI.

A ideia de criar a OACI terá partido de Guérin-Sérac, de Guido Giannettini, jornalista italiano que trabalhava para as informações da rede Gládio e do antigo oficial das SS refugiado em Espanha, Otto Skorzeny. Giannettini tinha estabelecido contacto com Guérin-Sérac através de membros da OAS exilados em Itália, como Jean-Jacques Susini e Georges Bidault, e actuava como agente de ligação entre estes e o governo italiano. O primeiro encontro entre os dois terá sido em 1964, por intermédio de Jean-René Souetre, quando Giannettini foi a Lisboa entregar uma carta a Humberto de Sabóia, residente em Portugal desde a proclamação da República Italiana, em 1948.

A OACI assentou em três pilares geográficos: Portugal, Itália e Espanha e foi estabelecendo ligações com outros grupos que, entretanto, surgiram. Criou-se uma espécie de Liga Ocidental capaz de intervir em qualquer lugar do mundo, contra qualquer manifestação de comunismo. É de se destacar a presença de um importante número de jornalistas nestes grupos, pois atuavam como agentes infiltrados capazes de aniquilar por dentro as organizações de base marxista.

Para tal, a OACI seleccionava três tipos de elementos: ex-militares com experiência em guerras coloniais, agentes de informação e, ainda, intelectuais com alguma influência em meios jornalísticos e académicos. Incluía teóricos do neofascismo e do corporativismo, como Henry de Rouxel ou Derouxel, conhecido como “Brecourt”, e jornalistas como Vicente Pepper e Jean Brune. Também tinha nas suas fileiras antigos militantes de organizações de juventude de extrema-direita, como Hugues-Stephane Hélie, Bonnet Gauthier, o qual estabelecia em Madrid contactos com adidos militares e procurava apoios para a organização.

O planeamento da OT-OACI baseava-se em aproveitar toda a forma de revolta ou protesto social na Europa e de movimentos de emancipação ou governos colaboradores noutros continentes, especialmente em África e na América. Esperavam, com as suas actividades, conduzir a uma situação de tensão contínua e insuportável, com o objectivo de levar a sociedade a exigir uma ordem assegurada por um governo forte.

Com efeito, como acontecera nos anos 1920, esta fórmula de ação política respondia ao medo da hipótese de chegarem ao governo elementos comunistas. Existia uma profunda preocupação nos meios políticos ocidentais, nomeadamente nos anglo-saxónicos, de que o PCI conseguisse chegar ao governo e que retirasse a Itália da estrutura militar da NATO, como De Gaulle tinha feito em França.

O caso francês ainda estava fresco nas mentes dos decisores políticos ocidentais, por mais não fosse por as potências do bloco capitalista se terem visto privadas de bases militares muito importantes, como a da Sardenha ou a de Nápoles, num momento em que a esquadra de guerra soviética alargava a sua presença no Mediterrâneo.

Neste contexto de Guerra Fria e de guerra nas colónias portuguesas, a extrema-direita da OT-OACI e a PIDE uniram esforços para um trabalho em conjunto em África. O contacto entre o grupo OT-OACI e as autoridades portuguesas foi estabelecido por Jacques Ploncard d'Assac, o conhecido autor de artigos de propaganda política fascista e refugiado em Lisboa desde a queda do regime de Vichy.

A CRIAÇÃO DA AGINTER PRESSE

Os agentes desta internacional de extrema-direita produziam propaganda radiofónica e recorriam a diferentes coberturas jornalísticas, tendo sido utilizadas publicações de aparência esquerdista, como foi o caso da suíça L'Étincelle e de outras de reconhecido pendor direitista, como Oltremare e Il Tempo, de Itália, ou Progrès, jornal da direita de Lyon. Eram também usadas creditações das editoras Sorlot e Hachette ou de Le Nouvel Observateur.

Para além da cobertura como repórteres de jornais ou revistas, os homens da OACI valiam-se de empresas de importação/exportação e disfarçavam-se de agentes comerciais de diverso género, conselheiros técnicos e especialistas em marketing, para camuflagem do aprovisionamento de armas e explosivos. Também foram utilizadas empresas como a Harth y Cia., a Safari, a H. de Noblet, a Investigaciones/Prospecciones Comerciales, a Peugeot e, por fim, a AirLiquid.

Os grandes objectivos da OT-OACI eram favorecer a instalação do caos em todas as estruturas de um país com o fim de sabotar a economia e semear a confusão, até ser atingido um nível de desespero social que gerasse um estado de ânimo anti-social contra as organizações políticas, nomeadamente as da esquerda marxista. A primeira ação consistiu em infiltrar os grupos pró-chineses, como aconteceu no Partido Comunista Suíço/Marxista-leninista, para poder atribuir ao comunismo as responsabilidades pela violência neofascista que se pretendia impulsionar.

Portugal não tinha até então precisado de agentes de informações externos. A PIDE conseguira estender os seus tentáculos nas colónias, acompanhando o alastrar da guerra, e contava com a colaboração do pessoal diplomático, que a ajudava a criar e a alargar a rede de informadores. Chegou, inclusive, a haver uma importante cooperação entre comandos militares, responsáveis da PIDE e chefes de missão diplomática, quer em África, quer nas capitais europeias, nomeadamente em Paris e em Madrid, onde foram gizadas uma importante parte das operações encobertas em África.

Para além da espionagem do inimigo interno do regime, a PIDE desempenhava funções de contra-espionagem e promovia operações encobertas. Neste campo, o uso de operacionais estrangeiros podia ser de algum interesse, embora também pudesse trazer grandes inconvenientes, daí que esta hipótese de trabalho não contasse com unanimidade dentro dos órgãos do governo português.

OS GRANDES OBJECTIVOS DA OT-OACI ERAM A INSTALAÇÃO DO CAOS EM TODAS AS ESTRUTURAS DE UM PAÍS PARA SABOTAR A ECONOMIA E SEMEAR A CONFUSÃO. O DESESPERO SOCIAL DEVERIA GERAR ÂNIMO ANTI-SOCIAL CONTRA AS ORGANIZAÇÕES DA ESQUERDA MARXISTA.

Com o triunfo do Estado francês sobre a OAS, o executivo de De Gaulle pôde permitir-se convidar membros desta organização para colaborarem com os seus serviços secretos no permanente objectivo de controlar interesses económicos e estratégicos franceses em países africanos.

Após a amnistia de 1966, os elementos da OAS ficaram igualmente disponíveis para serem usados por outros governos que tivessem interesse em levar a cabo diferentes tipos de operações encobertas noutros países, como era o caso de Portugal. Além do mais, a língua destes antigos operacionais da OAS era o francês, usado no Congo-Kinshasa e no Congo-Brazzaville, principais territórios onde teriam de actuar, bem como no Senegal e na Guiné-Conacri.

Os interesses comuns de Portugal e de França facilitaram a colaboração entre a PIDE e os serviços franceses que operavam em África por via de ações de intervenção ou golpes de Estado, para manter ou repor no poder os seus políticos de confiança. Este era o caso da República Democrática do Congo (RDC), onde Paris e Lisboa lutavam contra os Estados Unidos para recolocar no poder Moisés Tshombé, que aguardava pela sua oportunidade em Espanha.

No dia a seguir ao fim das operações da OAS, em consonância com a aprovada amnistia francesa, a 19 de junho de 1966, teve lugar uma reunião na sede da PIDE, em Lisboa, para tratar da “Operação Tshombé”, que contava com financiamento belga e apoio dos serviços franceses dedicados às operações de destabilização de governos africanos. O objetivo era substituir, em Kinshasa, Mobutu pelo exilado Tshombé.

Esta foi a ocasião para que o principal dirigente em Portugal da recém-criada OACI, Yves Guérin-Sérac, contando com Jacques Souetre, na Bélgica, comesse a recrutar mercenários por toda Europa. Queria organizar um pequeno exército que se deveria juntar aos gendarmes catangueses, refugiados em Angola desde o exílio de Tshombé e aos homens do conhecido mercenário belga Jean Schramme.

O PRIMEIRO FRACASSO DA AGINTER PRESSE

A até então aparente tranquilidade das relações bilaterais luso-congolesas desapareceu quando, a 23 de junho de 1966, rebentou a revolta dos mercenários e gendarmes catangueses, fiéis a Tshombé. Esta operação contra Mobutu em Kinshasa foi um fracasso.

Na semana seguinte à tentativa de repor Tshombé no governo do Zaire, Mobutu promulgou a lei conhecida como “Bakajika”, declarando o solo e o subsolo congolês a propriedade do Estado, ao mesmo tempo que iniciava o processo de zairização. Depois do falhanço do golpe para o derrubar, Mobutu fez Portugal pagar duramente a sua colaboração.

Dois meses mais tarde, a 23 de agosto, deu-se o assalto à embaixada portuguesa em Kinshasa e o corte de relações diplomáticas e comerciais com Lisboa. Esta decisão deixou Portugal sem a grande rede de informadores que o embaixador Vaz Pinto tinha tecido e que valia, em termos de guerra, “como um batalhão de paraquedistas no chão”, como refere John Cann (Contra-insurreição em África (1961-1974). O Modo Português de Fazer a Guerra).

O objectivo destas redes, para além das informações que podiam fornecer, era o de infiltrar os movimentos nacionalistas africanos para os conhecer por dentro, produzir cisões, confrontos ou divergências internas que os enfraquecessem, apoiar golpes de Estado, organizar operações de desestabilização da ordem pública e operações encobertas, tudo sob falsa bandeira.

O corte de relações de Portugal com o Zaire veio juntar-se aos que se vinham acumulando desde a criação da Organização da União Africana, em 1963 e ao que se tinha produzido em 1965 com o Congo-Brazzaville, devido à colaboração portuguesa no golpe, conhecido como “Operação Barbarossa”, que tentou derrubar Massamba-Débat.

Os agentes portugueses vinham acumulando dificuldades à sua actuação na maior parte dos países africanos, mas agora ficavam impedidos de actuar em todos os países vizinhos de Angola, ao serem encerrados os centros vitais que eram as embaixadas em Brazzaville e em Kinshasa. Angola ficou então rodeada de governantes em pé de guerra contra o governo português: Kaunda na Zâmbia, Massamba-Débat em Brazzaville e Mobutu no Congo-Kinshasa. A PIDE ficou sem instrumentos para operar nas áreas de retaguarda da FNLA e da UNITA, e o MPLA avançava.

Em março de 1966, o MPLA abriu em Angola a frente Leste, o que complicou o cenário e obrigou o comando português a pensar em novas acções de neutralização da guerrilha na frente Norte, a fim de poderem ser deslocados efectivos para a nova área afetada pela insurreição.

Era então necessário intervir no Congo-Brazzaville para tentar mudar o regime, mediante o apoio às organizações oposicionistas, que contavam com elementos dispersos noutros países africanos e na antiga metrópole. A colaboração com acções dos serviços secretos franceses a operar nos Estados da antiga África francesa já tinha existido em diferentes ocasiões, com operações tendentes à mudança dos regimes políticos.

Estas operações passadas tinham visado aliviar a pressão do MPLA, a partir da margem direita do rio Zaire. Com base em Angola, começaram também a ser postos em marcha planos de desestabilização na Zâmbia para obrigar o presidente Kenneth Kaunda a entender-se com Portugal e a abrandar o seu apoio à UNITA e ao MPLA.

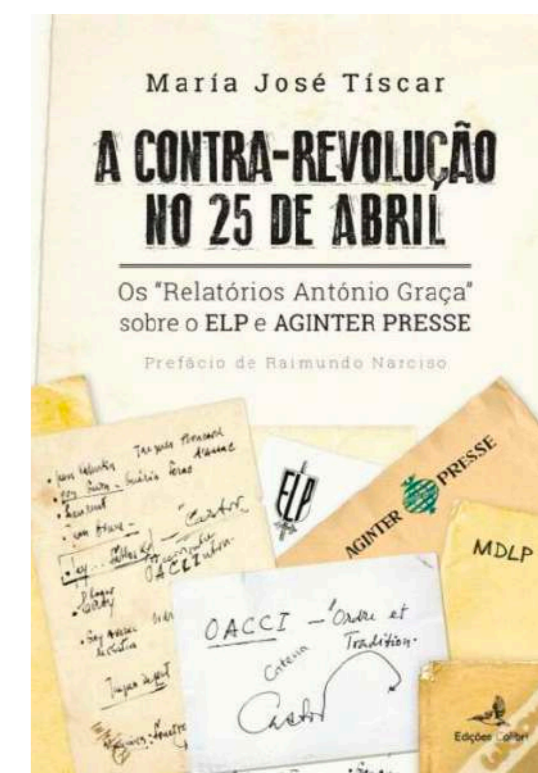
Foi neste contexto que, em Luanda, as autoridades coloniais estabeleceram os planos que submeteram aos seus superiores na capital portuguesa, para que tomasse forma uma cobertura legal que permitisse contornar a situação. A diplomacia portuguesa, em boa sintonia com a PIDE, também tinha solicitado esforços para conseguir informadores nos estados vizinhos de Angola, deitando mão de agentes estrangeiros (Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial) devido às dificuldades em conseguir a colaboração de nacionais residentes nestes países.

Tendo em conta os problemas de circulação de agentes portugueses nos países limítrofes das colónias, a PIDE esforçou-se na recolha de informações encarando a possibilidade de recrutar indivíduos de nacionalidade não portuguesa que, pela sua própria língua e conveniente cobertura, pudessem circular livremente através dos países africanos. Com esse objetivo em mente, responsáveis portugueses em África e operacionais franceses com experiência nestes serviços voltaram a reunir-se, acabando por se propor um contrato com a futura Aginter Presse.

Dado que a PIDE não estava habilitada a desenvolver uma operação desta envergadura, propôs à Defesa Nacional e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que contribuissem financeiramente, uma vez que a diplomacia tinha perdido na prática a totalidade das suas redes em África. O Ministério da Defesa e a PIDE aproveitaram para suprir as deficiências em informação e capacidade de acção em África contra a crescente agitação nas colónias.

Para dar cobertura às actividades, pagas pelo Estado português, de agentes mercenários da OACI na intervenção directa na área africana, foi criada, em Lisboa, em setembro de 1966, uma agência noticiosa de nome Aginter Presse. Ficou sediada no escritório do antigo paraquedista francês, Jean Marcel Vallentin, agora representante comercial de vários produtos, através da sua empresa “Representações para Portugal”.

Os fundadores da agência foram sete antigos oficiais franceses, ex-combatentes das guerras coloniais, quer na Indochina, quer na Argélia, dos quais só um permaneceria em Portugal: Yves Guillou. Os outros seis seriam itinerantes: Jean Marcel Vallentin, Reingard de la Blétière, Jean-Joseph Guillou, Avezac de Castera, Jean-Marie Laurent e o seu irmão, Jean-Daniel Laurent. Este último era locutor



Capa do livro *A Contra-revolução no 25 de Abril - os "Relatórios António Graça" sobre o ELP e Aginter Presse*, da historiadora María José Tíscar e publicado em 2014.

de A Voz do Ocidente, programa internacional da Emissora Nacional e professor de artes marciais em organismos dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

O núcleo central da Aginter Presse era constituído por esses antigos operacionais franceses da OAS e elementos norte-americanos ligados à Liga Mundial Anticomunista (WACL), como Jay Salby. Mais conhecido por Sablosky e pelo pseudónimo “Castor”, por causa da cabeleira que usava, Salby era um dos operacionais da direita internacional: integrava diferentes movimentos na Europa e na América Latina. Além disso, possuía experiência em operações especiais em Estados centro-americanos, uma vez que foi agente da norte-americana CIA.

Na mesma altura da criação da Aginter Presse em Lisboa, nasceu em Barcelona a CEDADE (Círculo Español de Amigos de Europa), que manteve permanentes contactos com personalidades do fascismo internacional e veteranos da II Guerra Mundial e que logo estabeleceu relações com os exilados alemães, romenos, franceses e croatas que conseguiram refúgio em Espanha.

Este círculo foi considerado pelo Parlamento Europeu como o maior e melhor organizado destes grupos na Europa, de acordo com o relatório sobre os trabalhos da Comissão de inquérito à escalada do fascismo e do racismo na Europa, de dezembro de 1985. A organização aspirava superar os velhos métodos tradicionais da direita nacional, misturando elementos da velha Falange com jovens neonazis que queriam desenvolver uma ideologia de marcado nacionalismo europeísta (La Extrema Derecha Española en el Siglo XX). A organização possuía representações na América Latina, nomeadamente na Argentina, onde era dirigida pelo francês Jacques de Mathieu e relações com grupos da extrema-direita europeia.

O presidente da primeira junta directiva, Ángel Ricote Sumalla, foi um dos espanhóis no círculo da Aginter Presse. Na ação exterior, Ricote acabou por ser um dos elementos mais activos e estabeleceu contacto com o francês Jean-Marie LePen, com militantes de Ordre Nouveau e participou nos “Congressos da Nova Ordem Europeia”. A sua residência, na Diagonal barcelonesa, chegou a ser um lugar de encontro para elementos de todos os movimentos desta internacional fascista.

A ACÇÃO DA AGINTER PRESSE NA ÁFRICA PORTUGUESA

Sob cobertura da Aginter Presse tiveram início as operações de infiltração nos países limítrofes das colónias portuguesas. A agência instalou-se na Tanzânia, país vizinho de Moçambique, para penetrar a FRELIMO e o escolhido para levar a cabo a operação encoberta foi Robert Henry Leroy, antigo combatente na guerra civil espanhola ao lado dos carlistas. Leroy serviu ainda na Legião Valona das SS, com Léon Degrelle e acabou, mais tarde, por se exilar em Madrid, onde aderiu à OT-OACI e trabalhou nas informações da NATO por mais de três anos, após ter sido amnistiado em França, em 1955.

Depois desta, foram lançadas outras operações cujos alvos eram o MPLA e o PAIGC. Uma delas foi a que permitiu a agentes da Aginter Presse contactar com Agostinho Neto e outros dirigentes do MPLA. As actividades da falsa agência noticiosa estenderam-se a Brazzaville, onde estava sediado o MPLA, para infiltrar o movimento de libertação nacional fazendo “regressar” alguns dos seus elementos mais significativos,

como tinha sido feito antes com a FNLA, em Kinshasa. O caso mais significativo foi o do angolano Alexandre Taty, que após o falhanço da “Operação Barbarossa” abandonou a FNLA. Uma vez refugiado em Cabinda, apoiou os portugueses na luta contra o MPLA.

Todavia, na Guiné, a operação de infiltração não teve sucesso, ainda que um dos seus operacionais tenha conseguido contactar Luís Cabral e visitar a base de S. Domingos na sua companhia.

Em dezembro de 1966, a Aginter Presse alargou os contactos para conseguir o apoio de pessoas influentes em diversos âmbitos de outros países: os de Labin, em França e de Nicolás Franco, em Espanha. Em Madrid, Alain Gauthier contactou adidos militares americanos nas Embaixadas da Nicarágua e da Guatemala.

Destacam-se, também, os contactos com o norte-americano William Buckley, jornalista com vasta influência política na Casa Branca; com latino-americanos, como o venezuelano Pepper, que depois de trabalhar nas informações para o presidente da República Dominicana, Rafael Trujillo, se tinha instalado em Espanha; o peronista Bruno Albieux, conhecido como Miguel Loria, ou o alemão Lothar Lohrish, que trabalhava com uma empresa financiada pelo governo de Bona na difusão de uma imagem branqueada do exército alemão.

O NÚCLEO CENTRAL DA AGINTER PRESSE ERA CONSTITUÍDO POR ANTIGOS OPERACIONAIS FRANCESES DA OAS E ELEMENTOS NORTE-AMERICANOS LIGADOS À LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA (WACL), COMO JAY SALBY.

Estenderam, igualmente, as ligações a Portugal, onde um dos agentes mais activos foi Jean-Marie Laurent, o qual contactou com Maria da Paz Barros Santos, directora da “Voz do Ocidente” da Emissora Nacional. Em janeiro de 1967 foi contactado o jornalista Valentim Gomes Serra, depois correspondente do Jornal de Benguela, em Portugal. Igualmente procurado foi o apoio de estrangeiros residentes em Lisboa, como o adido de informação da embaixada da África do Sul e o jornalista Hans Kurt.

No quadro deste movimento realizou-se em Lisboa, em janeiro de 1967, uma primeira reunião com elementos de extrema-direita (Império, Nação e Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)) provenientes de Portugal, Espanha, França, Suíça, Alemanha Ocidental, Suécia, Argentina e Paraguai e com a notável ausência de representantes italianos.

Os organizadores tentaram pouco depois, em maio, superar o vazio italiano com um outro encontro internacional na sede da Ordem e Tradição em Lisboa e, no último dia, foi realizada uma reunião entre o delegado da Ordine Nuovo e os membros da OT Guérin-Sérac e Jean Marie Laurent.

Nesse encontro internacional, os presentes insistiram na necessidade de uma cooperação mais forte entre ambas as organizações nos três vectores de actuação: jornalístico, propagandístico e acção armada. Por esta altura, os dirigentes da Ordine Nuovo não estavam convencidos a lançar-se em actividades mais

arriscadas e, por isso, ficaram-se pela colaboração no campo das informações e da propaganda.

NOVAS TENTATIVAS DE GOLPES EM ÁFRICA

A 21 de agosto de 1967, teve lugar uma nova reunião na sede da PIDE entre alguns mercenários, militares congolezes e funcionários portugueses com o fim de se preparar uma operação cujo objectivo seria uma nova intervenção em Kinshasa, destinada a mudar o governo congolês aí instalado, derrubando Mobutu: a “Operação Lucifer”.

Os objectivos concretos eram os clássicos da estratégia de tensão, própria da guerra não ortodoxa. Começar-se-ia por organizar um levantamento popular com o apoio de elementos voluntários, explorando o descontentamento geral, acompanhado pela propaganda contra um regime tirânico, para depois favorecer a intervenção de comandos catangueses. A Operação Lucifer saldou-se num desastre: em pouco mais de uma semana, os mercenários partiram para solo angolano para evitarem o massacre face ao contra-ataque das tropas de Mobutu.

Outra das operações levadas a cabo, em 1967, na África Central foi o Plano COST (Consortium pour l’Organization et le Support Technique) para derrubar o governo de Brazzaville. A operação contou com o envolvimento da Aginter Presse, da PIDE, do Gabão, da África do Sul, da Rodésia e dos serviços especiais franceses. Na antiga colónia francesa do Gabão, a Aginter Presse tinha contactos com gerentes de plantações, missionários e mesmo algumas personalidades locais, mas divergências entre os serviços franceses e a PIDE (L’Orchestre Noir) fizeram com que a operação fracassasse.



A Aginter Presse foi uma agência de notícias internacionais de fachada para a extrema-direita atuar em Portugal e nas antigas colónias durante a ditadura do Estado Novo.

Na sequência do fracasso destas intervenções em Brazzaville contra Massamba-Débat, foram presos Jacques Dépret (Debreton), recrutado por conta da Organização da Informação e Ação (ORA) sediada em Frankfurt, na Alemanha Ocidental, e o capitão Mathieu, recrutador de mercenários nas praças habituais europeias, nomeadamente Genebra.

Também foi preso, em Brazzaville, Jean-Marie Laurent, acusado de desenvolver actividades para derrubar o governo congolês, o que surpreendeu os funcionários da embaixada da China no país. É que Laurent apresentou documentos oficiais para justificar a sua condição de jornalista do L’Étincelle, órgão do partido pro-chinês suíço, pois fora a própria embaixada da República Popular China em Berna a recomendar o contacto em Brazzaville.

Uma outra operação visou o antigo Congo francês. Chamaram-lhe “Operação Tornado” e nela participou um grupo de congolezes que tinham fundado a Frente de Resistência e Libertação do Congo-Brazzaville. Dirigido pelo antigo chefe da polícia francesa Maurice Bat, desenvolveram acções psicológicas e de propaganda para derrubar Massamba-Débat e reconduzir o abade Youlou ao poder.

A contrapartida do apoio colonial seria o compromisso dos golpistas em entregar todos os elementos terroristas que actuam contra Portugal na República Popular do Congo, o restabelecimento de relações diplomáticas e a defesa dos interesses portugueses junto de outros Estados africanos e nas organizações internacionais.

Mas os objectivos desta operação, tal como de outras que se seguiram, não foram alcançados. E para isso muito contribuíram os contingentes cubanos estacionados no país, ao conseguirem manter sob controlo pontos nevrálgicos do território congolês.

Os governos que procuravam livrar-se do neocolonialismo das suas antigas metrópoles, como era o caso da República Popular do Congo, para os quais Cuba era um modelo (Conflicting Missions. Havana, Whashington and Africa, 1959-1976) ao resistir às múltiplas agressões dos EUA, tinham começado a receber diversas ajudas de países socialistas e isso, por sua vez, permitiu aos movimentos de libertação nacional da África portuguesa adquirir um maior grau de organização e capacidade para manter não só a luta armada, mas também a batalha diplomática.

A CRISE DA AGINTER PRESSE DE LISBOA

Terminado o contrato inicial, em outubro de 1968, entre a Aginter Presse e a PIDE, esta última pediu o prolongamento das operações da primeira, mas os resultados não estavam a ser satisfatórios e o MNE considerou que não valia a pena gastar-se mais dinheiro nesta rede.

Apesar da insistência do subdirector Barbieri Cardoso, o Ministério da Defesa Nacional também acabou por deixar de financiar a rede e o Ministério do Ultramar mostrou igualmente uma aberta desconfiança para com a participação dos serviços franceses, que manobravam a Aginter Presse nalgumas das operações que visavam derrubar o governo de Brazzaville das quais Salazar contava com um conhecimento directo (A Guerra Secreta de Salazar em África).

Na sequência da actuação de alguns elementos que trabalhavam para a Aginter Presse de Lisboa, surgiram atritos com os serviços franceses, que, por sua vez, lançaram um verdadeiro ultimato à polícia política portuguesa justificado pela necessidade de garantir a própria segurança dos seus operacionais. Foi um ultimato recebido num mau momento: a PIDE estava naquele momento a preparar um novo golpe em Brazzaville.

Nesta altura, em França, o movimento Occident, criado quatro anos antes como cisão da Federação de Estudantes Nacionalistas (FEN) e que usava a cruz celta da Ordre Nouveau, repetia como palavra de ordem “matar os comunistas onde quer que se encontrem”. A Occident estava em plena fase de mudança do “romantismo adolescente”, que tinha vingado nos primeiros tempos da organização, para uma aliança com as bases da direita tradicional, herdeira de Charles Maurras.

Esta organização, que dizia defender o Ocidente contra o Oriente marxista, passara a apoiar a estratégia dos EUA, inclusivamente na guerra do Vietname, contra a qual se alargavam os protestos a muitas cidades do mundo. As acções dos “Occidentaux”, como força provocadora dos militantes de extrema-esquerda,

em diversas universidades francesas, multiplicaram-se e a esquerda anarquista estava a responder com ações que depois levariam aos levantamentos de Maio de 1968 contra De Gaulle, que persistia na aproximação aos países socialistas.

Além do mais, o presidente francês estava a fragilizar a segurança monetária internacional ao reclamar o câmbio dos dólares do Banco de França pelo ouro que garantia o dólar, a única moeda convertível desde os acordos de Bretton Woods, em 1944.

DEPOIS DO FIM DO CONTRATO COM O ESTADO PORTUGUÊS, OS OPERACIONAIS DA FALSA AGÊNCIA NOTICIOSA DISPUSERAM-SE A ESTENDER A “ESTRATÉGIA DE TENSÃO” DE ÁFRICA PARA A EUROPA, ONDE ALGUNS ESTADOS TAMBÉM RECORRERAM AOS SEUS SERVIÇOS.

Nesta situação, a ligação do movimento Occident com os velhos operacionais da OAS com actividade em África constituía uma grande preocupação para o governo de Paris. Segundo os serviços franceses, “as suas posições eram violentamente anti-governamentais e a colaboração com os serviços portugueses e este pequeno grupo não podia ser mais que prejudicial para as boas relações franco-portuguesas”.

O desconforto dos serviços franceses era palpável e as atividades de agentes itinerantes começaram de imediato a produzir alguns receios nos movimentos de libertação africanos. Também a embaixada da República Popular da China, que se tinha surpreendido com o jornalista de L'Étincelle, questionou-se sobre as viagens do repórter a Portugal, ao Malawi e a Moçambique. De facto, no Quênia foram tomadas precauções e Leroy foi impedido de se deslocar nas zonas a sul do país, consideradas estratégicas.

Esta falta de confiança tinha a reciprocidade da parte portuguesa noutras instâncias da PIDE/DGS, diferentes das que controlava o subdirector Barbieri Cardoso. Por exemplo, Álvaro Pereira de Carvalho, diretor de serviços na recém batisada DGS, era muito reticente em subordinar-se aos serviços franceses nas operações encobertas que Morichot-Beaupré, ex-redactor-chefe do Courrier de la Colère e mão direita do poderoso Jacques Foccart, dirigia em África, pelo sistemático posicionamento destes em tirar partido das ações, sem arriscarem nada.

Na opinião de Pereira de Carvalho, não eram dadas garantias suficientes que compensassem os riscos que Portugal corria em algumas operações no antigo Congo francês. Por exemplo, garantias que impedissem a internacionalização do conflito angolano ou a extinção do principal inimigo das tropas portuguesas, que naquela área era o MPLA. Além de atritos políticos e diplomáticos com serviços como o francês SDECE ou o norte-americano FBI, a Aginter Presse não produziu nenhum resultado palpável para a situação com que o regime português se confrontava nas colónias.

A Aginter Presse também gizou a Operação Chèvre para a Guiné, planeada em 1969, contra o governo de Conacri que contava com a colaboração da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, do MNE e da

Casa de Portugal em Paris, bem assim como de opositoristas a SékouTouré, com apoio de um diplomata senegalês. Mas também aqui a operação se saldou por um fracasso.

Decidido a prescindir dos operacionais da Aginter Presse, o governo português procurou em 1969 uma aproximação a Mobutu, resultando num encontro diplomático na embaixada do Zaire em Bruxelas. Este processo culminou, no início de 1970, com o envio de uma missão portuguesa ao Zaire, actuando sob cobertura da embaixada espanhola, pois foi Espanha quem assumiu a representação dos interesses portugueses em Kinshasa, após o corte de relações havido em 1966.

A partir do discreto acordo com Mobutu, foi a própria PIDE, desde 1968 rebaptizada DGS, quem, a partir da Embaixada de Espanha no Zaire (A PIDE no Xadrez Africano), se encarregou de estender uma rede de informadores para Oeste, na bacia do Congo, e para Leste, na Tanzânia, visando compensar as dificuldades das informações estratégicas no terreno e a infiltração dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, sediados nestes países.

Depois do fim do contrato que lhes assegurava a manutenção em Portugal, os operacionais da falsa agência noticiosa dispuseram-se a estender a “estratégia de tensão” de África para a Europa, onde alguns Estados também recorreram aos seus serviços. A colaboração entre os serviços secretos portugueses e franceses continuou até 1974, quando se deu o golpe militar que culminou na Revolução dos Cravos, mas já sem a colaboração de operacionais a coberto da Aginter Presse.

A organização que se servia da cobertura desta agência de imprensa começou então a diluir-se em Portugal e, de fato, em 1970, só permaneciam em Lisboa uns poucos elementos que passaram a atuar em Itália e em Espanha. A Aginter Presse manteve alguma estrutura em Portugal e, em outubro de 1970, criou em Lisboa uma sociedade, a Banque Photo-Publicité d'Aginter, que tinha por objecto declarado trabalhos fotográficos e topográficos.

O ATENTADO DA PIAZZA FONTANA, EM 1969 E NO QUAL MORRERAM 17 PESSOAS E OUTRAS 88 FICARAM FERIDAS, FOI O PONTO CULMINANTE DA FASE EM QUE ORGANIZAÇÕES ITALIANAS DE EXTREMA-DIREITA REALIZARAM ATAQUES ALEATÓRIOS CONTRA A POPULAÇÃO CIVIL.

Em Espanha nasceu outra organização de extrema-direita, o Partido Español Nacional-Socialista (PENS), que em 1969 organizou o XI Congresso da Nova Ordem Europeia, em Barcelona. O grupo vinha atuando em coordenação com o serviço secreto criado pelo vice-presidente do governo espanhol, almirante Carrero Blanco, o Servicio Central de Documentación (SECED). E, em Madrid, surgiu também a Fuerza Nueva, cujo objectivo era a manutenção dos princípios do “Movimento do 18 de Julho”, data do levantamento militar fascista que culminou na Guerra Civil Espanhola, que se estavam a enfraquecer com a evolução do Franquismo.

A “estratégia de tensão” que diversos Estados europeus vinham a aplicar nas suas ex-colónias, com o intuito de destituir governos que não correspondiam aos seus interesses, foi posta em prática com uma intensidade crescente nos países da Europa Ocidental. Os países que se tornaram teatro de operações foram aqueles onde existia o risco de partidos comunistas chegarem ao poder pela via eleitoral, mesmo que através de coligações com sociais-democratas ou democratas-cristãos, e o caso mais relevante foi o de Itália.

Foi para território italiano que se dirigiram as actividades do neofascismo internacionalizado, que desde a II Guerra Mundial atuava noutros palcos mundiais. Na primavera de 1969, teve início o período que ficou conhecido como “Os Anos de Chumbo” e no qual a Avanguardia Nazionale, cisão da Ordine Nuovo, fundada por Stefano delle Chiaie, teve um protagonismo especial ao longo da década de 1970.

Durante dois anos, foram chegando a Roma instrutores da Aginter Presse para dar formação, no uso de explosivos, aos militantes da Avanguardia Nazionale. Guido Giannettini, um dos agentes do internacionalismo fascista e fundador da OT-OACI, participou activamente na organização operacional desse período. Tal como Giannettini, delle Chiaie tinha fortes vínculos com a Aginter Presse.

O atentado da Piazza Fontana, em 1969 e no qual morreram 17 pessoas e outras 88 ficaram feridas, foi o ponto culminante da fase em que organizações italianas de extrema-direita realizaram ataques aleatórios contra a população civil. Tinham como objetivo desacreditar os comunistas e anarquistas italianos e causar medo na população para se mobilizar apoio em torno de um regime com mão pesada.

À semelhança do que aconteceu com operações encobertas nos países africanos, a atividade da “estratégia de tensão” da extrema-direita italiana teria tido grande dificuldade em alcançar os seus objectivos, especialmente o da culpabilização da esquerda marxista, sem a cooperação de certas unidades dos serviços de inteligência e do aparelho policial italianos.

Em dezembro de 1970 chegou a estar próxima uma tomada de poder violenta para pôr à frente do Estado italiano o “Príncipe Negro”, Junio Valerio Borghese, antigo alto chefe militar de Benito Mussolini e presidente do Fronte Nazionale. O golpe foi travado quando já estava a decorrer.

DEPOIS DE 1945, O SISTEMA CAPITALISTA NÃO PRECISOU MAIS DE FINANCIAR GRANDES MOVIMENTOS FASCISTAS. BASTOU USÁ-LOS PARA EVITAR QUE CHEGASSEM AO GOVERNO PARTIDOS QUE PUDESSEM REALIZAR MUDANÇAS SOCIOECONÓMICAS.

Após o fracassado golpe de dezembro de 1970, Valério Borghese, assim como o seu principal agente, Stefano delle Chiaie, refugiaram-se em Espanha, onde contavam com a protecção da CEDADE. Outros dos implicados na organização do golpe instalaram-se em Alicante (Espanha), onde também estava sediado o Grupo Paladin, no qual estes operacionais da Aginter Pressese juntaram a refugiados nazis que mantinham as suas actividades, agora sob a cobertura de uma empresa de segurança privada.

Em França, foi criado em 1972, a partir da Ordre Nouveau, a Frente Nacional tendo em vista as eleições legislativas do ano seguinte. Nele se integraram os antigos OAS, retornados da Argélia, vichistas, católicos tradicionalistas e anti-gaullistas do Movimento pela Justiça e a Liberdade, de Georges Bidault. Este movimento publicava o jornal Militant, defensor do ultraliberalismo, da identidade nacional e tão claramente atlantista como anticomunista.

Nos Estados Unidos, durante a presidência de Richard Nixon, foi utilizada a WACL para acções de contra-insurreição no Sudeste Asiático e na América Latina, e a ela aderiram, entre outros, Hugo Banzer, Rafael Videla e Alfredo Stroessner. Todos eles fizeram parte do grupo de grandes peões da Operação Condor na América Latina, depois do golpe de 11 de Setembro de 1973 no Chile. Foi aí que a guerra não ortodoxa atingiu o seu apogeu no século XX.

CONCLUSÃO

Após a derrota no campo de batalha do fascismo em 1945, as organizações de extrema-direita, nascidas das crises do capitalismo no período entre guerras, ficaram adormecidas e alguns dos seus membros refugiaram-se na Península Ibérica. Neste canto da Europa sobreviveram os Estados corporativos de modelo italiano e com influência intelectual do tradicionalismo francês, para quem o retorno aos valores da ordem e da tradição era a solução para os problemas trazidos pela expansão do socialismo real.

As guerras coloniais, resultantes da influência comunista na Ásia e em África, em apoio dos movimentos de libertação, transferiram o cenário da luta anticomunista para esses continentes e, mais tarde, para a América Latina, pois a revolução cubana demonstrou a sua capacidade de resistência.

O anticomunismo acabou por servir de cimento comum para as diferentes posições do conservadorismo doutrinário e facilitou as ligações e posterior criação de formas de organização supranacional contra a existência do Estado soviético e o progresso dos partidos comunistas no mundo. Algumas dessas organizações foram utilizadas pelos serviços estatais para operações de intervenção interna ou externa, proibidas pelas suas próprias leis.

A AGINTER PRESSE, OFICIALMENTE UMA AGÊNCIA DE IMPRENSA, FOI UMA DAS MÚLTIPLAS COBERTURAS QUE ORGANIZAÇÕES EUROPEIAS DE EXTREMA-DIREITA USARAM PARA IMPLANTAR REDES DE ESPIONAGEM POR CONTA DOS SERVIÇOS SECRETOS DE ESTADOS OCIDENTAIS.

Nos parênteses entre as duas guerras mundiais do século XX, comprovou-se que o capitalismo é um sistema económico que adopta, consoante o contexto e para sua conveniência, distintas aparências políticas. Se o comportamento do parlamentarismo liberal não garantir a sua sobrevivência nas crises cíclicas, pode recorrer a estruturas cuja forma mais extrema é o fascismo.

Mas, após 1945, para sobreviver, o sistema capitalista não precisou mais de financiar grandes movimentos fascistas, como os que se instalaram no poder no período entre guerras. Bastou utilizá-los, se necessário fosse, para evitar que chegassem ao governo partidos ou dirigentes que pudessem realizar mudanças socioeconómicas ou geoestratégicas que pusessem em risco a sua hegemonia, ou para que, no caso de conseguirem alcançar o poder, não o pudessem conservar.

Para tal fim foram utilizados os grupos necessários para se conseguir um clima de tensão social e asfixia económica que desestabilizasse e facilitasse a sua queda. O exemplo que mostrou ao mundo essa tática, em todo o seu esplendor, foi a guerra não ortodoxa contra Salvador Allende no Chile. Mas essa fórmula não foi uma novidade, pois já antes tinha sido usada com sucesso no Irão, na Guatemala ou na Indonésia, por exemplo.

Nos anos 1960, África foi o principal cenário da “estratégia de tensão” e nele Portugal desempenhou um papel importante, por ter sido o último império europeu a travar uma guerra colonial no continente.

A Aginter Presse, oficialmente uma agência de imprensa com sede em Lisboa, foi uma das múltiplas coberturas que organizações europeias de extrema-direita usaram para implantar redes de espionagem por conta dos serviços secretos de Estados ocidentais. Estabeleceram acordos de colaboração e operações próprias da “estratégia de tensão” com o fim de levar ao colapso os alicerces de governos de esquerda em qualquer lugar do mundo, que incluíam o uso de falsos movimentos de libertação, ou golpes de estado clássicos em diferentes lugares do mundo. Começaram em África e depois passaram para a Europa. Tudo isto em dimensões muito modestas e que, na parte operacional, tinha a grande concorrência de organizações de mercenários, mais profissionalizadas.

Portugal precisava de todas as armas para conduzir uma guerra colonial em três frentes militares, mas também para a frente diplomática, onde chegou a estar impedido de atuar no terreno. Os restos da OAS, refugiados em Portugal após o fim da Guerra da Argélia, criaram uma organização para operações encobertas, a OT-OACI, que funcionava relacionando-se com serviços secretos de outros países.

Após serem amnistiados pelo Estado francês, o regime português aproveitou a ocasião. A Defesa Nacional e a PIDE tinham dificuldades na recolha de informações em diferentes estados de África. Sendo difícil para os agentes portugueses circular nos países africanos que mais podiam interessar para recolha de informação de carácter estratégico (os dois Congos, Zâmbia, Guiné-Conacri, Senegal e Tanzânia), era essencial que agentes de outras nacionalidades, possuidores de uma cobertura adequada, tentassem alcançar os objectivos desejados.

**QUERO
SUBSCREVER
O SETENTA
E QUATRO**

**JORNALISMO INDEPENDENTE E DE CONFIANÇA. É ISSO QUE O
SETENTA E QUATRO QUER LEVAR ATÉ AO TEU E-MAIL.**

CARREGA AQUI PARA SUBSCREVER

O Setenta e Quatro assegura a total confidencialidade e segurança dos teus dados, em estrito cumprimento do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD). Garantimos que os mesmos não serão transmitidos a terceiros e que só serão mantidos enquanto o desejas. Podes solicitar a alteração dos teus dados ou a sua remoção integral a qualquer momento através do email geral@setentaetquatrop.pt



ESCOLA DE

EXCLUSÃO

Auto 000-153818

Auto 000-153818
 Aos vinte e oito dias do mês de mil novecentos e oitenta e oitenta e quatro, pelas nove e quinze minutos, perante mim, Ivo Tenenke, Agadeu Santos, Agadeu Santos, Rodrigo da Costa, Nacional Republicano, Caspary, Ariane Vicente, Ariane Vicente, Catarina Varela, residente em Rua das Flores, Rua das Flores, nº 77-79, da Ilha de Ananias Maurate, Autêntica, João Ananias Maurate, residente em R. Daquieta, Sulberkim, lote 3-r/on80-apt14/alameda-7/153818, e demais



"PAREDE DE GEMER"



setenta e quatro

DE UM MUNDO DE GEMER